



Relatório de Desempenho

2023

Pode
Contar



Banese

banese.com.br



SUMÁRIO

BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A.	
RELATÓRIO DE RESULTADOS DO 4T23 E DE 2023	4
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO.....	6
ANÁLISE DAS OPERAÇÕES	6
Ativos.....	6
Captações	7
Evolução dos Depósitos a Prazo (CDB/RDB).....	8
Aplicações Financeiras	10
Rentabilidade da Carteira	11
ANÁLISE DOS RESULTADOS	11
Receitas.....	11
Custos e Despesas.....	12
Receita Líquida de Juros (NIL)	12
Lucro Líquido	14
Patrimônio Líquido	14
Índices de Rentabilidade e Lucratividade	14
Capital e Basileia.....	15
Índice de Imobilização	15
Ratings	15
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	16
Banese na B3.....	16
Clientes e Canais de Atendimento.....	16
Dados de Canais	17
Serviços Bancários	17
Investimentos em Capital Humano.....	17
CONGLOMERADO BANESE.....	17
Banese Card & MULVI.....	18
Banese Corretora de Seguros	18
Instituto Banese e Museu da Gente Sergipana	18
SERVIÇOS PRESTADOS PELA AUDITORIA INDEPENDENTE	19
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	27
1. CONTEXTO OPERACIONAL	28
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS.....	28
3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	32

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	37
5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	38
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	39
7. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS.....	41
8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO.....	42
9. OUTROS CRÉDITOS	47
10. OUTROS VALORES E BENS	48
11. INVESTIMENTOS	49
12. IMOBILIZADO DE USO.....	49
13. INTANGÍVEL	50
14. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	51
15. OUTROS PASSIVOS	54
16. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS.....	54
17. PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES	56
18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	57
19. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS.....	59
20. EXIGIBILIDADES DE CAPITAL E LIMITES DE IMOBILIZAÇÃO	62
21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	64
22. GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RISCOS	66
23. REMUNERAÇÃO PAGA A EMPREGADOS E ADMINISTRADORES	72
24. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	72
25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (BANCO)	76
26. OUTRAS INFORMAÇÕES.....	78
27. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	79
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS...	80
PARECER DO CONSELHO FISCAL	86
RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO.....	88
DECLARAÇÕES DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	91
DECLARAÇÕES DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	93

BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A. RELATÓRIO DE RESULTADOS DO 4T23 E DE 2023

Para Divulgação Imediata: Aracaju, 23 de fevereiro de 2024. O Banco do Estado de Sergipe S.A. - BANESE ("Banese" ou "Banco"), Sociedade Anônima de capital misto, com ações transacionadas na B3 sob os códigos BGIP3 (Ações Ordinárias Nominativas) e BGIP4 (Ações Preferenciais Nominativas) e listadas no índice ITAG (Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado), anuncia seus resultados para o 4T23 e o ano de 2023. Informações adicionais podem ser encontradas no site de relações com investidores do Banese, no endereço <https://ri.banese.com.br/>.

BANESE REGISTRA A MARCA DE R\$ 4,0 BI EM ATIVOS DE CRÉDITO

ATIVOS TOTAIS E VOLUME CAPTADO SEGUEM CRESCENTES

Destaques do 4T23

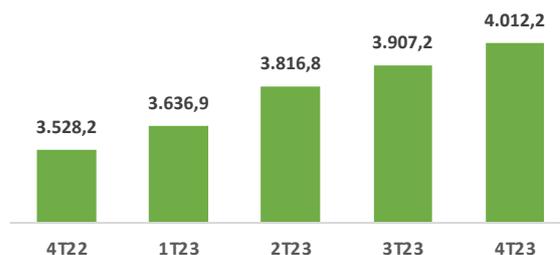
Todas as comparações nessa seção referem-se ao 4T22
(12M)

- >>> Operações de Crédito atingiram o marco de R\$ 4,0 bilhões, registrando crescimento de R\$ 484,0 milhões (+13,7%);
- >>> Ativos totais totalizaram, aproximadamente, R\$ 9,0 bilhões (+15,6%);
- >>> Receitas totais cresceram R\$ 130,5 milhões (+9,4%); Captações Totais atingiram, aproximadamente, R\$ 8,0 bilhões (+16,6%);
- >>> Ativos líquidos de crédito registraram R\$ 3,8 bilhões (+14,1%).

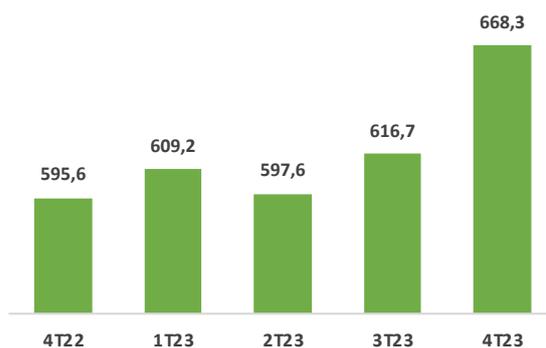
Todas as comparações nessa seção referem-se ao 3T23
(3M)

- >>> Patrimônio Líquido de R\$ 668,3 milhões (+8,4%);
- >>> Resultado Operacional com incremento de R\$ 21,9 milhões (+123,7%);
- >>> Margem Líquida com incremento de 9,8 pp.;
- >>> Despesa de Provisão (PCLD) apresentou redução de 24,2%;
- >>> Retorno sobre Patrimônio Líquido (ROE) com incremento de 6,7 pp.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO - R\$ Milhões



PATRIMÔNIO LÍQUIDO- R\$ Milhões



Contato de Relações com Investidores

Aléssio de Oliveira Rezende

Diretor Executivo
+55 (79) 3218-1200
ri@banese.com.br

Relatório de Resultados 4T23 e 2023 | Banco do Estado de Sergipe S.A. - BANESE

Itens Patrimoniais - R\$ milhões	4T23	4T22		V12M	4T23	3T23		V3M
Ativos Totais	8.971,4	7.760,9	▲	+15,6%	8.971,4	8.905,1	▲	+0,7%
Operações de Crédito	4.012,2	3.528,2	▲	+13,7%	4.012,2	3.907,2	▲	+2,7%
Aplicações Financeiras ⁽¹⁾	4.163,6	3.516,1	▲	+18,4%	4.163,6	4.230,9	▼	-1,6%
Captações Totais	7.973,2	6.840,2	▲	+16,6%	7.973,2	7.900,2	▲	+0,9%
Patrimônio Líquido	668,3	595,6	▲	+12,2%	668,3	616,7	▲	+8,4%

Itens de Resultado - R\$ milhões	2023	2022		V12M	4T23	3T23		V3M
Receitas Totais	1.515,5	1.384,9	▲	+9,4%	385,0	388,4	▼	-0,9%
Resultado Bruto Interm. Financeira	440,5	385,7	▲	+14,2%	124,9	107,7	▲	+16,0%
Resultado Operacional ⁽²⁾	56,5	89,8	▼	-37,1%	39,6	17,7	▲	+123,7%
Margem Financeira ⁽³⁾	579,3	522,3	▲	+10,9%	152,2	143,7	▲	+5,9%
EBITDA ⁽⁴⁾	93,3	118,1	▼	-21,0%	52,4	31,0	▲	+69,0%
Lucro Líquido	47,5	75,5	▼	-37,1%	41,2	3,6	▲	+1.044,4%
Receita Líquida de Juros (NII) ⁽⁵⁾	504,0	485,9	▲	+3,7%	139,4	126,8	▲	+9,9%
Receita de Serviços	122,2	125,4	▼	-2,6%	31,3	30,8	▲	+1,6%
Despesas com Provisões (PCLD)	138,8	136,7	▲	+1,5%	27,3	36,0	▼	-24,2%
Despesas Administrativas	401,3	397,5	▲	+1,0%	106,4	98,1	▲	+8,5%
Margem Líquida ⁽⁶⁾	3,1%	5,5%	▼	-2,4 pp.	10,7%	0,9%	▲	+9,8 pp.
Margem EBITDA ⁽⁷⁾	6,2%	8,5%	▼	-2,3 pp.	13,6%	8,0%	▲	+5,6 pp.

Índices e Medidas de Eficiência (%)	2023	2022		V12M	4T23	3T23		V3M
Inadimplência (% da carteira)*	2,87%	1,18%	▶	ND	2,87%	3,03%	▼	-0,16 pp.
Índice de Basileia	13,38%	13,57%	▼	-0,19 pp.	13,38%	13,02%	▲	+0,36 pp.
Margem Líquida de Juros (NIM) ⁽⁸⁾	6,1%	6,6%	▼	-0,50 pp.	1,7%	1,6%	▲	+0,1 pp.
Rentabilidade s/ Ativos (ROAA) ⁽⁹⁾	0,5%	0,9%	▼	-0,4 pp.	0,5%	0,1%	▲	+0,4 pp.
Rentabilidade s/ Patrim. Líq. (ROE) ⁽¹⁰⁾	7,7%	13,1%	▼	-5,4 pp.	7,7%	1,0%	▲	+6,7 pp.
Índice de Eficiência ⁽¹¹⁾	71,3%	77,8%	▼	-6,5 pp.	68,1%	70,8%	▼	-2,7 pp.
Índice de Provisionamento	4,4%	4,7%	▼	-0,3 pp.	4,4%	4,6%	▼	-0,2 pp.
Índice de Cobertura Adm. ⁽¹²⁾	30,5%	31,6%	▼	-1,1 pp.	29,5%	31,4%	▼	-1,9 pp.
Índice de Cobertura Folha ⁽¹³⁾	61,2%	67,6%	▼	-6,4 pp.	58,2%	61,9%	▼	-3,7 pp.

(1) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Títulos e Valores Mobiliários + Créditos Vinculados Remunerados (incluído o saldo remunerado da conta de pagamentos instantâneos).

(2) Receita Operacional - Despesa Operacional (não considera receitas e despesas não operacionais).

(3) Resultado Bruto da Intermediação Financeira + Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa.

(4) Resultado Operacional - Equivalência Patrimonial + Depreciação/Amortização.

(5) Receita de juros (operações de crédito + aplicações financeiras) - Despesa de juros (captação, TVM, empréstimos e participações).

(6) Lucro Líquido / Receita Total.

(7) EBITDA / Receita Total.

(8) Receita de juros líquida / Saldo médio dos ativos geradores de receitas (op. crédito + aplicações interfinanceiras + TVM + relações interfinanceiras).

(9) Lucro Líquido sobre Ativo Total Médio (taxa anualizada).

(10) Lucro Líquido sobre Patrimônio Líquido Médio (taxa anualizada).

(11) Despesas Administrativas / (Resultado Bruto de Intermediação Financeira + Receita de Serviços) *.

(12) Receita de Serviços / Despesas Administrativas.

(13) Receita de Serviços / Custos diretos e indiretos de Folha.

Este relatório pode conter informações sobre eventos futuros. Tais informações refletem expectativas da administração que podem não se tornar reais por motivos intrínsecos ou extrínsecos à Companhia. Palavras como "acredita", "antecipa", "deseja", "prevê", "espera" e similares, pretendem identificar informações que necessariamente envolvem riscos futuros, conhecidos ou não.

Riscos conhecidos incluem incertezas e não são limitados o impacto da competitividade de preços e serviços, aceitação de serviços no mercado, mercado competitivo, aspectos macroeconômicos internos ou sistêmicos, ambiente regulamentar e legal, flutuações de moedas, inflação e taxas de juros, riscos políticos e outros riscos, descritos em materiais publicados anteriormente pelo Banese.

Esse relatório está atualizado até a data de sua publicação e o Banese não pode ser responsabilizado por eventos posteriores, não previstos ou mencionados neste relatório.

*Dados de Inadimplência de 2022 referem-se à Inadimplência acima de 60 dias, demais períodos, acima de 90 dias.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O desempenho econômico global superou as expectativas no ano de 2023, segundo a ONU, mesmo diante de taxas de juros persistentemente altas, escalada de conflitos, comércio internacional lento e desastres climáticos crescentes. Os principais impulsionadores do crescimento global, Estados Unidos e China, registraram um crescimento no Produto Interno Bruto (PIB) de aproximadamente 2,5% e 5,2%, respectivamente, no ano.

No Brasil, o ano de 2023 ficou marcado pelo surpreendente crescimento econômico que superou as projeções iniciais, atingindo um PIB de 2,9%, além de tornar-se a 9ª maior economia global. Ao contrário de 2022, quando o crescimento estava impulsionado pelo choque de recuperação pós-COVID, em 2023, observou-se um impulso proveniente do setor público, do agronegócio e do setor extrativista. Em termos dos indicadores macroeconômicos, a taxa de desemprego real manteve-se em torno de 7,7%, aproximando-se consideravelmente da taxa de equilíbrio do desemprego (8,0%). A produtividade relativa do trabalho atingiu seu ponto mais alto, registrando um aumento superior a 2,0% em comparação com 2022.

O crescimento brasileiro em 2023 foi notadamente sustentado pelo consumo, uma vez que os investimentos experimentaram uma queda de 2,6%, mesmo com a redução da taxa Selic, que encerrou o ano em 11,75%. As projeções para 2024 indicam um crescimento mais moderado, com uma expectativa de 1,6% no PIB e uma inflação (IPCA) estimada em 3,8%. A taxa Selic é esperada em 9%. Assim, prevê-se que 2024 seja caracterizado por um crescimento mais modesto, com uma inflação e taxas de juros mais baixas.

A Companhia apresentou aumento significativo nos ativos, nas operações de crédito, captações, receitas de crédito, receitas de aplicações financeiras e recuperação de CBP. Quanto ao resultado do Banco, o Lucro no ano foi positivo, principalmente pela melhora no comportamento dos negócios, porém foi influenciado negativamente pela constituição de provisão de passivo fiscal (COFINS) e pela despesa de equivalência patrimonial.

O Banese segue oferecendo novos modelos de atendimento, soluções inovadoras, expansão dos negócios e facilidade de acesso a crédito, serviços e investimentos, promovendo o desenvolvimento econômico e social do Estado de Sergipe, além de simplificar a vida das pessoas.

Dirigimos especial reconhecimento aos nossos empregados pelo compromisso com a perenidade do Banese. Agradecemos aos nossos clientes e acionistas pela confiança em nós depositada.

ANÁLISE DAS OPERAÇÕES

Ativos

Total de Ativos por Tipo – R\$ milhões

	4T23	4T22		V12M	3T23		V3M
Ativos de Crédito	4.012,2	3.528,2	▲	+13,7%	3.907,2	▲	+2,7%
(-) Provisões	-175,5	-165,0	▲	+6,4%	-180,2	▼	-2,6%
Ativos Líquidos de Crédito	3.836,7	3.363,2	▲	+14,1%	3.727,0	▲	+2,9%
Aplicações Financeiras	3.590,5	2.950,3	▲	+21,7%	3.666,9	▼	-2,1%
Créditos Vinculados	725,1	693,4	▲	+4,6%	666,5	▲	+8,8%
Permanente	151,2	165,0	▼	-8,4%	140,0	▲	+8,0%
Outros	667,9	589,0	▲	+13,4%	704,7	▼	-5,2%
Total	8.971,4	7.760,9	▲	+15,6%	8.905,1	▲	+0,7%

Os ativos totais do Banese alcançaram saldo de aproximadamente R\$ 9,0 bilhões ao final do 4T23, crescimento de 15,6% em 12 meses. Destaque para as aplicações financeiras, que registraram incremento de 21,7% (R\$ +640,2 milhões) e para os ativos líquidos investidos em crédito, com variação positiva de 14,1% (R\$ +473,5 milhões), atingindo um marco histórico de R\$ 4,0 bilhões em carteira ao final do exercício.

O volume de provisionamento apresentou expansão em 12 meses em decorrência, principalmente, do aumento do saldo de provisão da carteira de Crédito Rural PF. No trimestre, o saldo de provisão foi impactado pela redução do índice de inadimplência, assim como pela revisão de regras de arrasto de pessoas físicas, em conformidade com o que preceitua a Res. CMN 2.682/1999.

No encerramento do 4T23, os ativos líquidos de crédito representaram 42,8% do ativo total e as aplicações financeiras participaram com 40,0%. Em 12 meses, os ativos líquidos de crédito reduziram sua participação em 0,5 pp., enquanto as aplicações financeiras cresceram em 2,0 pp. Comparado ao trimestre anterior, os ativos líquidos de crédito cresceram sua participação relativa em 1,0 pp. e as aplicações financeiras reduziram em 1,2 pp.

Em relação aos créditos vinculados, as variações observadas em 12 meses (R\$ +31,7 milhões) e no trimestre (R\$ +58,6 milhões) foram impulsionadas pelo aumento do saldo do exigível sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e do saldo mantido junto ao Banco Central do Brasil (Bacen) para fazer frente aos pagamentos instantâneos – Pix.

O Ativo Permanente apresentou decremento de 8,4% (R\$ -13,8 milhões) em 12 meses e incremento de 8,0% no trimestre (R\$ +11,2 milhões), variações atribuídas, principalmente, ao impacto da incorporação de resultados da MULVI Instituição de Pagamento S.A. - empresa pertencente ao Conglomerado Banese, que foram afetados pelo aumento pela inadimplência no segmento de cartões de crédito.

O grupo de Outros Ativos apresentou crescimento de R\$ +78,9 milhões (+13,4%) em 12 meses, sendo essa variação consequente, principalmente, de Depósitos em Garantia para interposição de recursos fiscais, constituição de crédito tributário e de utilização de benefício fiscal decorrente da Lei do Bem com recuperação de impostos e contribuição social.

Captações

Captação por Linha de Produtos - R\$ milhões

	4T23	4T22		V12M	3T23		V3M
Depósitos à Vista	1.260,5	1.185,2	▲	+6,4%	1.217,2	▲	+3,6%
Poupança	2.109,6	2.034,5	▲	+3,7%	2.028,4	▲	+4,0%
Depósitos Judiciais	1.785,4	1.546,0	▲	+15,5%	1.755,7	▲	+1,7%
CDB/RDB	2.212,0	1.637,1	▲	+35,1%	2.351,1	▼	-5,9%
CDI	167,2	146,5	▲	+14,1%	165,7	▲	+0,9%
LF/LFS/LCI	201,9	166,6	▲	+21,2%	181,0	▲	+11,5%
Compromissadas	19,6	15,4	▲	+27,3%	18,4	▲	+6,5%
Obrigações de Repasses	217,0	108,9	▲	+99,3%	182,7	▲	+18,8%
Total	7.973,2	6.840,2	▲	+16,6%	7.900,2	▲	+0,9%

Ao final do 4T23 o total de recursos captados alcançou, aproximadamente, R\$ 8,0 bilhões, acréscimo de 16,6% em 12M, decorrente especialmente do crescimento dos depósitos a prazo (R\$ +574,9 milhões), judiciais com remuneração (R\$ +239,4 milhões) e obrigações por repasses (R\$ +108,1 milhões). Em 3M o total de recursos captados apresentou incremento de 0,9%, resultante, sobretudo, dos depósitos de poupança (R\$ +81,2 milhões), à vista (R\$ +43,3 milhões), obrigações por repasses (R\$ +34,3 milhões) e judiciais com remuneração (R\$ +29,7 milhões).

O volume em depósitos interfinanceiros (CDI) apresentou crescimento de 14,1% nos últimos 12 meses (R\$ +20,7 milhões), em decorrência do aumento nas captações que possuem reciprocidades das aplicações em depósitos interfinanceiros vinculados aos créditos imobiliário e rural; e crescimento de 1,0% no último trimestre, em decorrência da remuneração do estoque.

O saldo das captações no grupo de Letras Financeiras (LF), Letras Financeiras Subordinadas (LFS) e Letras de Crédito Imobiliário (LCI) apresentou elevação de 21,2% (R\$ +35,3 milhões) e de 11,5% (R\$ +20,9 milhões) no último trimestre. O crescimento do último ano é justificado pela remuneração do estoque, bem como por novas captações em LCI. Já no trimestre, o crescimento é resultante de nova operação de LFS contratada no período, além da remuneração do estoque.

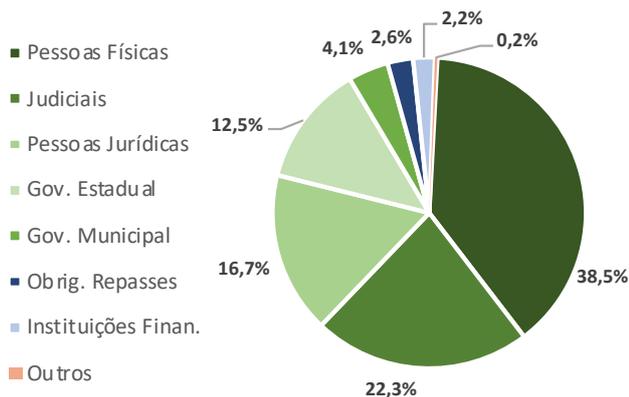
Evolução dos Depósitos a Prazo (CDB/RDB)



Os depósitos a prazo atingiram R\$ 2,2 bilhões em dezembro de 2023, apresentando crescimento de 35,1% (R\$ +574,9 milhões) em 12 meses, decorrente da elevação das captações de governo e de pessoas jurídicas. No trimestre, observou-se recuo de 5,9% (R\$ -139,1 milhões), impactado, sobretudo, pela redução das captações de governo.

A estrutura das captações é diversificada, o que contribui para manter níveis confortáveis de liquidez, bem como para dar suporte ao crescimento das concessões de crédito no atual cenário de recuperação da economia.

Maiores Fontes de Captação (% do total)



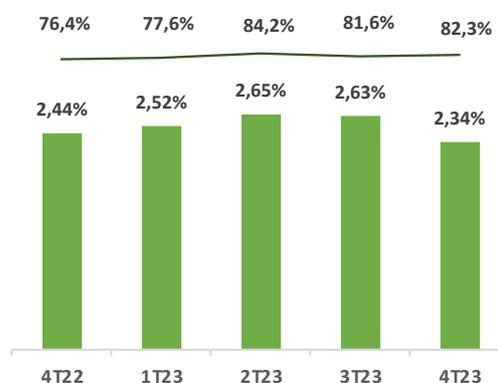
A maior fonte de captação de recursos do Banese é de pessoas físicas, representando 38,5% do volume captado. Os depósitos judiciais representam 22,3% do total do volume captado pelo Banese. As pessoas jurídicas respondem por 16,7% das captações.

A dispersão da captação entre pessoas físicas e jurídicas mitiga riscos de liquidez.

O custo absoluto de captação registrou redução de -0,29 pp. entre o 4T23 e o 3T23, em função da redução da taxa básica de juros do país - Selic, que remunera a maior parte das captações pós-fixadas, da menor quantidade de dias úteis no período e do menor volume captado em depósito a prazo. Na variação anual, observa-se redução de 0,10 pp., devido à redução da taxa Selic e da menor quantidade de dias úteis.

Em termos relativos de CDI, a elevação registrada no 4T23 em comparação ao 3T23 foi causada pelo aumento do custo de captação em letras financeiras subordinadas, decorrente da nova emissão no período. Por sua vez, em 12 meses, a elevação decorreu do aumento do custo das captações especialmente associado aos depósitos judiciais e depósitos a prazo, reflexo do maior volume médio transacionado no período.

Custos de Captação (Absoluto e em % do CDI)



Crédito

Carteira de Crédito por Tipo – R\$ milhões

	4T23	4T22		V12M	3T23		V3M
Carteira Comercial*	2.823,5	2.516,1	▲	+12,2%	2.764,5	▲	+2,1%
Para Pessoas Físicas	2.459,3	2.096,4	▲	+17,3%	2.431,0	▲	+1,2%
Para Pessoas Jurídicas	364,2	419,7	▼	-13,2%	333,5	▲	+9,2%
Carteira de Desenvolvimento	901,4	738,1	▲	+22,1%	872,3	▲	+3,3%
Para Pessoas Físicas	751,5	609,8	▲	+23,2%	736,6	▲	+2,0%
Para Pessoas Jurídicas	149,9	128,3	▲	+16,8%	135,7	▲	+10,5%
Títulos e Créditos a Receber	287,3	274,0	▲	+4,9%	270,4	▲	+6,3%
Total	4.012,2	3.528,2	▲	+13,7%	3.907,2	▲	+2,7%

(*) modalidade de crédito de livre destinação

A carteira de crédito do Banese encerrou o exercício 2023 com um saldo aplicado total de R\$ 4,0 bilhões, registrando um crescimento de 13,7% em 12 meses e de 2,7% em relação ao último trimestre. Na sua composição, R\$ 2,8 bilhões correspondem à carteira de crédito comercial, a qual cresceu 2,1% no último trimestre e 12,2% em 12 meses.

O incremento no saldo aplicado da carteira de crédito foi oriundo, sobretudo, da continuidade da estratégia organizacional de vendas, com ações direcionadas para contratação de crédito nos canais de autoatendimento e correspondentes no país; de novas linhas de negócios junto a empresas conveniadas e órgãos públicos estaduais e municipais, novas linhas de crédito CDC voltadas a pessoas físicas, e; de ações estratégicas das unidades de negócios para ampliar a base de clientes elegíveis ao crédito.

A carteira de crédito comercial voltada ao segmento pessoa física alcançou o saldo de R\$ 2,5 bilhões ao final do 4T23, crescimento de 17,3% em 12 meses e de 1,2% no trimestre. Destaque para as linhas de consignação, que registraram saldo aplicado de R\$ 1,7 bilhão, e incrementos de 16,3% em 12 meses (R\$ +236,6 milhões) e de 1,9% no trimestre (R\$ +31,0 milhões), contribuindo assim com a elevação da carteira de menor risco; e para as linhas de correspondente no país, com crescimento de 34,0% (R\$ +33,5 milhões) em 12M e 30,4% (R\$ +30,7 milhões) em 3M.

A carteira de crédito comercial destinada a Pessoas Jurídicas registrou decréscimo de 13,2% em 12M e incremento de 9,2% em 3M, ambas variações relacionadas às operações de financiamento a capital de giro.

O Banese é detentor da maior fatia do mercado de crédito de livre destinação em Sergipe, com 34,0% de participação, segundo dados do Banco Central do Brasil (novembro/2023). O posicionamento mercadológico é focado em operações de varejo, com destaque para créditos consignados, vinculados a salários e direcionados a pequenas e médias empresas.

A carteira de crédito de desenvolvimento, que engloba as carteiras imobiliária, financiamento e rural, representou 22,5% da carteira de crédito total do Banese, totalizando um saldo aplicado de R\$ 901,4 milhões ao final do 4T23. Em 12 meses, o crescimento de 22,1% (+ 163,3 milhões) foi influenciado principalmente pelas operações concedidas nas carteiras rural (R\$ +126,8 milhões), reflexo das concessões de crédito rural com recursos próprios obrigatórios, principalmente na modalidade de custeio agrícola da cultura do milho (safra 22/23); das concessões que utilizaram o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE como fonte de recursos, principalmente nas modalidades de investimentos agrícola e pecuário, e; da inauguração de agências voltadas ao agronegócio. Na carteira imobiliária, registrou-se crescimento de R\$ +37,2 milhões, resultante de ações negociais no segmento da construção civil, principalmente, na modalidade Plano Empresário e na melhoria do processo de concessão do financiamento à pessoa física. No último trimestre, o saldo do crédito de desenvolvimento registrou incremento de 3,3%, influenciado também, por operações das carteiras de crédito rural (R\$ +15,7 milhões) e imobiliária (R\$ +14,3 milhões).

A carteira de Títulos e Créditos a Receber com Características de Concessão de Crédito apresentou crescimento na ordem de R\$ 13,3 milhões em 12 meses e de R\$ 16,9 milhões no último trimestre, motivado pela maior utilização do limite rotativo de cartão de crédito pelos clientes.

Qualidade da Carteira de Crédito por Faixa de Risco

	R\$ milhões			Variação	% Carteira			Variação
	4T23	4T22			4T23	4T22		
AA	1.936,8	1.619,4	▲	+19,6%	48,3%	45,9%	▲	+2,4 pp.
A	1.315,9	1.161,2	▲	+13,3%	32,8%	32,9%	▼	-0,1 pp.
B	371,1	339,0	▲	+9,5%	9,2%	9,6%	▼	-0,4 pp.
C	151,3	148,8	▲	+1,7%	3,8%	4,2%	▼	-0,4 pp.
D - H	237,1	259,8	▲	-8,7%	5,9%	7,4%	▼	-1,5 pp.
Total	4.012,2	3.528,2	▲	+13,7%	100,0%	100,0%	▶	ND

Em termos relativos, as operações de crédito classificadas entre as faixas de risco "AA" a "C" representaram 94,1% do total da carteira do Banese (+1,5 pp. em comparação aos 92,6% do 4T22). Os créditos classificados nas faixas de risco "D" a "H", que concentram as operações de maior risco de crédito, representaram 5,9% da carteira de crédito do Banese (-1,5 pp. em relação aos 7,4% verificados no 4T22).

Qualidade do Crédito por Carteira 4T23 - R\$ milhões

	Total	Crédito Comercial	Financiamentos	Rural	Imobiliário	Outros
AA	1.936,8	1.936,8	0	0	0	0
A	1.315,9	329,5	10,0	206,8	485,5	284,1
B	371,1	259,1	32,3	62,7	15,6	1,4
C	151,3	110,4	18,4	15,0	6,8	0,7
D - H	237,1	187,8	7,6	38,4	2,2	1,1
Total	4.012,2	2.823,6	68,3	322,9	510,1	287,3

Em relação à segmentação do crédito por níveis de risco, os produtos das carteiras de Títulos e Créditos a Receber, Imobiliária e Comercial apresentam os créditos de melhor qualidade, nos quais aqueles classificados como "AA - C" representam 99,6%, 99,6% e 93,3% da carteira, respectivamente.

Aplicações Financeiras

Aplicações Financeiras - R\$ milhões

	4T23	4T22		V12M	3T23		V3M
Interfinanceiras de Liquidez	1.968,8	1.367,8	▲	+43,9%	2.089,8	▼	-5,8%
Títulos e Valores Mobiliários (TVM)	1.534,9	1.532,7	▲	+0,1%	1.503,4	▲	+2,1%
Cotas de Fundos	3,5	3,7	▼	-5,4%	3,5	▶	ND
Renda Fixa	1.531,4	1.529,0	▲	+0,2%	1.499,9	▲	+2,1%
Compromissadas + Prest. Garantia	20,5	49,8	▼	-58,8%	19,2	▲	+6,8%
Depósitos Compulsórios Remunerados	639,4	565,8	▲	+13,0%	618,5	▲	+3,4%
Total	4.163,6	3.516,1	▲	+18,4%	4.230,9	▼	-1,6%

As aplicações interfinanceiras de liquidez registraram decréscimo de 5,8% (R\$ -121,0 milhões) no trimestre, decorrente, principalmente, da redução nas operações compromissadas, e da retração nas posições de DI Imobiliário. Em 12 meses, elevação de 43,9% (R\$ +601,0 milhões), proveniente do maior volume de alocações em operações compromissadas e de títulos de crédito privado (DI, DI Rural, DI Imobiliário e DPGE).

Os Títulos e Valores Mobiliários apresentaram crescimento de 2,1% (R\$ +31,5 milhões) no 4T23, decorrente da rentabilidade do estoque. Em 12 meses, leve variação de +0,1% (R\$ +2,2 milhões), devido, além do motivo supramencionado, dos títulos públicos federais (LFT) e títulos de crédito privado (CDB) que não foram renovados no vencimento.

Ao final do exercício 2023, a soma das aplicações interfinanceiras e dos títulos e valores mobiliários registrou saldo de R\$ 3,5 bilhões, acréscimo de 20,8% (R\$ +603,2 milhões) no ano, impactado pelo aumento das posições em operações compromissadas e

em títulos privados (LF, DI, DI Rural e DI Imobiliário), reflexo da maior disponibilidade de recursos em Tesouraria originados pelo crescimento da captação, e do aumento de aplicações para cumprimento de exigibilidades vinculadas aos depósitos à vista e de poupança. Na comparação entre os dois últimos trimestres do ano, houve variação de -2,5% (R\$ -89,5 milhões), devido à redução das operações compromissadas.

O Banese encontra-se enquadrado nas regras da Circular Bacen nº 3.068/2001, que estabelece critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários. As aplicações feitas em instrumentos de liquidez, denominadas em moeda nacional, são marcadas a mercado para mitigação de riscos relacionados à variação de valor e volatilidade de instrumentos financeiros.

Rentabilidade da Carteira

A estratégia da carteira de ativos da tesouraria é manter a alocação em ativos de baixo risco e conservar níveis confortáveis de liquidez e capital, tendo como meta de rentabilidade superar a taxa de juros do país.

A rentabilidade acumulada da carteira no 4T23 atingiu 102,46% do CDI, mesmo patamar do 3T23, e em 12 meses, inferior à de 106,45% do CDI no 4T22, decorrente do aumento no volume de operações compromissadas e da alocação com taxas remuneratórias inferiores em títulos de crédito privado.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Receitas

Abertura das Receitas – R\$ milhões

	2023	2022		V12M	4T23	3T23		V3M
Receitas de Crédito	753,2	652,4	▲	+15,5%	198,2	193,8	▲	+2,3%
Receitas de Aplicações Financeiras	428,7	406,3	▲	+5,5%	99,5	114,6	▼	-13,2%
Receitas de Prestação de Serviços	122,2	125,4	▼	-2,6%	31,3	30,8	▲	+1,6%
Receitas de Participações	12,0	2,8	▲	+328,6%	12,0	0	▲	+100,0%
Outras Receitas Operacionais	199,4	198,0	▲	+0,9%	44,3	49,2	▼	-10,0%
Total	1.515,5	1.384,9	▲	+9,4%	385,0	388,4	▼	-0,9%

As receitas do Banese totalizaram R\$ 1.515,5 milhões em 2023, 9,4% acima das receitas totais de 2022. As maiores variações observadas ocorreram nas receitas de crédito, crescimento na ordem de R\$ 100,8 milhões, diretamente influenciado pelo aumento do saldo aplicado e da taxa média da carteira de crédito; e nas receitas de aplicações financeiras (R\$ +22,4 milhões), consequente, sobretudo, do aumento do saldo da carteira. No último trimestre do exercício foi registrada renda de R\$ 12,0 milhões relativa ao resultado da equivalência patrimonial, em função da incorporação de resultados da MULVI, o que acabou influenciando também no crescimento das receitas totais do Banese no exercício 2023.

No 4T23 as receitas totalizaram R\$ 385,0 milhões, variação de -0,9% (R\$ -3,4 milhões), influenciada pela redução de 13,2% (R\$ -15,1 milhões) na receita de aplicações financeiras, oriunda da redução da taxa Selic efetiva; as receitas de crédito apresentaram crescimento de 2,3% (R\$ +4,4 milhões), consequente do crescimento da carteira.

As Receitas de Prestação de Serviços somaram R\$ 31,3 milhões ao final do 4T23 e acumularam R\$ 122,2 milhões no ano. No comparativo com o último trimestre observamos um incremento de 1,6%, ocasionado pelo crescimento nas tarifas de empréstimo comercial; em 12 meses, foi registrada retração de 2,6%, impactada principalmente pela redução nas receitas com convênios.

No sentido de manter-se competitivo diante às demais Instituições Financeiras, quanto à oferta de novos serviços e soluções, o Banese vem desenvolvendo ferramentas necessárias para disponibilizar aos clientes os serviços vinculados aos pagamentos instantâneos - Pix, cuja tarifação é permitida (Pix Cobrança, Pix Saque, Pix Troco e Pix Arrecadação).

Custos e Despesas

Custos Diretos das Operações – R\$ milhões

	2023	2022		V12M	4T23	3T23		V3M
Despesas de Captação	624,1	541,4	▲	+15,3%	147,2	167,3	▼	-12,0%
Resultado de TVM	0,3	1,0	▼	-70,0%	0,1	0,1	▶	ND
Desp. Obrigações p/Empréstimos	16,0	10,6	▲	+50,9%	4,7	3,6	▲	+30,6%
Total	640,4	553,0	▲	+15,8%	152,0	171,0	▼	-11,1%

Os custos totais diretos das operações apresentaram crescimento de 15,8% (R\$ +87,4 milhões) entre os anos de 2023 e 2022, diretamente relacionado ao incremento do volume médio captado no período, assim como ao aumento da taxa Selic efetiva em comparação ao ano anterior. No trimestre, apresentaram decréscimo de 11,1% (R\$ -19,0 milhões) impactado pelas reduções da taxa Selic no período e do volume médio da captação em depósito a prazo.

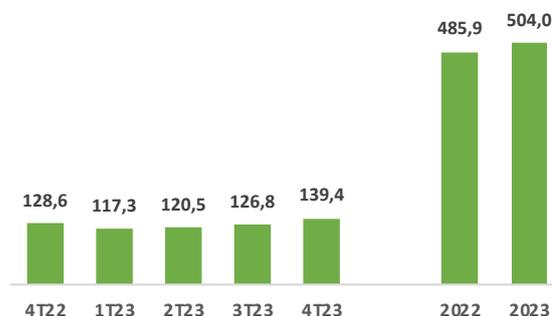
As despesas de captação apresentaram redução de 12,0% (R\$ -20,1 milhões) no trimestre, decorrente do motivo supracitado quanto ao comparativo 4T23 e o 3T23. Na variação ano, crescimento de 15,3% (R\$ +82,7 milhões) diretamente relacionado ao crescimento do estoque, destacando-se a elevação dos custos associados aos depósitos judiciais e a prazo, além das despesas vinculadas aos depósitos de poupança, interfinanceiro e obrigações por repasses no período.

Receita Líquida de Juros (NII)

As Receitas Líquidas de Juros (Receitas de Empréstimos mais Receitas de Aplicações Financeiras menos os Custos Diretos de Captação) apresentaram crescimento de 3,7% na variação ano e de 9,9% na variação trimestral.

O resultado é uma combinação dos fatores já apresentados nos itens anteriormente mencionados neste relatório. No ano, o resultado foi influenciado, principalmente, pelo crescimento nas receitas totais de juros, e, no trimestre, a redução nas despesas com captação impulsionou a variação obtida.

Receita Líquida de Juros (NII)



Despesas com Pessoal/Folha – R\$ milhões

	2023	2022		V12M	4T23	3T23		V3M
Salários	116,6	110,4	▲	+5,6%	31,3	28,9	▲	+8,3%
Benefícios	28,5	25,6	▲	+11,3%	7,8	7,6	▲	+2,6%
Encargos Sociais	53,7	48,4	▲	+11,0%	14,4	13,2	▲	+9,1%
Treinamentos e Outros	0,9	1,2	▼	-25,0%	0,3	0,1	▲	+200,0%
Total	199,7	185,6	▲	+7,6%	53,8	49,8	▲	+8,0%

As despesas com pessoal apresentaram crescimento de 8,0% (R\$ +4,0 milhões) no trimestre. Na variação 12M, houve crescimento de 7,6% (R\$ +14,1 milhões), decorrente, principalmente, do reajuste salarial. Em 2023, ocorreu a contratação de 83 funcionários aprovados em concurso público (34 Técnicos Bancário I e 49 Técnicos Bancário III), sendo 06 novas pessoas admitidas no 4T23. Foram realizados 27 desligamentos no ano, destes, 10 no último trimestre.

O índice de cobertura de folha registrado em 2023 foi de 61,2%, 6,4 pp. abaixo do índice registrado em 2022. No trimestre houve redução de 3,7 pp. Para a cobertura das despesas administrativas foi registrado um índice de 30,5% em 2023, variando em -1,1 pp. no ano, e no 4T23 foi registrado índice de 29,5%, -1,9 pp. em relação ao 3T23.

Outras Despesas Administrativas – R\$ milhões

	2023	2022		V12M	4T23	3T23		V3M
Serviços de Terceiros	100,7	109,9	▼	-8,4%	25,5	24,9	▲	+2,4%
Consumo, Manutenção e Materiais	20,7	21,4	▼	-3,3%	5,8	4,9	▲	+18,4%
Serviços Financeiros e Processamento de Dados	45,8	43,3	▲	+5,8%	11,6	9,9	▲	+17,2%
Seguros	3,5	3,5	▶	ND	0,5	0,7	▼	-28,6%
Transportes de Numerário	6,2	9,9	▼	-37,4%	1,6	1,4	▲	+14,3%
Tributárias	4,5	1,9	▲	+136,8%	0,3	0,3	▶	ND
Despesas Outras	20,3	22,0	▼	-7,7%	7,3	6,2	▲	+17,7%
Total	201,7	211,9	▼	-4,8%	52,6	48,3	▲	+8,9%

As outras despesas administrativas apresentaram decréscimo de 4,8% em 12 meses (R\$ -10,2 milhões), destacando-se o grupo de Serviços de Terceiros (Técnico Especializado) e Transportes de Numerário. O último trimestre apresentou incremento de 8,9% (R\$ +4,3 milhões), com destaque para as despesas com Serviços de Terceiros (Técnico Especializado), Serviços Financeiros e Propaganda e Publicidade.

Outras Despesas Operacionais – R\$ milhões

	2023	2022		V12M	4T23	3T23		V3M
Amortização e Depreciação	11,2	11,3	▼	-0,9%	2,8	2,8	▶	ND
Provisões p/ Operações de Crédito	215,9	205,2	▲	+5,2%	44,8	59,1	▼	-24,2%
Desvalorização de Créditos	1,6	12,0	▼	-86,7%	0,3	0,3	▶	ND
Provisões Passivas	72,1	19,8	▲	+264,1%	8,6	9,6	▼	-10,4%
Convênio com Tribunal de Justiça	22,4	17,1	▲	+31,0%	6,0	6,2	▼	-3,2%
ISS/PIS/COFINS	40,1	38,6	▲	+3,9%	10,6	10,2	▲	+3,9%
Descontos Concedidos	0,3	0,4	▼	-25,0%	0,1	0,1	▶	ND
Participação nos Lucros e Resultados	7,2	11,6	▼	-37,9%	6,0	0,6	▲	+900,0%
Despesas de Participações	37,5	19,7	▲	+90,4%	6,4	10,6	▼	-39,6%
Outras Operacionais Diversas	16,0	19,8	▼	-19,2%	7,4	2,7	▲	+174,1%
Total	424,3	355,6	▲	+19,4%	93,0	102,2	▼	-9,0%

O grupo das Outras Despesas Operacionais apresentou incremento de R\$ 68,7 milhões no comparativo de 12 meses, com destaque para as despesas com Provisões Passivas de COFINS, decorrentes do julgamento pelo STF do Tema nº 372, e Despesas de Participações, proveniente do resultado de equivalência patrimonial da MULVI – Instituição de Pagamento S.A., afetado, em especial, pelo aumento da inadimplência do cartão de crédito.

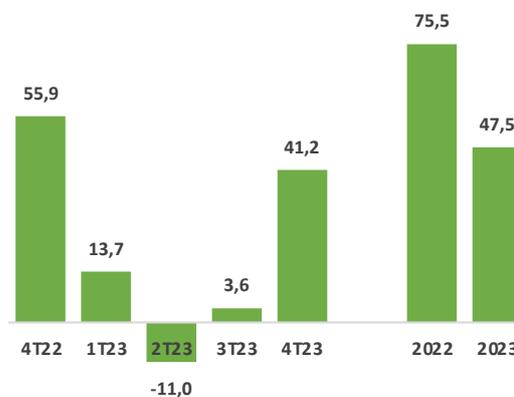
O incremento nas despesas com Provisões para Operações de Crédito no ano foi decorrente do aumento de provisão na carteira de crédito Rural, parcialmente compensado pela desaceleração da inadimplência da carteira comercial, principalmente PJ. Essa desaceleração foi mais acentuada no 4T2023, o que impactou positivamente na variação trimestral, havendo redução de 24,2% (R\$ 14,3 milhões) nas provisões.

Lucro Líquido

O Banese finalizou o exercício de 2023 com lucro líquido de R\$ 47,5 milhões, resultado inferior quando comparado ao alcançado no exercício de 2022. No 4T23, o lucro líquido foi de R\$ 41,2 milhões, R\$ 37,6 milhões acima do resultado do 3T23, impactado, em especial, pelo incentivo fiscal relativo à Lei do Bem; pela economia tributária oriunda da distribuição de Juros sobre Capital Próprio; e pelo resultado positivo de equivalência patrimonial registrado no mês de dezembro.

O resultado do ano foi afetado pelo comportamento dos negócios, com destaque positivo para os eventos ocorridos no 4T23, e influenciado de forma negativa pela constituição de provisão de passivo fiscal (COFINS) e pela despesa de equivalência patrimonial.

Lucro Líquido - R\$ milhões



Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do Banese variou positivamente 12,2% no período de 12 meses e 8,4% no último trimestre. As variações observadas são consequência da incorporação à reserva de lucros do resultado do período e dos aumentos de capital social (aportes homologados pelo Bacen em Jul e Dez/23).

Patrimônio Líquido - R\$ milhões



Índices de Rentabilidade e Lucratividade

No último trimestre, observa-se melhoria nos índices registrados, consequência dos resultados apresentados neste relatório.

Na comparação entre o 4T23 e o 4T22, o ROE, o ROA e a Margem Líquida do Banese apresentaram retrações de -5,4 pp., de -0,4 pp. e de -4,0 pp., respectivamente.

Índices de Rentabilidade e Lucratividade (%)

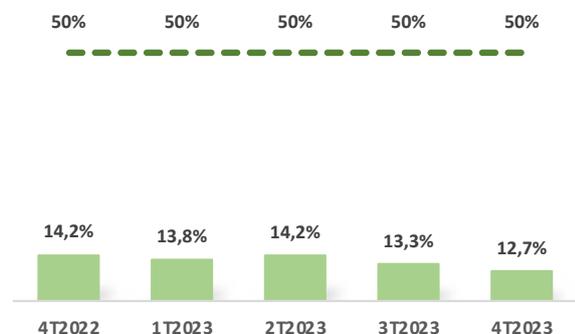


Capital e Basileia

Índices e Capitalização	4T23	4T22	V12M	3T23	V3M
Patrimônio de Referência	700,8	648,6	▲ +8,0%	653,4	▲ +7,3%
PR Nível I	546,8	524,6	▲ +4,2%	519,0	▲ +5,4%
PR Nível II	154,0	124,0	▲ +24,2%	134,4	▲ +14,6%
Índice de Basileia	13,38%	13,57%	▼ -0,19 pp.	13,02%	▲ +0,36 pp.
Índice de Capital Principal	10,44%	10,97%	▼ -0,53 pp.	10,35%	▲ +0,09 pp.
Índice de Capital Nível I	10,44%	10,97%	▼ -0,53 pp.	10,35%	▲ +0,09 pp.
Índice Basileia Mínimo + ACP	10,50%	10,50%	▶ ND	10,50%	▶ ND
Margem sobre o PR considerando a capital para cobertura do Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária e o ACP	70,9	69,6	▲ +1,9%	52,4	▲ +35,3%

O Índice de Basileia do Conglomerado Banese totalizou 13,38% ao final do 4T23, o que representa um incremento de 0,36 pp. quando comparado ao 3T23, devido ao resultado acumulado do exercício e à homologação do aumento de capital social. Em relação ao 4T22, houve decremento de 0,19 pp., ocasionado pelo crescimento dos Ativos Ponderados pelo Risco em 9,6% (R\$ 458,4 milhões), principalmente pelo aumento nas parcelas expostas ao risco de crédito em 7,7% (aprox. R\$ 329,8 milhões) e do risco operacional em 24,0% (aprox. R\$ 125,3 milhões).

Índice de Imobilização (%)



Índice de Imobilização

O índice de imobilização encerrou o 4T23 em 12,7%, apresentando uma involução de 0,6 pp. quando comparado ao 3T23 e de 1,5 pp. em relação ao 4T22, devido ao crescimento do Patrimônio de Referência em 7,3% e 8,0% (aprox. R\$ 47,4 milhões e R\$ 52,2 milhões).

O resultado foi substancialmente abaixo do requerimento máximo de imobilização estabelecido pelo Banco Central do Brasil, que é de 50,0%. Vale ressaltar que esse índice é tão melhor quanto menor ele for.

Ratings

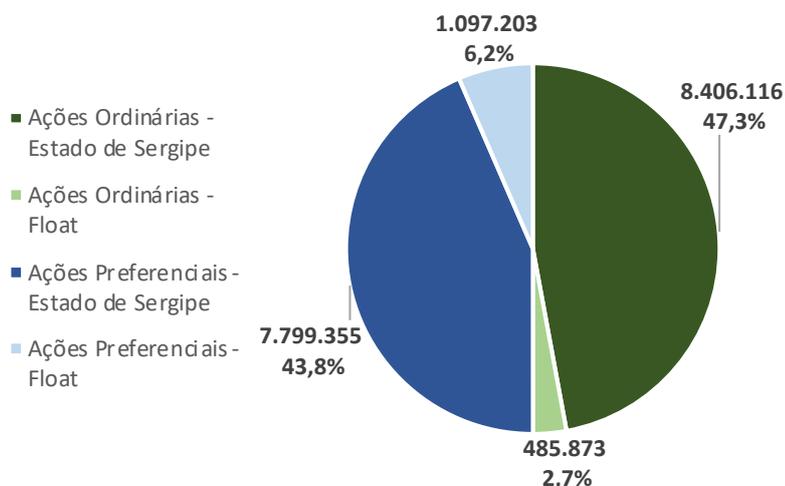
A *Fitch Ratings* revisou, em 31 de agosto de 2023, o Rating Nacional de Longo Prazo do Banese para 'AA+(bra)', com Perspectiva Estável; e o Rating Nacional de Curto Prazo permanece em 'F1+(bra)'. Os ratings nacionais do Banese refletem a opinião da *Fitch* de que, caso necessário, o banco receberia o suporte de seu acionista controlador, o estado de Sergipe, cujo perfil de crédito é avaliado internamente pela agência. A *Fitch* acredita que o Banese é estrategicamente importante para Sergipe, por ser o principal agente financeiro do governo local e ter significativa participação de mercado em créditos e depósitos no estado. Ainda segundo a agência, o banco apresenta modelo de negócios estável e indicadores econômico-financeiros adequados.

Já a *Moody's Local BR Agência de Classificação de Risco Ltda. ("Moody's Local")* afirmou, em 20 de outubro de 2023, o rating de emissor de A+.br, o rating de depósito de longo prazo de A+.br, e o rating de depósito de curto prazo de ML A-1.br, com perspectiva estável, que consideram a relevante captação de depósitos do Banese com clientes no mercado regional, o estado de Sergipe (SE). Os ratings refletem, dentre outros fatores, a persistência das pressões geradas pelo aumento da inadimplência da carteira de crédito do Banco, que impactam em despesas de provisão, como também por despesas tributárias não recorrentes. Os ratings também incorporam a manutenção dos níveis de capital relativamente baixos quando comparado ao praticado pelo mercado.

Agência	Escala	Longo Prazo	Curto Prazo	Perspectiva
Fitch Ratings	Nacional	AA+ (bra)	F1+ (bra)	Estável
Moody's Local	Nacional – Depósitos	A+.br	ML A-1.br	Estável

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Banese na B3



A estrutura acionária do Banese em 2023 corresponde a 91,07% de ações do Governo do Estado de Sergipe e 8,93% de *Free Float*. As ações em circulação são constituídas por 30,69% ON e 69,31% PN.

A composição societária equivale a 17,8 milhões de ações, que consistem em 8,9 milhões de ações ordinárias (BGIP3) e 8,9 milhões de ações preferenciais (BGIP4).

As ações do Banese fazem parte do Índice ITAG da B3, que concentra as ações com direitos diferenciados de *Tag Along*.

No ano de 2023, foram aprovados, pelo Conselho de Administração do Banese, e homologados, pelo Banco Central do Brasil (Bacen), dois eventos de aumento de capital social, totalizando R\$ 56.999.920,42 (cinquenta e seis milhões, novecentos e noventa e nove mil novecentos e vinte reais e quarenta e dois centavos). O capital social do Banco passou para R\$ 569.999.920,42, representado por 8.896.776 ações ordinárias nominativas e 8.896.776 ações preferenciais nominativas, o que importa um total de 17.793.552 ações.

No primeiro evento, foi aprovado, em reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de março de 2023, o aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado previsto no Estatuto Social da Companhia, no valor de R\$ 35.999.966,90, mediante emissão de 1.620.890 novas ações, sendo 810.445 ações ordinárias e sendo 810.445 ações preferenciais. O aumento de capital foi homologado pelo Bacen no dia 19 de julho de 2023.

Já no segundo aumento, foi aprovado, em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de setembro de 2023, o aumento do capital social, também dentro do limite do capital autorizado previsto no Estatuto Social, no valor de R\$ 20.999.953,52, mediante emissão de 887.572 novas ações, sendo 443.786 ações ordinárias e 443.786 ações preferenciais. O referido aumento de capital foi homologado pelo Bacen no dia 22 de dezembro de 2023.

Clientes e Canais de Atendimento

A base de clientes do Banese atingiu um total de 861.348 correntistas e poupadores ao final do 4T23, o que correspondeu a um crescimento de 2,2% em relação ao 4T22 e de 0,9% na comparação com o 3T23, compreendendo 836.164 clientes PF e 25.184 clientes PJ.

No ano de 2023 houve um incremento de 7,5% na quantidade de transações realizadas no Internet e Mobile Banking em relação ao ano de 2022, e de 0,2% quando comparado o 4T23 com o 3T23. Nos pontos convencionais houve queda de 13,3% das transações em 2023, no comparativo entre o mesmo período do ano de 2022.

Dados de Canais

	2023	2022	V12M	4T23	4T22	V12
Agências	63	63	▶ ND	63	63	▶ ND
Postos de Serviços	09	09	▶ ND	09	09	▶ ND
Terminais ATM	465	459	▲ +6	465	462	▲ +3
Correspondentes no País	189	193	▼ -4	189	210	▼ -21
Transações em Agências, ATM e Correspondentes	26,8Mi	30,9 Mi	▼ -13,3%	6,1Mi	7,5 Mi	▼ -18,7%
Volume Transacionado	R\$ 37,4 Bi	R\$ 40,6 Bi	▼ -7,9%	R\$ 8,5 Bi	R\$ 10,1 Bi	▼ -15,8%
Transações <i>online</i>	156,3 Mi	145,4 Mi	▲ +7,5%	40,1 Mi	40,0 Mi	▲ +0,2%
Volume Transacionado	R\$ 40,2 Bi	R\$ 47,3 Bi	▼ -15,0%	R\$ 11,1 Bi	R\$ 14,0 Bi	▼ -20,7%

O Banco manteve as diretrizes referentes à readequação da sua rede de atendimento, objetivando garantir aderência ao Planejamento Estratégico da Companhia. Dessa forma, encerrou o ano de 2023 com 63 agências no Estado de Sergipe, distribuídas em 54 unidades físicas (12 na capital e 42 no interior).

Serviços Bancários

O Banese continua desenvolvendo serviços vinculados ao Pix - Pix Saque, Pix Troco, Pix Cobrança e Arrecadação PIX, os quais possibilitam a oferta de novos negócios, a oportunidade de ampliação do portfólio e das receitas com serviços bancários, assim como menor circulação de numerário, gerando maior agilidade na prestação dos serviços aos clientes.

Houve também o desenvolvimento de ferramenta que possibilita a abertura de conta salário em lote, mediante convênio de folha de pagamento firmado entre o Banese e empresas de qualquer porte que realizem pagamento de salários e comissões a funcionários, facilitando o acesso ao cliente de forma mais ágil a produtos e serviços ofertados pelo Banese.

Investimentos em Capital Humano

O Banese tem investido no desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional dos seus empregados, através de diversas iniciativas, como o Programa de Formação Profissional e o Programa de Certificação Continuada, que integram um conjunto de ações que visam estimular a atualização profissional perene dos empregados, com vistas ao atendimento com excelência aos clientes. Também manteve a campanha de incentivo à obtenção de certificações ANBIMA, bem como lançou o edital de bolsas de estudo para as modalidades de graduação, pós-graduação e idiomas.

A Universidade Corporativa Banese possui uma série de cursos associados a áreas de conhecimento que vão ao encontro das dinâmicas e exigências do mundo do trabalho sob vieses situacionais e estratégicos. No 4T23, alcançou 800 cursos concluídos e 456 empregados treinados em pelo menos um treinamento presencial ou virtual. Outra importante frente de investimento no capital humano da empresa foram as capacitações e treinamentos com investimentos na ordem de R\$ 224 mil, o que representou um aumento de 200% em relação ao trimestre imediatamente anterior.

CONGLOMERADO BANESE

O conglomerado econômico do Banese é composto pelo Banese S.A. e pela Mulvi Instituição de Pagamento S.A. (MULVI). Adicionalmente fazem parte do grupo Banese: a Banese Corretora e Administradora de Seguros, o Instituto Banese de Seguridade Social (SERGUS), a Caixa de Assistência dos Empregados do Banese (CASSE) e o Instituto Banese.

Banese Card & MULVI

A Mulvi, empresa de meios de pagamento do Grupo Banese, oferta soluções com foco no mercado de cartões de crédito, vouchers e soluções de aquisição. A quantidade de portadores aptos a comprar apresentou um total de 560.194 mil clientes no 4T23. O volume transacionado pelos produtos geridos pela MULVI alcançou um total de R\$ 1,1 bilhão, um acréscimo de 14,6% em relação ao 4T22, e 15,3%, quando comparado ao trimestre anterior. No ano, o volume transacionado alcançou um marco de R\$ 3,9 bilhões, um crescimento de 21,9% na comparação com o ano de 2022.

Os produtos de Emissão, como o cartão Banese Card, geridos pela Mulvi cresceram 15,7% no 4T23, em relação ao mesmo período do ano anterior, alcançando um volume total de R\$ 961,5 milhões. O número de estabelecimentos ativos (360 dias) no 4T23 apresentou uma retração de 6,5%, em contrapartida à base de lojistas aptos, que cresceu 0,6%, com incremento na venda média de 25,1%, ambos em relação ao mesmo período do ano anterior.

Destaque para o desempenho da Mulvi Pay, que neste último trimestre alcançou um crescimento de 41,9% em relação ao ano anterior, assim como para o incremento nos pagamentos das renegociações, que registrou um crescimento de 6,4% no 4T23 em relação ao 3T23.

Banese Corretora de Seguros

A Banese Administradora e Corretora de Seguros Ltda. tem consolidado sua parceria com as principais seguradoras do Brasil, tendo realizado uma série de iniciativas que buscam a excelência no atendimento aos seus clientes, oferecendo as melhores condições nos diversos ramos de seguros, consórcios, capitalização e previdência privada.

A Banese Corretora apresentou um volume de R\$ 42,6 milhões em prêmios de seguro emitidos no 4T23, redução de 13,1% em relação ao 3T23, e de 34,3% quando comparado ao 4T22.

No período de janeiro a dezembro de 2023, a Banese Corretora apresentou um volume de R\$ 176,7 milhões em prêmios emitidos de seguros e 2,4 milhões em quantidade de seguros contratados. A receita bruta de vendas apresentou um crescimento de 1,3% em 2023, quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Instituto Banese e Museu da Gente Sergipana

No 4T23, o Instituto Banese gerou benefícios sociais a 10.172 pessoas diretamente ligadas aos projetos estratégicos das 13 entidades apoiadas financeiramente, atingindo um público total de 11.793 pessoas beneficiadas por ações realizadas direta e indiretamente pelo próprio Instituto, incluindo 250 crianças da orquestra jovem, assim como a realização de projetos pelo próprio Instituto Banese, com um público de 1.621 pessoas beneficiadas. Em 2023, foram beneficiadas um total de 60.227 pessoas diretamente e 32.679 pessoas indiretamente.

O Museu da Gente Sergipana Governador Marcelo Déda é um centro cultural dinâmico, núcleo interpretativo da cultura de Sergipe e portal de aproximação com o meio artístico local, nacional e internacional, através do intercâmbio de exposições e da realização de eventos culturais. No 4T23, o Museu recebeu a visita de 29.581 pessoas dos mais variados lugares e com diversas finalidades (turismo, educação, assistência social e lazer). No ano de 2023, o número de visitantes ao Museu alcançou um total de 111.301.

Outra ação social patrocinada pelo Grupo Banese e operacionalizada através do Instituto Banese é o Projetar.SE. A iniciativa tem por propósito orientar os municípios na captação de recursos para obras de diversas modalidades, desenvolvimento de projetos de arquitetura, urbanismo e engenharia e fortalecimento da capacidade institucional das Prefeituras.

Quanto às visitas de acompanhamento de execução de projetos, ocorreram em: Simão Dias, no projeto da Ponte sob o Rio Caiçá (fase de conclusão); Salgado, referente ao início da execução do projeto do Campo de Futebol; São Cristóvão – trechos do Projeto Caminhos da Santa Dulce dos Pobres; Japoatã – Projeto Praça do Massapê (etapa Final da obra); Santana de São Francisco – Projeto da Orla Fluvial, as arquibancadas em fase de finalização, terreno regularizado e início da execução de rampas de acesso.

Foram apresentados estudos de viabilidade aos gestores dos municípios de Aquidabã (projeto de requalificação da Praça Rosalvo Figueiredo), Boquim (Projeto de Requalificação da Praça Vigário Cravo e a provação do Mercado de Plantas ornamentais) e Nossa Senhora de Lourdes (Projeto Pátio de Lourdes). Já o Projeto Básico está em desenvolvimento em Porto da Folha o Projeto de Orla Fluvial da Ilha do Ouro. Em Nossa Senhora das Dores, foi concluído o Projeto de Intervenção no Cruzeiro do Século – monumentos e marcos das Rotas Penitenciais.

SERVIÇOS PRESTADOS PELA AUDITORIA INDEPENDENTE

O BANESE possui processo para a contratação de Auditoria Independente com base nas diretrizes da Lei nº 13.303/16, que regula os processos de licitação e contratos da Administração Pública. Bem como, processo para a observância da não contratação da mesma empresa para outros serviços que possam configurar eventual conflito de interesse e perda de independência ou objetividade na execução de suas atividades. As informações relacionadas aos honorários da empresa de auditoria são publicadas no Diário Oficial do Estado de Sergipe a cada contrato/aditivo.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL - EM REAIS MIL

	BANESE MÚLTIPLO		BANESE CONSOLIDADO	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
ATIVO				
CIRCULANTE	4.180.731	3.988.138	4.759.327	4.484.432
DISPONIBILIDADE (NOTA 4)	61.140	63.973	68.421	67.012
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	4.205.109	4.012.866	4.840.605	4.584.500
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 5)	1.914.525	1.367.835	1.917.426	1.367.835
Aplicações no mercado aberto (NOTA 4)	939.970	599.985	939.970	599.985
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	974.555	767.850	977.456	767.850
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (NOTA 6)	298.562	818.519	300.899	821.083
Carteira Própria	211.761	768.741	214.098	771.305
Vinculados a Compromissos de Recompra	19.691	15.422	19.691	15.422
Vinculados à Prestação de Garantias	785	732	785	732
Vinculados ao Banco Central	66.325	33.624	66.325	33.624
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 7)	639.803	613.258	690.328	689.463
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	158	137	50.683	76.342
Créditos Vinculados:	639.645	613.121	639.645	613.121
- Depósitos no Banco Central	639.645	613.121	639.645	613.121
Correspondentes	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 8)	1.006.215	888.460	1.006.215	888.460
Operações de Crédito:	1.006.215	888.460	1.006.215	888.460
- Setor Privado	1.006.215	888.460	1.006.215	888.460
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 9)	346.004	324.794	925.737	817.659
Rendas a Receber	1.396	2.822	14.100	12.281
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	3.501	-
Diversos	344.608	321.972	908.238	805.474
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa sem Característica de Concessão de Crédito	-	-	(102)	(96)
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO (NOTA 8 f)	(88.207)	(90.078)	(154.215)	(172.792)
Provisão para Perdas de Operações de Crédito	(86.340)	(88.205)	(86.340)	(88.205)
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.867)	(1.873)	(1.867)	(1.873)
Provisão para Valores a receber relativos a transações de pagamento	-	-	(66.008)	(82.714)
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 10)	2.689	1.377	4.516	5.712
Outros Valores e Bens	1.100	1.163	2.046	2.262
Despesas Antecipadas	1.589	214	2.470	3.450
NÃO CIRCULANTE	4.790.643	3.772.768	4.915.443	3.854.908
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	4.639.428	3.607.750	4.767.788	3.713.357
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	4.387.378	3.386.605	4.429.389	3.425.956
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 5)	54.283	-	54.283	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	54.283	-	54.283	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (NOTA 6)	1.323.146	763.944	1.323.146	763.944
Carteira Própria	1.323.146	763.944	1.323.146	763.944
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 7)	85.449	80.234	85.449	80.234
Créditos Vinculados:	85.449	80.234	85.449	80.234
- SFH - Sistema Financeiro da Habitação	85.449	80.234	85.449	80.234
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 8)	2.718.676	2.365.804	2.718.676	2.365.804
Operações de Crédito:	2.718.676	2.365.804	2.718.676	2.365.804
- Setor Privado	2.718.676	2.365.804	2.718.676	2.365.804
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 9)	205.824	176.623	247.835	215.974
Rendas a Receber	-	-	23	20
Diversos	218.944	188.350	260.932	227.681
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa sem Característica de Concessão de Crédito	(13.120)	(11.727)	(13.120)	(11.727)
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO (NOTA 8 f)	(74.191)	(63.174)	(74.191)	(63.174)
Provisão para Perdas de Operações de Crédito	(74.191)	(63.174)	(74.191)	(63.174)
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	257.042	215.529	343.391	281.785
Créditos Tributários sobre diferenças temporárias (Nota 21)	172.287	151.824	202.910	189.851
Créditos Tributários sobre base fiscal negativa (Nota 21)	-	-	37.378	8.476
Créditos Tributários sobre impostos e contribuições a compensar (Nota 9.2)	84.755	63.705	103.103	83.458
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 10)	69.199	68.790	69.199	68.790
Outros Valores e Bens	71.206	72.747	71.206	72.747
Provisões para Desvalorizações	(6.830)	(7.255)	(6.830)	(7.255)
Despesas Antecipadas	4.823	3.298	4.823	3.298
INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÃO DE COLIGADAS E CONTROLADAS (NOTA 11)	74.271	99.808	-	-
Participação em Coligadas e Controladas	74.271	99.808	-	-
OUTROS INVESTIMENTOS (NOTA 11)	6	6	6	6
Outros Investimentos	454	454	454	454
Provisões para Perdas	(448)	(448)	(448)	(448)
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 12)	191.182	184.059	274.040	266.838
Imóveis de Uso	59.654	55.995	77.904	74.110
Outras Imobilizações de Uso	131.528	128.064	196.136	192.728
INTANGÍVEL (NOTA 13)	99.259	86.279	133.308	117.081
Ativos Intangíveis	99.259	86.279	133.308	117.081
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	(213.503)	(205.134)	(259.699)	(242.374)
Depreciações Acumuladas - Imobilizado de Uso (NOTA 12)	(146.915)	(142.313)	(185.195)	(174.896)
Amortização Acumulada - Ativos Intangíveis (NOTA 13)	(66.588)	(62.821)	(74.504)	(67.478)
TOTAL DO ATIVO	8.971.374	7.760.906	9.674.770	8.339.340

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL - EM REAIS MIL

	BANESE MÚLTIPLO		BANESE CONSOLIDADO	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
PASSIVO				
CIRCULANTE				
DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	5.682.739	5.312.490	6.359.922	5.840.907
DEPÓSITOS (NOTA 14)	5.534.374	5.138.285	5.528.277	5.120.564
Depósitos à Vista	5.472.330	5.069.400	5.466.197	5.046.244
Depósitos de Poupança	1.260.538	1.185.161	1.248.073	1.170.362
Depósitos Interfinanceiros	2.109.606	2.034.501	2.109.606	2.034.501
Depósitos a Prazo	167.247	146.509	167.247	146.509
Depósitos Outros	1.934.708	1.702.998	1.934.636	1.692.378
Depósitos Outros	231	231	6.635	2.494
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (NOTA 14)	-	10.914	-	3.301
Carteira Própria	-	10.914	-	3.301
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 14)	2.044	1.821	2.080	14.869
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	2.044	1.821	2.080	14.869
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (NOTA 14)	5.565	21.114	5.565	21.114
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	5.565	21.114	5.565	21.114
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (NOTA 14)	54.435	35.036	54.435	35.036
BNDES	2.277	2.471	2.277	2.471
FINAME	180	207	180	207
Outras Instituições	51.978	32.358	51.978	32.358
OUTROS PASSIVOS (NOTA 15)	148.365	174.205	831.645	720.343
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	1.887	1.989	2.417	2.497
Sociais e Estatutárias	11.040	35.803	11.040	35.803
Fiscais e Previdenciárias	12.899	12.680	16.572	15.942
Recursos em Trânsito de Terceiros	244	260	244	260
Diversas	122.295	123.473	801.372	665.841
NÃO CIRCULANTE	2.620.361	1.852.860	2.617.230	1.863.444
DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	2.286.883	1.563.188	2.272.336	1.561.995
DEPÓSITOS (NOTA 14)	2.062.717	1.480.132	2.059.250	1.480.132
Depósitos a Prazo	2.062.717	1.480.132	2.059.250	1.480.132
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (NOTA 14)	19.647	4.450	8.567	3.257
Carteira Própria	19.647	4.450	8.567	3.257
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (NOTA 14)	42.354	4.964	42.354	4.964
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	42.354	4.964	42.354	4.964
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (NOTA 14)	162.165	73.642	162.165	73.642
BNDES	2.197	4.424	2.197	4.424
FINAME	-	179	-	179
Outras Instituições	159.968	69.039	159.968	69.039
OUTROS PASSIVOS (NOTA 15)	154.014	140.564	154.921	141.166
Dívidas Subordinadas	154.013	140.564	154.013	140.564
Diversas	1	1	908	602
PROVISÕES	179.464	149.107	189.973	160.283
Provisão para contingências (NOTA 16b)	179.464	149.107	189.973	160.283
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 18)	668.274	595.556	697.618	634.989
Capital Social - De Domiciliados no País	570.000	513.000	570.000	513.000
Reservas de Lucros	98.274	82.556	98.274	82.556
Participação de Não Controladores (NOTA 17)	-	-	29.344	39.433
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.971.374	7.760.906	9.674.770	8.339.340

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

Relatório de Resultados 4T23 e 2023 | Banco do Estado de Sergipe S.A. - BANESE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EM REAIS MIL

	BANESE MÚLTIPLO				BANESE CONSOLIDADO			
	2023		2022		2023		2022	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....	618.790	1.219.456	570.212	1.074.465	614.892	1.210.558	563.276	1.061.590
Operações de Crédito (NOTA 8 h.).....	386.887	754.197	328.238	636.930	381.037	742.035	321.669	624.924
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (NOTA 6 b.).....	214.041	428.475	221.510	405.308	215.993	431.739	221.143	404.439
Resultado das Aplicações Compulsórias (NOTA 7 b.).....	17.862	36.784	20.464	32.227	17.862	36.784	20.464	32.227
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....	(386.170)	(778.922)	(360.717)	(688.783)	(426.954)	(867.484)	(411.665)	(782.142)
Operações de Captações no Mercado (NOTA 14 d.).....	(314.472)	(624.104)	(291.804)	(541.445)	(313.545)	(621.622)	(290.573)	(539.224)
Operações de Empréstimos e Repasses (NOTA 14 d.).....	(8.396)	(16.017)	(4.945)	(10.650)	(8.396)	(16.017)	(4.945)	(10.650)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito (NOTA 8 f.).....	(63.302)	(138.801)	(63.968)	(136.688)	(63.302)	(138.801)	(63.968)	(136.688)
Provisão para Outros Créditos (NOTA 8 f.).....	-	-	-	-	(41.711)	(91.044)	(52.179)	(95.580)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....	232.620	440.534	209.495	385.682	187.938	343.074	151.611	279.448
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(157.052)	(311.889)	(131.839)	(275.940)	(134.458)	(242.270)	(88.465)	(191.169)
Receitas de Prestação de Serviços (NOTA 19 a.).....	27.977	54.381	30.093	57.470	75.756	147.276	75.927	159.867
Receitas de Tarifas Bancárias (NOTA 19 b.).....	34.199	67.845	34.353	68.030	34.199	67.845	34.353	68.030
Despesas de Pessoal (NOTA 19 c.).....	(106.324)	(204.959)	(96.885)	(190.645)	(128.001)	(249.082)	(118.611)	(232.480)
Outras Despesas Administrativas (NOTA 19 d.).....	(103.186)	(206.135)	(114.178)	(216.369)	(139.526)	(281.706)	(149.469)	(286.240)
Despesas Tributárias (NOTA 19 e.).....	(21.313)	(41.544)	(20.489)	(40.360)	(34.145)	(66.643)	(33.526)	(67.021)
Resultado de Participações em Coligadas e Controlada (NOTA 11)	(4.968)	(25.537)	(10.620)	(16.895)	-	-	-	-
Outras Receitas Operacionais (NOTA 19 f.).....	39.019	82.835	62.145	100.614	106.859	219.790	136.368	240.902
Outras Despesas Operacionais (NOTA 19 g.).....	(22.456)	(38.775)	(16.258)	(37.785)	(49.600)	(79.750)	(33.507)	(74.227)
DESPESAS PROVISÕES	(18.252)	(72.117)	(11.608)	(19.933)	(20.422)	(75.864)	(13.677)	(23.651)
Despesa com Provisões Judiciais (NOTA 19 h.).....	(18.252)	(72.117)	(11.608)	(19.933)	(20.422)	(75.864)	(13.677)	(23.651)
RESULTADO OPERACIONAL.....	57.316	56.528	66.048	89.809	33.058	24.940	49.469	64.628
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO.....	57.316	56.528	66.048	89.809	33.058	24.940	49.469	64.628
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	(5.915)	(1.894)	1.838	(2.758)	16.380	19.605	14.221	15.748
Despesa com Imposto de Renda (NOTA 21)	(3.195)	(12.057)	4.104	(4.636)	(3.195)	(12.057)	4.104	(3.433)
Despesa com Contribuição Social (NOTA 21)	(2.838)	(10.300)	3.256	(3.211)	(2.838)	(10.300)	3.256	(2.204)
IR e CSLL Diferidos	118	20.463	(5.522)	5.089	22.413	41.962	6.861	21.385
PARTICIPAÇÕES DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NO LUCRO.....	(6.601)	(7.164)	(8.904)	(11.539)	(6.601)	(7.164)	(8.904)	(11.539)
LUCRO LÍQUIDO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES.....	44.800	47.470	58.982	75.512	42.837	37.381	54.786	68.837
-	-	-	-	-	-	-	-	-
PARTICIPAÇÃO DO CONTROLADOR	44.800	47.470	58.982	75.512	44.800	47.470	58.982	75.512
PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES (NOTA 17)	-	-	-	-	(1.963)	(10.089)	(4.196)	(6.675)
LUCRO LÍQUIDO.....	44.800	47.470	58.982	75.512	42.837	37.381	54.786	68.837
Lucro líquido por Ação Ordinária do Capital Social (em R\$)	2,40	2,54						
Lucro líquido por Ação Preferencial do Capital Social (em R\$)	2,64	2,79						

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - EM REAIS MIL

	BANESE MÚLTIPLO				BANESE CONSOLIDADO			
	2023		2022		2023		2022	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO.....	44.800	47.470	58.982	75.512	42.836	37.380	54.786	68.837
Itens que serão reclassificados para o resultado.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Itens que não serão reclassificados para o resultado - Passivo Atuarial.....	-	-	(6.714)	(5.278)	-	-	(6.714)	(5.278)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO.....	44.800	47.470	52.268	70.234	42.836	37.380	48.072	63.559
RESULTADO ABRANGENTE ATRIBUÍVEL AO AÇIONISTA CONTROLADOR.....	-	-	-	-	44.800	47.470	52.268	70.234
RESULTADO ABRANGENTE ATRIBUÍVEL AO AÇIONISTA NÃO CONTROLADOR.....	-	-	-	-	(1.964)	(10.090)	(4.196)	(6.675)

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS - EM REAIS MIL

	BANESE MÚLTIPLO				BANESE CONSOLIDADO			
	2023		2022		2023		2022	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
Receita da intermediação financeira.....	618.790	1.219.456	570.212	1.074.465	614.892	1.210.558	563.276	1.061.590
Despesa da intermediação financeira.....	(386.170)	(778.922)	(360.717)	(688.783)	(426.954)	(867.484)	(411.665)	(782.142)
Outras receitas/ despesas operacionais/ despesas provisões.....	(1.689)	(28.057)	34.279	42.896	36.837	64.176	89.183	143.023
Receita da prestação de serviços.....	62.176	122.226	64.446	125.500	109.955	215.121	110.280	227.897
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros.....	(96.198)	(191.880)	(106.950)	(201.975)	(125.128)	(254.706)	(137.392)	(262.475)
Valor Adicionado Bruto.....	196.909	342.823	201.270	352.103	209.602	367.665	213.682	387.893
Retenções.....	(5.554)	(11.227)	(5.660)	(11.325)	(10.807)	(19.743)	(8.770)	(17.108)
Amortização.....	(1.828)	(3.767)	(1.771)	(3.224)	(4.314)	(6.724)	(2.179)	(3.907)
Depreciação.....	(3.726)	(7.460)	(3.889)	(8.101)	(6.493)	(13.019)	(6.591)	(13.201)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade.....	191.355	331.596	195.610	340.778	198.795	347.922	204.912	370.785
Valor Adicionado Recebido em Transferência.....	(4.968)	(25.537)	(10.620)	(16.895)	-	-	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	(4.968)	(25.537)	(10.620)	(16.895)	-	-	-	-
Valor Adicionado a Distribuir.....	186.387	306.059	184.990	323.883	198.795	347.922	204.912	370.785
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
Governo.....	27.228	43.438	18.651	43.118	17.765	47.038	19.305	51.273
Despesas Tributárias.....	21.195	21.081	26.011	35.271	11.732	24.681	26.665	45.636
Imposto de renda e contribuição social.....	6.033	22.357	(7.360)	7.847	6.033	22.357	(7.360)	5.637
Empregados.....	112.925	212.123	105.789	202.184	134.602	256.246	127.514	244.018
Salários e honorários.....	62.943	121.874	57.336	115.334	76.760	150.192	71.236	142.094
Encargos sociais.....	23.530	46.177	21.280	41.772	28.137	55.403	25.927	50.450
Previdência privada.....	4.029	7.516	3.657	6.660	4.028	7.516	3.657	6.660
Benefícios e treinamentos.....	15.822	29.392	14.612	26.879	19.076	35.971	17.790	33.275
Participação nos resultados.....	6.601	7.164	8.904	11.539	6.601	7.164	8.904	11.539
Aluguéis.....	1.434	3.028	1.568	3.069	2.203	4.057	1.762	3.436
Taxas e Contribuições.....	-	-	-	-	1.388	3.200	1.545	3.221
Acionistas.....	22.109	22.109	36.000	36.000	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio.....	22.109	22.109	36.000	36.000	-	-	-	-
Participação não Controladores.....	-	-	-	-	(1.963)	(10.089)	(4.196)	(6.675)
(Prejuízo)/Lucro Retido.....	22.691	25.361	22.982	39.512	44.800	47.470	58.982	75.512
Valor Adicionado Distribuído.....	186.387	306.059	184.990	323.883	198.795	347.922	204.912	370.785

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - EM REAIS MIL

	BANESE MÚLTIPLO				BANESE CONSOLIDADO			
	2023		2022		2023		2022	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS								
Lucro Líquido Ajustado.....	128.625	245.534	122.137	216.433	155.601	300.787	154.781	275.459
Lucro Líquido.....	44.800	47.470	58.962	75.512	44.800	47.470	58.962	75.512
Ajuste ao Lucro Líquido.....	83.825	198.064	63.155	140.921	110.801	253.317	95.799	199.947
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	63.302	138.801	63.968	136.688	63.302	138.801	63.968	136.688
Provisão (Reversão) para Créditos Vinculados-FCVS.....	734	1.608	6.599	12.001	734	1.608	6.599	12.001
Depreciações e Amortizações.....	5.554	11.227	5.660	11.325	11.339	20.608	9.056	17.636
Provisões para Contingências.....	18.252	72.117	11.608	19.933	20.422	75.864	13.677	23.651
Despesa com prêmio de fidelização.....	-	64	235	531	-	186	789	1.362
TVM Ajuste ao Valor de Mercado.....	16	14	(521)	(936)	16	14	(521)	(936)
Ativo Fiscal Diferido.....	(118)	(20.463)	5.522	(5.089)	(22.413)	(41.962)	(6.861)	(21.385)
Perda de Capital.....	5.848	7.512	1.705	3.621	15.156	18.375	3.342	6.188
Reversão de Outras Provisões Operacionais.....	(1.809)	(14.872)	(27.993)	(33.456)	(4.396)	(21.985)	(30.534)	(47.293)
Atualização Monetária.....	(12.922)	(23.481)	(7.534)	(15.314)	(15.070)	(29.236)	(9.181)	(18.267)
Resultado de Participação em controladas.....	4.968	25.537	10.620	16.895	-	-	-	-
Ganhos/(Perdas) Outros Resultados Abrangentes.....	-	-	(6.714)	(5.278)	-	-	(6.714)	(5.278)
Provisão para Outros Créditos.....	-	-	-	-	41.711	91.044	52.179	95.580
Variação de Ativos e Obrigações.....	50.852	656.525	(229.824)	224.175	29.526	619.356	(244.351)	200.737
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	(51.361)	(260.988)	528.115	493.596	(54.262)	(263.889)	528.115	493.596
(Aumento) Redução em Rel. Interfinanceiras (Ativos/Passivos).....	(55.955)	(33.145)	(246.175)	(233.536)	(45.872)	(20.477)	(390.593)	(385.162)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito.....	(237.462)	(600.282)	(70.131)	(299.869)	(204.870)	(616.988)	68.863	(187.807)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens.....	(1.459)	(1.873)	4.559	9.760	161	3.202	3.202	7.702
(Aumento) Redução em Outros Créditos.....	9.149	(19.570)	23.319	5.330	(189.976)	(198.137)	(17.600)	(52.357)
(Aumento) Redução em Créditos Tributários.....	(28.417)	(21.050)	(17.069)	(38.823)	(27.457)	(19.644)	(30.579)	(59.489)
Aumento (Redução) em Depósitos.....	249.566	985.515	(382.388)	445.210	256.988	999.071	(394.125)	443.831
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto.....	(2.015)	4.283	(29)	2.410	(2.644)	2.009	(776)	2.381
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses.....	59.520	107.922	(25.032)	(35.872)	59.520	107.922	(25.032)	(35.872)
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos.....	1.298	21.841	(12.682)	(34.655)	1.298	21.841	(12.682)	(34.655)
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros.....	-	-	-	(9.833)	-	-	-	(9.833)
Aumento (Redução) em Outros Passivos e Provisões.....	(17.209)	(45.307)	5.331	12.560	111.905	87.605	67.131	98.576
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(6.033)	(22.357)	7.360	(7.847)	(6.033)	(22.357)	7.360	(5.637)
(Aumento) Redução em T.V.M. (para negociação).....	131.230	541.536	(45.002)	(84.256)	130.768	541.763	(47.635)	(74.537)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS.....	179.477	902.059	(107.687)	440.608	185.127	920.143	(89.570)	476.196
(Aumento) Redução em T.V.M. (mantidos até o vencimento).....	(77.807)	(580.795)	37.291	(52.328)	(77.807)	(580.795)	40.291	(49.328)
Aquisição de Imobilizado de Uso.....	(5.573)	(9.849)	(2.051)	(5.175)	(5.696)	(10.376)	(7.077)	(17.232)
Baixa de Imobilizado de Uso.....	17	20	52	372	27	41	60	389
Aplicações no Intangível.....	(6.416)	(12.980)	(6.132)	(11.029)	(6.274)	(16.227)	(15.165)	(28.046)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS.....	(89.779)	(603.604)	29.160	(68.160)	(89.750)	(607.357)	18.109	(94.217)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO								
Participação de não controladores.....	-	-	-	-	(1.963)	(10.089)	(4.196)	(6.675)
Juros Sobre o Capital Próprio Pagos.....	(31.118)	(31.752)	(36.000)	(36.000)	(31.118)	(31.752)	(36.000)	(36.000)
Dívidas Subordinadas.....	5.213	13.449	4.211	14.459	5.213	13.449	4.211	14.459
Aumento de Capital.....	57.000	57.000	-	-	57.000	57.000	-	-
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS.....	31.095	38.697	(31.789)	(21.541)	29.132	28.608	(35.985)	(28.216)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	120.793	337.152	(110.316)	350.907	124.509	341.394	(107.446)	353.763
Caixa e equivalente de caixa no início do período	880.317	663.958	774.274	313.051	883.882	666.997	774.443	313.234
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	1.001.110	1.001.110	663.958	663.958	1.008.391	1.008.391	666.997	666.997

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM REAIS MIL

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE LUCROS			AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL BANESE MÚLTIPLO	PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES	TOTAL BANESE CONSOLIDADO
	CAPITAL SOCIAL	LEGAL	ESTATUTÁRIA	ESPECIAL					
SALDOS EM 31.12.2021	426.000	42.641	87.403	-	5.278	-	561.322	46.108	607.430
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....	-	-	-	-	-	75.512	75.512	-	75.512
- Aumento de Capital.....	87.000	-	(87.000)	-	-	-	-	-	-
- Ganhos/(Perdas) Atuariais.....	-	-	-	-	(5.278)	-	(5.278)	-	(5.278)
- Juros sobre Capital Próprio.....	-	-	-	-	-	(36.000)	(36.000)	-	(36.000)
- Variação na Participação de Não Controladores.....	-	-	-	-	-	-	-	(6.675)	(6.675)
DESTINAÇÕES:	-	-	-	-	-	(39.512)	-	-	-
- Reservas.....	-	3.775	35.737	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31.12.2022	513.000	46.416	36.140	-	-	-	595.556	39.433	634.989
MUTAÇÕES DO PERÍODO	87.000	3.775	(51.263)	-	(5.278)	-	34.234	(6.675)	27.559
SALDOS EM 30.06.2022	426.000	43.468	87.403	-	6.714	15.703	579.288	43.629	622.917
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....	-	-	-	-	-	58.982	58.982	-	58.982
- Aumento de Capital.....	87.000	-	(87.000)	-	-	-	-	-	-
- Ganhos/(Perdas) Atuariais.....	-	-	-	-	(6.714)	-	(6.714)	-	(6.714)
- Juros sobre Capital Próprio.....	-	-	-	-	-	(36.000)	(36.000)	-	(36.000)
- Variação na Participação de Não Controladores.....	-	-	-	-	-	-	-	(4.196)	(4.196)
DESTINAÇÕES:	-	-	-	-	-	(38.685)	-	-	-
- Reservas.....	-	2.948	35.737	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31.12.2022	513.000	46.416	36.140	-	-	-	595.556	39.433	634.989
MUTAÇÕES DO PERÍODO	87.000	2.948	(51.263)	-	(6.714)	(15.703)	16.268	(4.196)	12.072
SALDOS EM 31.12.2022	513.000	46.416	36.140	-	-	-	595.556	39.433	634.989
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....	-	-	-	-	-	47.470	47.470	(10.089)	37.381
- Aumento de Capital.....	57.000	-	-	-	-	-	57.000	-	57.000
- Capital a Realizar.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Juros sobre Capital Próprio.....	-	-	-	(20.478)	-	(11.274)	(31.752)	-	(31.752)
- Juros Sobre o Capital Próprio Adicionais Propostos.....	-	-	(18.576)	29.411	-	(10.835)	-	-	-
DESTINAÇÕES:	-	-	-	-	-	(25.361)	-	-	-
- Reservas.....	-	2.374	22.987	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31.12.2023	570.000	48.790	40.551	8.933	-	-	668.274	29.344	697.618
MUTAÇÕES DO PERÍODO	57.000	2.374	4.411	8.933	-	-	72.718	(10.089)	62.629
SALDOS EM 30.06.2023	513.000	46.550	17.564	20.478	-	-	597.592	31.307	628.899
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO.....	-	-	-	-	-	44.800	44.800	(1.963)	42.837
- Aumento de Capital.....	57.000	-	-	-	-	-	57.000	-	57.000
- Capital a Realizar.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Ganhos/(Perdas) Atuariais.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Juros sobre Capital Próprio.....	-	-	-	(20.478)	-	(10.640)	(31.118)	-	(31.118)
- Juros Sobre o Capital Próprio Adicionais Propostos.....	-	-	-	8.933	-	(8.933)	-	-	-
- Variação na Participação de Não Controladores.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Capital Integralizado.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESTINAÇÕES:	-	-	-	-	-	(25.227)	-	-	-
- Reservas.....	-	2.240	22.987	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31.12.2023	570.000	48.790	40.551	8.933	-	-	668.274	29.344	697.618
MUTAÇÕES DO PERÍODO	57.000	2.240	22.987	(11.545)	-	-	70.682	(1.963)	68.719

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco do Estado de Sergipe S.A. - BANESE, (“Instituição” ou “Banco”) é uma sociedade anônima de capital aberto controlada pelo Governo do Estado de Sergipe, com sede na Rua Olímpio de Souza Campos Júnior, 31 – Aracaju/SE. Opera na forma de banco múltiplo e disponibiliza produtos e serviços bancários, por meio das carteiras de crédito comercial, desenvolvimento e imobiliário, além de contar com 63 agências no Estado de Sergipe distribuídas em 54 unidades físicas (12 na capital e 42 no interior).

Como fonte de financiamento de suas operações, o BANESE utiliza-se, além dos recursos dos acionistas (Patrimônio Líquido), de recursos obtidos principalmente com captações de depósitos à vista, poupança e depósitos a prazo, que incluem os depósitos judiciais.

O BANESE atua como banco oficial do Governo do Estado de Sergipe na administração dos recursos do Estado, assim como na prestação de serviços referentes às folhas de pagamento da administração direta e indireta.

O BANESE possui participação na Mulvi Instituição de Pagamento S.A, doravante “MULVI” ou “Instituição” que é uma pessoa jurídica de capital fechado, com sede na cidade de Aracaju, estado de Sergipe. .

A instituição opera em três segmentos de negócios: (i) emissor de instrumento de pagamento pós-pago, através do produto cartão de crédito Banese Card; (ii) emissor de moeda eletrônica, através dos produtos Banese Alimentação e Banese Refeição; e (iii) credenciador de ambos os arranjos, atividade que contempla os serviços da rede de adquirência, tais como o credenciamento de estabelecimentos comerciais e a captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com os seus cartões.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/1976, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no que for aplicável.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência ao padrão contábil internacional, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, a instituição, na elaboração das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo BACEN:

- >>> CPC 00(R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - Resolução CMN nº 4.924/2021;
- >>> CPC 01(R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - Resolução CMN nº 4.924/2021;
- >>> CPC 02(R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras - Resolução CMN nº 4.524/2016;
- >>> CPC 03(R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa - Resolução CMN nº 4.818/2020;
- >>> CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/2016;
- >>> CPC 05(R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - Resolução CMN nº 4.818/2020;
- >>> CPC 10(R1) - Pagamento baseado em ações - Resolução CMN nº 3.989/2011;
- >>> CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - Resolução CMN nº 4.924/2021;
- >>> CPC 24 - Eventos subsequentes - Resolução CMN nº 4.818/2020;
- >>> CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - Resolução CMN nº 3.823/2009;
- >>> CPC 27 - Ativo Imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/2016;
- >>> CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - Resolução CMN nº 4.877/2020;
- >>> CPC 41 - Resultado por Ação - Resolução CMN nº 4.818/2020; e
- >>> CPC 46 - Mensuração do Valor Justo - Resolução CMN nº 4.924/2021.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outras provisões, crédito tributário e passivo atuarial. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

2.1.Principais práticas adotadas na consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas para o período findo em 31 de dezembro de 2023, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), abrangendo as demonstrações financeiras do Banco do Estado de Sergipe S.A. – BANESE, de sua controlada MULVI Instituição de Pagamento S.A., dos fundos de direitos creditórios: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados Cartões Mulvi e Bes Card Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, e dos fundos exclusivos de multimercado: Bozano Atalaia Crédito Privado Multimercado FI, Brasil Plural BP Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado Crédito Privado e estão sendo apresentadas de maneira adicional, conforme faculdade prevista no Art. 77 da Resolução CMN nº 4.966/2021, às demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A Resolução BCB nº 02/2020 e a Resolução CMN nº 4.818/2020 dispõem sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2021. As principais alterações implementadas foram: os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com os do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente e a divulgação dos resultados não recorrentes. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido, incluindo a Demonstração de Resultado Abrangente. As presentes demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as referidas normas.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações:

- >>> Das participações no capital, reservas e resultados acumulados;
- >>> Dos saldos de contas integrantes do ativo e/ou passivo, mantidas entre as empresas cujos balanços patrimoniais foram consolidados; e
- >>> Dos efeitos decorrentes das transações realizadas entre essas instituições.

Em relação a participações no capital, segue composição acionária da MULVI:

	Caixa de Assistência dos Empregados do Banese - CASSE		Banco do Estado de Sergipe S.A. -BANESE		Total		% CASSE		% BANESE	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	30.09.2023	31.12.2022
Ações Ordinárias	190.000	190.000	188.137	188.137	378.137	378.137	50,25%	50,25%	49,75%	49,75%
Ações Preferenciais	-	-	292.726	292.726	292.726	292.726	-	-	100,00%	100,00%
Total	190.000	190.000	480.863	480.863	670.863	670.863	28,32%	28,32%	71,68%	71,68%

Conforme acordo de acionistas da MULVI, o BANESE tem direito a indicar a maioria dos membros do Conselho de Administração, que tem preponderância nas decisões da MULVI.

Para melhor entendimento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, segue de forma resumida o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

	BANESE 31.12.2023	MULVI 31.12.2023	Fundos 31.12.2023	Eliminações 31.12.2023	BANESE Consolidado	
					31.12.2023	31.12.2022
ATIVO CIRCULANTE	4.180.731	670.729	3.534	(95.667)	4.759.327	4.484.432
Disponibilidade	61.140	18.921	825	(12.465)	68.421	67.012
Instrumentos Financeiros	4.205.109	715.989	2.709	(83.202)	4.840.605	4.584.500
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.914.525	2.901	-	-	1.917.426	1.367.835
Títulos e valores mobiliários	298.562	3.222	2.709	(3.594)	300.899	821.083
Relações interfinanceiras	639.803	50.525	-	-	690.328	689.463
Operações de crédito	1.006.215	-	-	-	1.006.215	888.460
Outros créditos	346.004	659.341	-	(79.608)	925.737	817.659
Provisão para Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito	(88.207)	(66.008)	-	-	(154.215)	(172.792)
Outros valores e bens	2.689	1.827	-	-	4.516	5.712
ATIVO NÃO CIRCULANTE	4.790.643	213.618	-	(88.818)	4.915.443	3.854.908
Realizável a longo prazo	4.639.428	142.907	-	(14.547)	4.767.788	3.713.357
Instrumentos Financeiros	4.387.378	56.558	-	(14.547)	4.429.389	3.425.956
Aplicações interfinanceiras de liquidez	54.283	11.080	-	(11.080)	54.283	-
Títulos e valores mobiliários	1.323.146	3.467	-	(3.467)	1.323.146	763.944
Relações interfinanceiras	85.449	-	-	-	85.449	80.234
Operações de crédito	2.718.676	-	-	-	2.718.676	2.365.804
Outros créditos	205.824	42.011	-	-	247.835	215.974
Provisão para Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito	(74.191)	-	-	-	(74.191)	(63.174)
Créditos Tributários	257.042	86.349	-	-	343.391	281.785
Outros valores e bens	69.199	-	-	-	69.199	68.790
Investimentos em Participação de Coligadas e Controladas	74.271	-	-	(74.271)	-	-
Outros Investimentos	6	-	-	-	6	6
Imobilizado de Uso	191.182	82.858	-	-	274.040	266.838
Intangível	99.259	34.049	-	-	133.308	117.081
Depreciações e Amortizações	(213.503)	(46.196)	-	-	(259.699)	(242.374)
Total do ativo	8.971.374	884.347	3.534	(184.485)	9.674.770	8.339.340
PASSIVO CIRCULANTE	5.682.739	769.316	12	(92.145)	6.359.922	5.840.907
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	5.534.374	86.048	-	(92.145)	5.528.277	5.120.564
Depósitos	5.472.330	6.404	-	(12.537)	5.466.197	5.046.244
Relações interfinanceiras	2.044	79.644	-	(79.608)	2.080	14.869
Captações no mercado aberto	-	-	-	-	-	3.301
Recursos de aceites e emissão de títulos	5.565	-	-	-	5.565	21.114
Obrigações por empréstimos e repasses	54.435	-	-	-	54.435	35.036
Outros Passivos	148.365	683.268	12	-	831.645	720.343
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.620.361	11.416	-	(14.547)	2.617.230	1.863.444
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	2.286.883	-	-	(14.547)	2.272.336	1.561.995
Depósitos	2.062.717	-	-	(3.467)	2.059.250	1.480.132
Captações no mercado aberto	19.647	-	-	(11.080)	8.567	3.257
Recursos de aceites e emissão de títulos	42.354	-	-	-	42.354	4.964
Obrigações por empréstimos e repasses	162.165	-	-	-	162.165	73.642
Outros Passivos	154.014	907	-	-	154.921	141.166
Provisões	179.464	10.509	-	-	189.973	160.283
Patrimônio líquido	668.274	103.615	3.522	(77.793)	697.618	634.989
Capital Social	570.000	133.827	3.772	(137.599)	570.000	513.000
Reserva de Capital	-	5.414	-	(5.414)	-	-
Reserva de Lucro	98.274	-	-	-	98.274	82.556
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	(35.626)	(250)	35.876	-	-
Participação de Não Controladores	-	-	-	29.344	29.344	39.433
Total do passivo e patrimônio líquido	8.971.374	884.347	3.534	(184.485)	9.674.770	8.339.340

Segue de forma resumida a demonstração do resultado consolidada em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	BANESE 31.12.2023	MULVI 31.12.2023	Fundos 31.12.2023	Eliminações 31.12.2023	BANESE Consolidado	
					31.12.2023	31.12.2022
Receitas de intermediação financeira	1.219.456	5.702	398	(14.998)	1.210.558	1.061.590
Despesas de intermediação financeira	(778.922)	(91.044)	-	2.482	(867.484)	(782.142)
Resultado bruto da intermediação financeira	440.534	(85.342)	398	(12.516)	343.074	279.448
Outras receitas/despesas operacionais	(311.889)	31.965	(44)	37.698	(242.270)	(191.169)
Despesas de provisões	(72.117)	(3.747)	-	-	(75.864)	(23.651)
Resultado operacional	56.528	(57.124)	354	25.182	24.940	64.628
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participação	56.528	(57.124)	354	25.182	24.940	64.628
Imposto de renda e contribuição social	(1.894)	21.499	-	-	19.605	15.748
Participações estatutárias no lucro	(7.164)	-	-	-	(7.164)	(11.539)
Lucro líquido antes da participação de não controladores	47.470	(35.625)	354	25.182	37.381	68.837
Participação do controlador	-	-	-	47.470	47.470	75.512
Participação de não controladores	-	-	-	(10.089)	(10.089)	(6.675)
Lucro líquido	47.470	(35.625)	354	35.271	47.470	75.512

2.2. Diferenças entre COSIF e IFRS

Descrição das principais diferenças entre COSIF e IFRS

Estão apresentadas abaixo as práticas contábeis aplicáveis ao BANESE, em conformidade com o COSIF, que diferem do IFRS.

a) Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis:

Refere-se ao ajuste decorrente da estimativa de perdas sobre a carteira de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA), e sobre contratos de garantias financeiras prestadas e limites de crédito concedidos e não utilizadas, que foi apurada considerando os requerimentos do IFRS 9 para cálculo de provisões para perdas esperadas. Tais critérios diferem em determinados aspectos dos critérios adotados segundo o COSIF, que usa determinados limites regulatórios definidos pelo Bacen. Nas Demonstrações Financeiras em IFRS, esse efeito considera o impacto referente às provisões de determinados ativos financeiros.

As diferenças entre normas aplicadas ao COSIF e IFRS resultaram em valores distintos de perdas esperadas por redução ao valor recuperável e, em consequência, o ajuste foi reconhecido.

b) Baixa para prejuízo:

Refere-se ao ajuste em função de diferença de regra para realização da baixa para prejuízo de ativos financeiros.

De acordo com o COSIF, a baixa do ativo deve ser realizada após decorridos seis meses da sua classificação em nível de risco H. Esse critério difere do requerimento estabelecido pelo IFRS 9 para esse tema, que determina que a baixa de um ativo financeiro deve acontecer quando não seja provável que a instituição recupere o seu valor, ficando a cargo da própria instituição a definição do momento de realização da baixa (com base em critérios consistentes e passíveis de verificação).

c) Diferença de mensuração de ativos financeiros:

Segundo o COSIF, o BANESE classificou alguns ativos financeiros como “ativos para negociação”, que são mensurados ao valor justo através do resultado. Observando os requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 para fins de elaboração das demonstrações financeiras, alguns desses ativos foram classificados e mensurados ao custo amortizado. Dessa maneira, as variações no valor justo desses ativos, que no COSIF foram registrados no resultado, foram revertidas nas demonstrações financeiras em IFRS.

Além disso, no COSIF, a apropriação de receita de juros relacionada a operações de crédito cessa quando as operações atingem 60 dias de atraso, enquanto no IFRS a apropriação de receita de juros de um ativo inadimplente é realizada aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto desse ativo ajustado por qualquer provisão para perda.

d) Mensuração de Arrendamento Mercantil

Para fins de IFRS, foi registrado como arrendamento mercantil os contratos de aluguel firmados pelo BANESE, registrando-se um ativo de arrendamento, que corresponde ao direito de uso dos ativos subjacentes ao contrato, e de um passivo de arrendamento, que corresponde aos compromissos de pagamento das contraprestações.

e) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre os ajustes IFRS:

A IAS 12 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis, exceto para impostos diferidos originados de reconhecimento inicial de ágios, reconhecimento inicial de um passivo originado ou ativo adquirido que não se qualifica como uma combinação de negócios e que na data da transação não afeta o resultado e não afeta o lucro (ou perda) para fins fiscais. Os ajustes de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, calculados sobre os ajustes de IFRS, foram refletidos na reconciliação.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do BANESE, sua controlada e seus fundos exclusivos.

b. Receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, observando o critério pro rata die. As operações de natureza financeira são atualizadas pelo método exponencial, com exceção daquelas relativas a títulos descontados, as quais são atualizadas pelo método linear. As rendas das operações de crédito vencidas até o 59º dia são contabilizadas em receitas de operações de crédito. As rendas a partir do 60º dia de atraso são reconhecidas no resultado quando de seu efetivo recebimento.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa (conforme disposto na Resolução CMN nº 4.818/2020 e CPC 03(R2), caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente conversíveis cujos vencimentos são iguais ou inferiores a 90 dias e que apresentam risco insignificante de mudança de valor.

d. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez estão registradas pelo custo de aquisição, acrescidas das rendas auferidas e ajustadas por provisão para desvalorização, quando aplicável. Representam os recursos aplicados no mercado interbancário.

e. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela Administração. Os títulos e valores mobiliários possuem as seguintes classificações e formas de valorização:

- >>> **Títulos para negociação** - incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço e ajustados a valor de mercado, tendo o ajuste a valor de mercado como contrapartida o resultado do período. São classificados no ativo circulante, independentemente da data do seu vencimento;
- >>> **Títulos disponíveis para venda** - são os títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com a finalidade ativa e frequente de negociação. São avaliados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido;
- >>> **Títulos mantidos até o vencimento** - incluem os títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira do BANESE para sua manutenção em carteira até o vencimento, conforme estudo realizado internamente, registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço.

O BANESE não possui títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Títulos disponíveis para venda".

f. Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular BACEN nº 3.082/2002, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da administração para fins ou não de proteção (hedge).

O BANESE e a MULVI não operam com instrumentos financeiros derivativos, e os fundos exclusivos não possuem posição ativa em sua carteira nessa categoria de ativos na data base.

g. Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são atualizados ao seu valor justo mediante cotação junto a instituições participantes do Mercado Financeiro em condições semelhantes às da posição detida na data-base. Na impossibilidade ou inexistência de cotações para os ativos em carteira, observam-se a curva de rentabilidade ou a precificação com desconto em fluxo de caixa com as condições negociais estabelecidas.

Os instrumentos financeiros a valor justo são classificados em três níveis:

Nível I – São os instrumentos financeiros cujo valor justo é realizado mediante cotação junto a instituições participantes do Mercado Financeiro;

Nível II – São os instrumentos financeiros cujo valor justo é realizado através de outras metodologias não contempladas no nível I e observáveis pelos participantes do mercado financeiro; aplica-se a curva de rentabilidade ou a precificação com desconto em fluxo de caixa com as condições negociais estabelecidas;

Nível III - São instrumentos financeiros cujo valor justo é mensurado utilizando dados não observáveis no mercado. O BANESE não possui instrumentos financeiros neste nível em 31.12.2022 e na data base de 31.12.2023.

h. Relações interfinanceiras

Os créditos junto ao Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS), decorrentes de saldos residuais e/ou quitações antecipadas de financiamentos imobiliários com desconto, estão registrados pelo seu valor nominal atualizados pelos rendimentos até a data base e ajustados por provisão para perdas por negativa de cobertura total ou parcial dos créditos por parte do FCVS, conforme Nota 7.

O Banco constituiu provisão de 50% para os contratos em validação que ainda não apresentam valor na Administradora do FCVS. Na avaliação da Administração, a provisão constituída é suficiente para cobrir possíveis perdas.

Os créditos são mantidos ao seu valor nominal atualizado, dada a intenção por parte da Administração de manter até seu vencimento os títulos CVS a que esses créditos serão convertidos.

i. Operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito

As operações de crédito, bem como as respectivas provisões constituídas são registradas no ativo circulante ou não circulante obedecendo aos prazos contratuais.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada e registrada observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que determina:

- >>> A classificação das operações de crédito em nove níveis de risco AA (risco mínimo) até H (risco máximo), que levam em consideração o valor das operações, as garantias existentes, as características dos clientes, o nível de atraso das operações, a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, entre outros fatores;
- >>> As operações de crédito em atraso classificadas em "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas a prejuízo e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial;
- >>> As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco;
- >>> Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, admite-se a contagem em dobro dos prazos previstos no inciso I do artigo 4º (prazo dobrado);
- >>> Com base no artigo 5º, a Instituição adota critério interno de classificação e constituição de provisão para as operações com pessoas físicas da carteira comercial, com responsabilidade total do devedor inferior a R\$ 50 mil, considerando informações pessoais, financeiras, históricas e externas dos clientes.
- >>> As operações são reclassificadas automaticamente para maior risco pelos sistemas de crédito em função do atraso, refletindo diretamente no arrasto das demais operações do mesmo cliente/grupo econômico. São desconsideradas pelo critério de arrasto operações que são mitigadas por garantias de alta liquidez ou se o saldo classificado da operação de maior nível de risco for inferior a 5% do total de responsabilidades do cliente/grupo econômico.

Nas operações de crédito rural, financiamento e financiamento habitacional com essas características, a classificação individual é feita de acordo com seu respectivo nível de risco (AA - H), conforme a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A Administração revisa periodicamente os riscos e as estimativas de perda em relação à carteira de créditos, conforme previsto na Resolução CMN nº 2.682/1999. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada levando-se em consideração a classificação das operações de crédito em seus respectivos níveis de risco.

j. Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições e exclusões temporárias, são registrados na rubrica do Cosif "Outros Créditos - Diversos".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, no prazo máximo de 10 anos e que apresente histórico de resultados tributáveis em pelo menos 3 dos últimos 5 exercícios sociais, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

O Banco está sujeito ao regime de tributação do lucro real e procede ao pagamento mensal do imposto de renda e contribuição social pela estimativa com base em balancete de suspensão / redução. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 60 mil no período.

Em 28 de abril de 2022, foi publicada a MP nº 1.115, convertida na Lei nº 14.446/2022 que elevou a alíquota da CSLL das instituições financeiras de 20% para 21% do lucro tributável, entre 1º de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022, retornando para 20% a partir de 01 de janeiro de 2023.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

k. Outros valores e bens

Os bens imóveis não de uso próprio são registrados pelo custo de aquisição, apurado entre o valor contábil da dívida e o valor de mercado do bem, o que for menor e, quando aplicável, ajustado por provisão para perdas, com base em laudo emitido, anualmente, por avaliador externo.

As despesas antecipadas registram os valores decorrentes de pagamentos antecipados ou de acordos de cooperação, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo amortizadas conforme a duração contratual, associada à expectativa de geração dos resultados futuros desses acordos.

l. Investimentos, Imobilizado de Uso e Intangível

Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, considerando os seguintes aspectos:

>>> Avaliação dos investimentos em controlada pelo método da equivalência patrimonial, tomando por base as informações mensais individuais levantadas, observando as mesmas práticas contábeis do controlador, ou seja, práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras. Os outros investimentos são registrados pelos seus valores de custo e, quando aplicável, são ajustados por provisões para perdas;

>>> Depreciação do Imobilizado de uso calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens considerando as seguintes taxas anuais:

Edificações	4%
Equipamentos de uso	10%
Sistemas de processamento de dados	20%
Outros	10% a 20%

>>> Ativos Intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Esse grupo está representado por aquisições de licença de software, que são capitalizados com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. A amortização é calculada pelo método linear durante as suas vidas úteis estimadas, considerando os benefícios econômicos futuros esperados.

m. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment* ou em período inferior quando identificado indicativo de *impairment*.

n. Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos, obrigações por empréstimos e obrigações por repasses do país - instituições oficiais

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e incluem, quando aplicável, os encargos até a data base, reconhecidos de forma *pro rata die*.

o. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Para os processos judiciais em que o BANESE e sua controlada figuram como réus, os assessores jurídicos classificam as ações em perda provável, possível ou remota, sendo constituída provisão para aquelas de perda provável, de acordo com a estimativa do valor da perda.

As provisões para perdas prováveis nos processos judiciais são constituídas considerando-se a opinião dos assessores jurídicos do BANESE e sua controlada, a natureza das ações, sua complexidade, o posicionamento dos tribunais para causas de natureza semelhantes, de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 e pela Resolução CVM nº 72/2022. Os valores das perdas possíveis estão divulgados na nota 16.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Para os ativos reconhecidos em períodos anteriores, que estão em fase de cálculo pericial, e gerem expectativa de ganho de valor inferior aos reconhecidos, foram constituídas provisões.

p. Dívidas subordinadas

As dívidas subordinadas estão registradas pelo custo de aquisição, atualizadas diariamente pela taxa de emissão da operação.

q. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas (em base *pro rata die*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base *pro rata die*).

r. Lucro por ação

A divulgação do lucro por ação é apresentada pela divisão do lucro líquido do período pela quantidade total de ações e considerando os benefícios conferidos aos seus titulares.

s. Benefícios a empregados

O BANESE mantém dois planos previdenciários administrados pelo Instituto Banese de Seguridade Social – SERGUS, cujo objetivo é assegurar aos participantes e seus beneficiários, benefícios suplementares ou assemelhados aos da Previdência Social:

(a) O Plano de Benefícios SERGUS Saldado (PBSS), na modalidade Benefício Definido, que em Novembro/2018, teve seu processo de saldamento universal aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, quando houve o fechamento do Plano para novas adesões e a suspensão da cobrança das contribuições normais. Conforme o regulamento do plano, os benefícios ofertados aos participantes e beneficiários do plano são: (i) suplementação de aposentadoria por invalidez, (ii) suplementação de aposentadoria por idade, (iii) suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, (iv) suplementação de pensão, (v) pecúlio por morte e (vi) suplementação de abono anual;

(b) O Plano SERGUS CD, na modalidade de Contribuição Definida, onde o participante é quem define o valor de sua contribuição, e o benefício é estabelecido de acordo com o total de recursos acumulados na sua conta individual do Plano juntamente com a rentabilidade líquida dos investimentos. De acordo com o regulamento do plano, são assegurados os seguintes benefícios: (i) aposentadoria, (ii) aposentadoria por invalidez e (iii) pensão por morte.

O benefício pós-emprego de responsabilidade do BANESE relacionado a complemento de aposentadoria é avaliado de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução CMN n.º 4.877/2020, a qual aprova o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados. O BANESE reconhece os componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, em conformidade com a Resolução CVM n.º 110/2022.

Os cálculos atuariais são elaborados semestralmente. Com isso, a nota 24, que detalha os Benefícios a Empregados, são atualizadas nos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro.

t. JCP e Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, a importância de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, conforme disposto no Estatuto do Banco e na Política de Remuneração aos Acionistas. O Banco por deliberação do Conselho de Administração pode declarar dividendos adicionais.

A distribuição de dividendos aos acionistas do Banco é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do BANESE no período em que os dividendos são aprovados.

De acordo com o Estatuto, os juros sobre capital próprio deverão ser imputados aos dividendos mínimos obrigatórios.

u. Resultado recorrente e não recorrente

De acordo com a resolução BCB nº 2/2022, os resultados recorrentes e não recorrentes devem ser evidenciados de forma segregada em notas explicativas. As informações sobre os resultados recorrentes e não recorrentes estão contidas na nota 26.d.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	BANESE Múltiplo		BANESE Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Caixa	61.140	63.973	68.421	67.012
Disponibilidade em moeda nacional	60.828	63.973	67.893	66.738
Disponibilidade em moeda estrangeira	312	-	528	274
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota a.5)	939.970	599.985	939.970	599.985
Aplicações no Mercado Aberto	939.970	599.985	939.970	599.985
Total de caixa e equivalente de caixa	1.001.110	663.958	1.008.391	666.997

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a. Contas patrimoniais – composição

	BANESE Múltiplo		BANESE Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Aplicações no Mercado Aberto	939.970	599.985	939.970	599.985
Letras Financeiras do Tesouro Nacional – LFT	349.981	169.991	349.981	169.991
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	149.999	-	149.999
Notas do Tesouro Nacional – NTN	589.989	279.995	589.989	279.995
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.028.838	767.850	1.031.739	767.850
Depósitos Interfinanceiros – Pós	887.262	703.883	890.163	703.883
Depósitos Interfinanceiros – Pré Fixado	141.576	63.967	141.576	63.967
Total	1.968.808	1.367.835	1.971.709	1.367.835
Ativo circulante	1.914.525	1.367.835	1.917.426	1.367.835
Ativo não circulante	54.283	-	54.283	-

b. Valor justo por níveis

	31.12.2023			31.12.2022		
	Valor Contábil (1)	Valor Justo (2)		Valor Contábil (1)	Valor Justo (2)	
		Nível 1	Nível 2		Nível 1	Nível 2
Depósitos Interfinanceiros – Pós	887.262	-	887.626	703.883	-	703.942
Depósitos Interfinanceiros – Pré fixado	141.576	-	141.567	63.967	-	63.967
Total	1.028.838	-	1.029.193	767.850	-	767.909

(1) Títulos registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço, considerando a intenção de manter os títulos até o seu vencimento.

(2) O valor justo nível 2 é apurado utilizando a metodologia de rentabilidade da curva do título e atualização ao valor presente.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários tem a seguinte composição:

a. Títulos e valores mobiliários

a.1. Carteira do BANESE Múltiplo e BANESE Consolidado por natureza e faixas de vencimentos:

BANESE Múltiplo

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	3 a 12 Meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	TOTAL	
							31.12.2023	31.12.2022
Para negociação	3.528	-	136.988	136.453	-	-	276.969	818.519
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	136.988	136.453	-	-	273.441	809.192
Certificado de Depósito Bancário	-	-	-	-	-	-	-	5.636
Fundos abertos multimercado	5	-	-	-	-	-	5	5
Fundos exclusivos multimercado	3.522	-	-	-	-	-	3.522	3.685
Fundos abertos de renda fixa	1	-	-	-	-	-	1	1
Mantidos até o vencimento	-	10.944	10.649	642.324	404.095	276.727	1.344.739	763.944
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	455.992	393.587	276.727	1.126.306	750.303
Letras Financeiras	-	10.944	10.649	186.332	-	-	207.925	-
CVS - Títulos do FCVS (1)	-	-	-	-	10.508	-	10.508	13.641
Total de TVM	3.528	10.944	147.637	778.777	404.095	276.727	1.621.708	1.582.463
Ativo circulante							298.562	818.519
Ativo não circulante							1.323.146	763.944

(1) Título emitido pelo Tesouro Nacional.

BANESE Consolidado

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	3 a 12 Meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	TOTAL	
							31.12.2023	31.12.2022
Para negociação	2.444	-	137.259	139.603	-	-	279.306	821.083
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	137.259	139.603	-	-	276.862	809.192
Certificado de Depósito Bancário	-	-	-	-	-	-	-	5.636
Fundos abertos multimercado	5	-	-	-	-	-	5	5
Fundos exclusivos multimercado	-	-	-	-	-	-	-	3.685
Fundos exclusivos de direito creditório	-	-	-	-	-	-	-	2.564
Fundos abertos de renda fixa	2.439	-	-	-	-	-	2.439	1
Mantidos até o vencimento	-	10.944	10.649	642.324	404.095	276.727	1.344.739	763.944
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	455.992	393.587	276.727	1.126.306	750.303
Letras Financeiras	-	10.944	10.649	186.332	-	-	207.925	-
CVS - Títulos do FCVS (1)	-	-	-	-	10.508	-	10.508	13.641
Total de TVM	2.444	10.944	147.908	781.927	404.095	276.727	1.624.045	1.585.027
Ativo circulante							300.899	821.083
Ativo não circulante							1.323.146	763.944

(1) Título emitido pelo Tesouro Nacional.

a.2. Carteira do BANESE Múltiplo e BANESE Consolidado por natureza, valor do custo de aquisição e de mercado e parâmetros utilizados:

BANESE Múltiplo

	31.12.2023				31.12.2022			
	Custo Atualizado	Valor de Mercado	Ajuste a valor de Mercado	Valor contábil	Custo Atualizado	Valor de Mercado	Ajuste a valor de Mercado	Valor contábil
Títulos para negociação	276.920	276.969	49	276.969	818.464	818.519	55	818.519
Letras Financeiras do Tesouro	253.705	253.750	45	253.750	793.715	793.770	55	793.770
Letras Financeiras do Tesouro - Vinculado a compromissos de recompra (1)	19.687	19.691	4	19.691	15.422	15.422	-	15.422
Certificado de Depósito Bancário	-	-	-	-	5.636	5.636	-	5.636
Fundos exclusivos multimercado	3.522	3.522	-	3.522	3.685	3.685	-	3.685
Fundos abertos multimercado	5	5	-	5	5	5	-	5
Fundos abertos de renda fixa	1	1	-	1	1	1	-	1
Títulos mantidos até o vencimento (2)	1.344.739	1.346.576	1.837	1.344.739	763.944	764.033	89	763.944
Letras Financeiras do Tesouro – carteira própria	1.126.306	1.128.800	2.494	1.126.306	750.303	751.397	1.094	750.303
Letra Financeira	207.925	207.660	(265)	207.925	-	-	-	-
CVS - Títulos do FCVS (3)	10.508	10.116	(392)	10.508	13.641	12.636	(1.005)	13.641
Total	1.621.659	1.623.545	1.886	1.621.708	1.582.408	1.582.552	144	1.582.463

- (1) O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido a partir dos preços do mercado secundário divulgados pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais;
- (2) Para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, o ajuste a valor de mercado é meramente informativo, ou seja, não há registro desse ajuste na contabilidade;
- (3) Os CVS são apurados mensalmente de acordo com o valor nominal ajustado (VNA) divulgados pela STN, acrescidos da correção monetária, juros e amortização do principal, a partir do preço unitário divulgado pela CETIP, através de metodologia de cálculo definida no seu caderno de fórmulas.

Nos casos de títulos de renda fixa, refere-se ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BANESE Consolidado

	31.12.2023				31.12.2022			
	Custo Atualizado	Valor de Mercado	Ajuste a valor de Mercado	Valor contábil	Custo Atualizado	Valor de Mercado	Ajuste a valor de Mercado	Valor contábil
Títulos para negociação	279.257	279.306	49	279.306	821.028	821.083	55	821.083
Letras Financeiras do Tesouro	257.126	257.171	45	257.171	793.715	793.770	55	793.770
Letras Financeiras do Tesouro - Vinculado a compromissos de recompra (1)	19.687	19.691	4	19.691	15.422	15.422	-	15.422
Certificado de Depósito Bancário	-	-	-	-	5.636	5.636	-	5.636
Fundos exclusivos multimercado (Nota a.4)	-	-	-	-	3.685	3.685	-	3.685
Fundos abertos multimercado	5	5	-	5	5	5	-	5
Fundos exclusivos de direito creditório (Nota a.4)	-	-	-	-	2.564	2.564	-	2.564
Fundos de renda fixa	2.439	2.439	-	2.439	1	1	-	1
Títulos mantidos até o vencimento (2)	1.344.739	1.346.576	1.837	1.344.739	763.944	764.033	89	763.944
Letras Financeiras do Tesouro – carteira própria	1.126.306	1.128.800	2.494	1.126.306	750.303	751.397	1.094	750.303
Letra Financeira	207.925	207.660	(265)	207.925	-	-	-	-
CVS - Títulos do FCVS (3)	10.508	10.116	(392)	10.508	13.641	12.636	(1.005)	13.641
Total	1.623.996	1.625.882	1.886	1.624.045	1.584.972	1.585.116	144	1.585.027

- (1) O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido a partir dos preços do mercado secundário divulgados pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais;
- (2) Para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, o ajuste a valor de mercado é meramente informativo, ou seja, não há registro desse ajuste na contabilidade;
- (3) Os CVS são apurados mensalmente de acordo com o valor nominal ajustado (VNA) divulgados pela STN, acrescidos da correção monetária, juros e amortização do principal, a partir do preço unitário divulgado pela CETIP, através de metodologia de cálculo definida no seu caderno de fórmulas.

O BANESE declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento. Para os títulos nesta categoria, o ajuste a valor de mercado é meramente informativo, não está registrado na contabilidade.

Não houve reclassificação entre as categorias de títulos durante o período.

Em dezembro/2023, a MULVI iniciou suas atividades no Fundo de Investimentos em direitos Creditórios "FIDC" sob forma de condomínio fechado e exclusivo regido pelas instruções e regulamentos aplicáveis. Com o objetivo de proporcionar a MULVI a valorização da cota por meio de investimento de seus direitos creditórios provenientes da carteira de crédito realizado pelos portadores. A operação não teve impacto em resultado para o ano de 2023.

a.3 Valor justo por níveis

BANESE Múltiplo

	Valor Contábil	Valor Justo	
		Nível 1	Nível 2
Títulos para Negociação	276.969	273.441	3.528
Títulos Mantidos até o Vencimento	1.344.739	1.128.800	217.776
Total	1.621.708	1.402.241	221.304

BANESE Consolidado

	Valor Contábil	Valor Justo	
		Nível 1	Nível 2
Títulos para Negociação	279.306	276.862	2.444
Títulos Mantidos até o Vencimento	1.344.739	1.128.800	217.776
Total	1.624.045	1.405.662	220.220

b. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	BANESE Múltiplo				BANESE Consolidado			
	2023	2023	2022	2022	2023	2023	2022	2022
	2º Semestre.	Exercício 2º Semestre.	Exercício	Exercício	2º Semestre.	Exercício 2º Semestre.	Exercício	Exercício
Rendas de aplicações em operações compromissadas	58.561	120.767	47.018	82.993	58.561	120.767	47.018	82.993
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	56.344	113.796	69.341	136.785	56.344	113.796	69.341	136.785
Rendas de títulos de renda fixa	99.042	193.603	104.436	184.262	99.972	194.533	104.436	184.262
Rendas de aplicações em fundos de investimentos	166	415	208	360	1.772	3.342	208	509
Prejuízo de aplicações em fundos de investimentos	-	-	-	-	-	-	(367)	(1.018)
Prejuízo com títulos de renda fixa	(55)	(92)	(14)	(28)	(174)	(220)	(14)	(28)
Ajuste positivo ao valor de mercado	54	161	561	1.848	55	162	561	1.848
Ajuste negativo ao valor de mercado	(71)	(175)	(40)	(912)	(537)	(641)	(40)	(912)
Total	214.041	428.475	221.510	405.308	215.993	431.739	221.143	404.439

7. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Estão compostas por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação, por créditos vinculados representados por cumprimentos das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e outros recursos, por créditos junto ao Sistema Financeiro da Habitação – SFH (FCVS) e por correspondentes, conforme demonstrados a seguir:

a. Relações interfinanceiras

	BANESE Múltiplo		BANESE Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Conta de pagamento instantâneo	69.604	61.666	69.604	61.666
Compulsório sobre depósitos à vista (1)	154.449	149.207	154.449	149.207
Compulsório sobre depósitos de poupança (2)	413.370	401.185	413.370	401.185
Créditos junto ao FCVS (3) (Nota 3h)	105.490	98.784	105.490	98.784
Provisão para perda de créditos junto ao FCVS (Nota 3h)	(20.041)	(18.550)	(20.041)	(18.550)
BACEN - outros depósitos	-	358	-	358
Bancos oficiais	2.222	705	2.222	705
Direitos junto a participantes de sistemas de liquidação e de arranjo de pagamentos	158	137	50.683	76.342
Total	725.252	693.492	775.777	769.697
Ativo circulante	639.803	613.258	690.328	689.463
Ativo não circulante	85.449	80.234	85.449	80.234

(1) Não remunerado;

(2) Remunerado pela mesma taxa da poupança. Conforme Resolução BCB nº 188 a exigibilidade do recolhimento compulsório para cada modalidade de poupança é apurada aplicando-se a alíquota de 20% (vinte por cento) sobre a base de cálculo;

(3) Remunerado conforme a origem dos recursos (TR + 6,17% a.a para poupança e TR + 3,12% a.a para FGTS) e registrados pelo valor nominal atualizado pelos respectivos rendimentos até a data do balanço. O saldo corresponde a R\$ 23.953 (R\$ 22.535 - 31.12.2022) contratos validados pelo FCVS, R\$ 81.537 (R\$ 76.249 - 31.12.2022) contratos em processo de validação.

Na avaliação da Administração, a provisão constituída é suficiente para cobrir possíveis perdas.

b. Resultado das aplicações compulsórias

	BANESE Múltiplo e BANESE Consolidado			
	2023 2º Semestre	2023 Exercício	2022 2º Semestre	2022 Exercício
Receita sobre créditos vinculados ao SFH (FCVS)	3.462	7.287	14.636	22.178
Atualização monetária e juros sobre recolhimentos compulsórios	15.134	31.105	12.427	22.050
Provisão sobre créditos vinculados ao SFH (FCVS)	(734)	(1.608)	(6.599)	(12.001)
Total	17.862	36.784	20.464	32.227

8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

a. Composição por tipo de operação

	BANESE Múltiplo	
	31.12.2023	31.12.2022
Adiantamentos a depositantes	623	366
Empréstimos	2.822.869	2.514.937
Títulos Descontados	-	763
Financiamentos	68.309	69.145
Financiamentos rurais e agroindustriais	322.923	196.131
Financiamentos imobiliários	510.167	472.922
Subtotal de Operações de Crédito	3.724.891	3.254.264
Outros títulos com característica de concessão de crédito (Nota 9)	287.344	273.982
Total Geral	4.012.235	3.528.246
Ativo circulante	1.293.559	1.162.442
Ativo não circulante	2.718.676	2.365.804

	BANESE Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022
Adiantamentos a depositantes	623	366
Empréstimos	2.822.869	2.514.937
Títulos Descontados	-	763
Financiamentos	68.309	69.145
Financiamentos rurais e agroindustriais	322.923	196.131
Financiamentos imobiliários	510.167	472.922
Subtotal de Operações de Crédito	3.724.891	3.254.264
Outros títulos com característica de concessão de crédito (Nota 9)	287.344	273.982
Valores a receber por transações de pagamento (Nota 9)	526.859	463.673
Total Geral	4.539.094	3.991.919
Ativo circulante	1.820.418	1.626.115
Ativo não circulante	2.718.676	2.365.804

b. Composição por nível de risco e prazo de vencimentos

BANESE Múltiplo – 31.12.2023										
Operações em Curso Normal										
Parcelas Vencidas	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	TOTAL
01 a 30 dias	48.836	19.164	10.086	3.945	1.427	267	172	312	818	85.027
31 a 60 dias	33.932	439.867	14.905	5.418	1.692	515	583	383	665	497.960
61 a 90 dias	33.409	9.785	10.337	2.534	1.388	232	212	35	481	58.413
91 a 180 dias	117.000	26.667	34.157	15.823	3.323	764	587	243	1.494	200.058
181 a 360 dias	170.675	57.842	54.335	14.878	6.645	1.354	866	1.144	2.843	310.582
Acima de 360 dias	1.531.886	758.176	174.651	67.790	20.016	7.785	4.529	13.284	11.509	2.589.626
Parcelas Vencidas										
Até 14 dias	1.028	4.468	1.247	820	497	89	100	323	300	8.872
Subtotal Normal	1.936.766	1.315.969	299.718	111.208	34.988	11.006	7.049	15.724	18.110	3.750.538
Operações em Curso Anormal (1)										
Parcelas Vencidas	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	TOTAL
01 a 30 dias	-	-	2.375	1.138	430	335	366	590	1.618	6.852
31 a 60 dias	-	-	4.341	3.934	2.520	2.489	1.975	2.416	15.083	32.758
61 a 90 dias	-	-	1.532	926	393	353	324	242	1.654	5.424
91 a 180 dias	-	-	4.569	2.891	1.166	990	916	627	4.103	15.262
181 a 360 dias	-	-	7.987	4.283	2.062	1.402	2.242	1.682	7.737	27.395
Acima de 360 dias	-	-	45.235	23.265	12.282	5.775	7.870	6.175	28.098	128.700
Parcelas Vencidas										
01 a 14 dias	-	-	1.660	754	275	196	183	245	845	4.158
15 a 30 dias	-	-	3.038	976	399	270	303	407	1.068	6.461
31 a 60 dias	-	-	659	1.625	568	435	456	696	2.504	6.943
61 a 90 dias	-	-	-	230	798	402	417	323	2.085	4.255
91 a 180 dias	-	-	-	97	245	1.596	1.563	1.707	6.287	11.495
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	132	101	264	11.051	11.548
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	446	446
Subtotal Anormal	-	-	71.396	40.119	21.138	14.375	16.716	15.374	82.579	261.697
Total – 31.12.2023	1.936.766	1.315.969	371.114	151.327	56.126	25.381	23.765	31.098	100.689	4.012.235
Total – 31.12.2022	1.619.410	1.161.230	338.943	148.827	84.082	29.694	38.357	15.355	92.348	3.528.246

(1) Carteira em Curso Anormal é composta por operações de crédito que apresentam parcelas vencidas há mais de 14 dias, as demais operações são consideradas de Curso Normal.

Relatório de Resultados 4T23 e 2023 | Banco do Estado de Sergipe S.A. - BANESE

BANESE Consolidado – 31.12.2023

Operações em Curso Normal

Parcelas Vincendas	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	TOTAL
01 a 30 dias	48.836	385.776	18.687	5.194	1.522	308	183	316	819	461.641
31 a 60 dias	33.932	439.867	14.905	7.391	1.700	518	583	383	665	499.944
61 a 90 dias	33.409	9.785	10.337	2.534	2.185	232	213	35	481	59.211
91 a 180 dias	117.000	26.667	34.157	15.823	3.323	1.363	958	461	1.495	201.247
181 a 360 dias	170.675	57.842	54.335	14.878	6.645	1.354	866	1.144	3.188	310.927
Acima de 360 dias	1.531.886	758.176	174.651	67.790	20.016	7.785	4.529	13.284	11.509	2.589.626
Parcelas Vencidas										
Até 14 dias	1.028	38.212	9.535	7.076	2.061	1.049	811	713	2.381	62.866
Subtotal Normal	1.936.766	1.716.325	316.607	120.686	37.452	12.609	8.143	16.336	20.538	4.185.462

Operações em Curso Anormal (1)

Parcelas Vincendas	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	TOTAL
01 a 30 dias	-	-	4.368	1.354	453	349	379	594	1.620	9.117
31 a 60 dias	-	-	4.341	5.514	2.545	2.497	1.977	2.419	15.082	34.375
61 a 90 dias	-	-	1.533	927	1.716	370	325	245	1.666	6.782
91 a 180 dias	-	-	4.569	2.891	1.166	3.156	2.325	1.815	4.125	20.047
181 a 360 dias	-	-	7.987	4.283	2.062	1.402	2.242	1.682	12.354	32.012
Acima de 360 dias	-	-	45.235	23.265	12.282	5.775	7.870	6.175	28.098	128.700
Parcelas Vencidas										
01 a 14 dias	-	-	1.660	754	275	196	183	245	845	4.158
15 a 30 dias	-	-	7.509	1.911	706	428	447	516	1.542	13.059
31 a 60 dias	-	-	659	7.838	1.074	772	706	915	3.446	15.410
61 a 90 dias	-	-	-	230	5.699	663	664	521	3.160	10.937
91 a 180 dias	-	-	-	97	245	6.878	7.073	6.314	8.700	29.307
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	132	101	264	48.785	49.282
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	446	446
Subtotal Anormal	-	-	77.861	49.064	28.223	22.618	24.292	21.705	129.869	353.632
Total – 31.12.2023	1.936.766	1.716.325	394.468	169.750	65.675	35.227	32.435	38.041	150.407	4.539.094

Total – 31.12.2022 1.619.410 1.526.956 352.464 155.680 89.703 36.028 45.113 21.988 144.577 3.991.919

(1) Carteira em Curso Anormal é composta por operações de crédito que apresentam parcelas vencidas há mais de 14 dias, as demais operações são consideradas de Curso Normal.

c. Composição da carteira classificada

BANESE Múltiplo 31.12.2023

Nível de Risco	Total	Comercial	Financiamento	Rural	Imobiliário	Outros Créditos	Valor da Provisão
AA	1.936.766	1.936.766					
A	1.315.969	329.506	10.019	206.817	485.528	284.099	6.580
B	371.114	259.060	32.265	62.689	15.659	1.441	3.711
C	151.327	110.365	18.428	14.992	6.773	769	4.540
D	56.126	46.724	576	6.709	1.768	349	5.613
E	25.381	21.830	153	3.106	-	292	7.614
F	23.765	19.632	474	3.497	-	162	11.883
G	31.098	15.505	-	15.166	338	89	21.768
H	100.689	84.104	6.394	9.947	101	143	100.689
Total	4.012.235	2.823.492	68.309	322.923	510.167	287.344	162.398

BANESE Múltiplo 31.12.2022

Total	Comercial	Financiamento	Rural	Imobiliário	Outros Créditos	Valor da Provisão
3.528.246	2.481.816	82.469	218.452	471.527	273.982	153.252

Relatório de Resultados 4T23 e 2023 | Banco do Estado de Sergipe S.A. - BANESE

BANESE Consolidado – 31.12.2023

Nível de Risco	Total	Comercial	Industrial	Rural	Imobiliário	Outros Créditos	Valor da Provisão (1)
AA	1.936.766	1.936.766	-	-	-	-	-
A	1.716.325	729.862	10.019	206.817	485.528	284.099	8.980
B	394.468	282.414	32.265	62.689	15.659	1.441	3.945
C	169.750	128.788	18.428	14.992	6.773	769	5.093
D	65.675	56.273	576	6.709	1.768	349	6.568
E	35.227	31.676	153	3.106	-	292	10.569
F	32.435	28.302	474	3.497	-	162	16.218
G	38.041	22.448	-	15.166	338	89	26.628
H	150.407	133.822	6.394	9.947	101	143	150.405
Total	4.539.094	3.350.351	68.309	322.923	510.167	287.344	228.406

(1) Ao consolidar, há provisões registradas apenas na controlada, por ela ser a responsável pelo risco do cliente em operações de empréstimo vinculadas ao rotativo de cartão de crédito.

BANESE Consolidado – 31.12.2022

	Total	Comercial	Industrial	Rural	Imobiliário	Outros Créditos	Valor da Provisão
Total	3.991.919	2.945.489	82.469	218.452	471.527	273.982	235.966

d. Composição da carteira por setor de atividade econômica

Descrição	31.12.2023		31.12.2022	
	Valor	%	Valor	%
Pessoas físicas	3.172.641	79,07	2.780.857	78,82
Pessoas jurídicas	163.492	4,07	223.188	6,33
Indústria	21.721	0,54	26.954	0,76
Comércio	141.771	3,53	196.234	5,56
Rural	322.923	8,05	196.134	5,56
Habitação	119.178	2,97	93.145	2,64
Outros serviços	234.002	5,83	234.922	6,66
Total	4.012.236	100,00	3.528.246	100,00

Descrição	31.12.2023		31.12.2022	
	Valor	%	Valor	%
Pessoas físicas	3.699.499	81,50	3.244.530	81,28
Pessoas jurídicas	163.492	3,60	223.188	5,59
Indústria	21.721	0,48	26.954	0,68
Comércio	141.771	3,12	196.234	4,92
Rural	322.923	7,11	196.134	4,91
Habitação	119.178	2,63	93.145	2,33
Outros serviços	234.002	5,16	234.922	5,88
Total	4.539.094	100,00	3.991.919	100,00

e. Concentração de crédito

	BANESE Múltiplo					
	31.12.2023			31.12.2022		
	Saldo	%	Provisão	Saldo	%	Provisão
10 maiores devedores	150.118	3,74%	2.534	141.990	4,02	9.093
11 a 60 maiores devedores	263.367	6,56%	25.062	201.246	5,70	8.900
61 a 160 maiores devedores	154.040	3,84%	19.746	111.295	3,15	11.851
Demais clientes	3.444.710	85,86%	115.056	3.073.715	87,12	123.408
Total	4.012.235	100,00	162.398	3.528.246	100,00	153.252

	BANESE Consolidado					
	31.12.2023			31.12.2022		
	Saldo	%	Provisão	Saldo	%	Provisão
10 maiores devedores	150.118	3,31%	2.534	141.990	3,56	9.093
11 a 60 maiores devedores	263.367	5,80%	25.062	201.246	5,04	8.900
61 a 160 maiores devedores	154.040	3,39%	19.746	111.295	2,79	11.851
Demais clientes	3.971.569	87,51%	181.064	3.537.388	88,62	206.122
Total	4.539.094	100,00	228.406	3.991.919	100,00	235.966

f. Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	BANESE Múltiplo		BANESE Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Saldo em dezembro do exercício anterior - da provisão de operações de crédito de liquidação duvidosa	151.379	126.856	151.379	126.856
(+) Constituição de provisão líquida no período	138.801	130.938	138.801	130.938
(-) Baixas de operações de crédito no período	(129.649)	(106.415)	(129.649)	(106.415)
Saldo final da provisão de operações de crédito de liquidação duvidosa	160.531	151.379	160.531	151.379
Saldo em dezembro do exercício anterior - da provisão de outros créditos com característica de concessão	1.873	1.770	1.873	1.770
(+) Constituição de provisão líquida no período	5.366	5.948	5.366	5.948
(-) Baixas de operações de crédito no período	(5.372)	(5.845)	(5.372)	(5.845)
Saldo final da provisão de outros créditos com característica de concessão	1.867	1.873	1.867	1.873
Saldo em dezembro do exercício anterior - da provisão sobre transações de pagamento	-	-	82.714	51.653
(+) Constituição de provisão líquida no período	-	-	91.044	95.580
(-) Baixas de operações de crédito no período	-	-	(107.750)	(64.519)
Saldo final da provisão sobre transações de pagamento	-	-	66.008	82.714
Saldo final da provisão de operações de crédito de liquidação duvidosa, outros créditos com característica de concessão e transações de pagamento	162.398	153.252	228.406	235.966
Ativo circulante	88.207	90.078	154.215	172.792
Ativo não circulante	74.191	63.174	74.191	63.174

g. Montante de operações renegociadas e recuperadas

	BANESE Múltiplo		BANESE Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Dívidas renegociadas	26.072	34.840	141.633	146.906
Recuperação de créditos	39.208	21.835	57.635	39.594
Total	65.280	56.675	199.268	186.500

h. Rendas de operações de crédito

	BANESE Múltiplo				BANESE Consolidado			
	2023 2º Semestre	2023 Exercício	2022 2º Semestre	2022 Exercício	2023 2º Semestre	2023 Exercício	2022 2º Semestre	2022 Exercício
Empréstimos	330.494	633.667	281.882	543.804	324.644	621.505	275.313	531.798
Títulos descontados	-	48	103	178	-	48	103	178
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	14.836	39.208	9.828	21.835	14.836	39.208	9.828	21.835
Financiamentos e empreendimentos imobiliários	26.400	54.888	27.052	53.102	26.400	54.888	27.052	53.102
Financiamentos rurais	14.820	25.811	9.163	17.580	14.820	25.811	9.163	17.580
Outros financiamentos	337	575	210	431	337	575	210	431
Total	386.887	754.197	328.238	636.930	381.037	742.035	321.669	624.924

9. OUTROS CRÉDITOS

	BANESE Múltiplo		BANESE Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Rendas a receber	1.396	2.822	14.123	12.301
Serviços prestados a receber	1.396	2.822	13.802	10.347
Outras rendas a receber	-	-	321	1.954
Negociação e intermediação de valores	-	-	3.501	-
Diversos	563.552	510.322	1.169.170	1.033.155
Devedores por depósitos em garantia (Nota 9.1)	185.916	158.902	227.904	198.233
Adiantamentos e antecipações	1.323	1.358	1.477	1.517
Pagamentos a ressarcir	695	594	695	594
Devedores diversos	14.000	17.419	50.475	36.595
Adiantamentos para pagamentos por nossa conta	36.276	28.619	36.418	29.112
Títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito (Nota 8a)	287.344	273.982	287.344	273.982
Títulos e créditos a receber sem característica de concessão de crédito (1)	37.998	29.448	37.998	29.448
Valores a receber relativo a transações de pagamento (Nota 8a)	-	-	526.859	463.674
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa sem característica de concessão de crédito (2)	(13.120)	(11.727)	(13.222)	(11.823)
Total	551.828	501.417	1.173.572	1.033.633
Ativo circulante	346.004	324.794	925.737	817.659
Ativo não circulante	205.824	176.623	247.835	215.974

(1) Créditos decorrentes de precatórios;

(2) Provisão sobre precatório para BANESE Múltiplo.

9.1. Devedores por depósito em garantia

	BANESE Múltiplo		BANESE Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Interposição de recursos previdenciários (1)	25.755	23.728	25.755	23.728
Interposição de recursos fiscais - Receita Federal (2)	85.628	50.902	124.984	87.618
Interposição de recursos municipais (3)	11.970	17.070	11.970	17.070
Interposição de recursos trabalhistas (4)	57.484	60.549	59.962	63.150
Interposição de recursos cíveis	5.079	6.653	5.233	6.667
Total	185.916	158.902	227.904	198.233

- (1) Depósitos para interposição de recursos previdenciários, os quais pretendem a inclusão de algumas verbas pagas pelo Banco a funcionários, autônomos e prestadores de serviços no salário de contribuição.
- (2) Depósitos para interposição de recursos fiscais decorrentes do alargamento da base de cálculo do Pis e Cofins – Lei nº 9.718/98; Autuação multa isolada e compensações não homologadas;
- (3) Depósitos para interposição de recursos fiscais municipais, onde alguns municípios pretendem o alargamento da base de cálculo do ISS, incluindo todas as receitas operacionais;
- (4) Depósitos para interposição de recursos trabalhistas decorrentes de ações ajuizadas por empregados, ex-empregados e sindicato com o objetivo de obter indenizações relativas a violações alegadas de direitos trabalhistas como pagamento de horas extras, equiparação salarial e diferenças nos reajustes salariais.

9.2. Impostos e contribuições a compensar

	BANESE Múltiplo		BANESE Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
PIS - Decretos nºs 2.445/1988 e 2.449/1988 (1)	7.624	7.967	7.624	7.967
IRRF	-	-	388	730
IRPJ	36.357	25.760	53.729	42.246
CSLL	29.880	22.127	30.468	24.659
Outros impostos	10.894	7.851	10.894	7.856
Total	84.755	63.705	103.103	83.458

- (1) Processo transitado em julgado favorável ao Banco, aguardando execução de sentença.

10. OUTROS VALORES E BENS

	BANESE Múltiplo		BANESE Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Bens não de uso (1)	68.572	69.768	68.572	69.768
Material em estoque	1.100	1.163	2.046	2.262
Outros bens (2)	2.634	2.979	2.634	2.979
Despesas antecipadas	6.412	3.513	7.293	6.749
Provisão para desvalorização	(6.830)	(7.256)	(6.830)	(7.256)
Total	71.888	70.167	73.715	74.502
Ativo circulante	2.689	1.377	4.516	5.712
Ativo não circulante	69.199	68.790	69.199	68.790

- (1) Os bens não alienados ou com pendências judiciais são registrados no ativo e a provisão é constituída com base em laudo de avaliação emitido por avaliadores independentes. Para este grupo de contas, a provisão no BANESE Múltiplo e Consolidado em 31.12.2023 - R\$ 4.197 (R\$ 4.121 – 31.12.2022).
- (2) Para os bens dados em comodato, é constituída provisão correspondente a 100% do valor contábil residual do bem no BANESE Múltiplo e Consolidado em 31.12.2023 - R\$ 2.633 (R\$ 2.979 – 31.12.2022).

11. INVESTIMENTOS

	BANESE Múltiplo		BANESE Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Participações de capitais p/incentivos fiscais	91	91	91	91
Outros investimentos p/incentivos fiscais	332	332	332	332
Provisão para perdas investimentos p/incentivos fiscais	(423)	(423)	(423)	(423)
Títulos patrimoniais – Anbima	6	6	6	6
Participação em coligadas e controladas	74.271	99.808	-	-
Outros investimentos	25	25	25	25
Provisão para perdas em outros investimentos	(25)	(25)	(25)	(25)
Total	74.277	99.814	6	6

	Participação %	PL em 31.12.2022	Saldo do Investimento 31.12.2022	Resultado de 01.01.2023 a 31.12.2023	PL em 31.12.2023	Equivalência patrimonial 01.01.2023 a 31.12.2023	Saldo do Investimento 31.12.2023
MUL VI	71,68%	139.241	99.808	(35.626)	103.615	(25.537)	74.271

12. IMOBILIZADO DE USO

a) Composição dos saldos

	BANESE Múltiplo		BANESE Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Imobilizado de Uso	191.182	184.059	274.040	266.838
Edificações e terrenos	24.397	24.397	39.505	39.370
Móveis, máquinas e equipamentos	34.665	32.079	89.793	87.383
Outras imobilizações (1)	132.120	127.583	144.742	140.085
Depreciação Acumulada	(146.915)	(142.313)	(185.195)	(174.896)
Edificações e terrenos	(17.759)	(17.497)	(18.612)	(18.103)
Móveis, máquinas e equipamentos	(21.380)	(20.805)	(49.044)	(44.022)
Outras imobilizações (1)	(107.776)	(104.011)	(117.539)	(112.771)
Total	44.267	41.746	88.845	91.942

(1) Representado principalmente por imobilização em curso, equipamentos de comunicação, processamento de dados, segurança, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros.

b) Demonstração do custo de aquisição

BANESE Múltiplo

	Valor líquido				Depreciação	Valor líquido	
	31.12.2022	Aquisições	Baixas	Transferências		31.12.2023	Taxa anual
Imóveis de uso:							
- Imobilização em curso	9.266	2.716	-	(3.895)	-	8.087	-
- Terrenos	4.968	-	-	-	-	4.968	-
- Edificações	1.895	-	-	-	(226)	1.669	4%
- Instalação e adaptação de dependências	165	-	-	2.627	(505)	2.287	20%
- Benfeitorias em imóveis de terceiros	206	-	-	1.259	(325)	1.140	20%
Móveis e equipamentos em estoque	3.598	7.083	-	(4.890)	-	5.791	-
Móveis e equipamentos de uso	7.130	-	(7)	1.648	(1.276)	7.495	10%
Sistema de comunicação	95	8	-	48	(21)	130	20%
Sistema de processamento de dados	13.578	42	(10)	3.397	(4.947)	12.060	20%
Sistema de segurança	845	-	(3)	(42)	(160)	640	20%
Total	41.746	9.849	(20)	152	(7.460)	44.267	

BANESE Consolidado

	Valor líquido				Depreciação	Valor líquido	
	31.12.2022	Aquisições	Baixas	Transferências		31.12.2023	Taxa anual
Imóveis de uso:							
- Imobilização em curso	9.266	2.716	-	(3.895)	-	8.087	-
- Terrenos	13.901	-	-	-	-	13.901	-
- Edificações	7.328	-	-	135	(473)	6.990	4%
- Instalação e adaptação de dependências	165	-	-	2.627	(505)	2.287	20%
- Benfeitorias em imóveis de terceiros	272	-	-	1.259	(387)	1.144	20%
Móveis e equipamentos em estoque	4.322	7.610	-	(5.679)	-	6.253	-
Móveis e equipamentos de uso	9.536	-	(11)	2.134	(2.748)	8.911	10%
Móveis e equipamentos de uso em comodato	62	-	(11)	-	(13)	38	10%
Equipamentos arrendados	30.127	-	(6)	110	(4.311)	25.920	-
Sistema de comunicação	95	8	-	48	(21)	130	20%
Sistema de processamento de dados	16.000	42	(10)	3.397	(4.947)	14.482	20%
Sistema de segurança	868	-	(3)	14	(177)	702	20%
Total	91.942	10.376	(41)	150	(13.582)	88.845	

13. INTANGÍVEL

a) Composição dos saldos

	BANESE Múltiplo		BANESE Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Outros ativos intangíveis (1)	99.259	86.279	133.308	117.081
Amortização acumulada	(66.588)	(62.821)	(74.504)	(67.478)
Total	32.671	23.458	58.804	49.603

(1) São compostos por softwares adquiridos e/ou desenvolvidos por empresas especializadas. São amortizados pelo prazo estimado de benefício econômico à taxa de 20% a.a.

b) Demonstração do custo de aquisição

BANESE Múltiplo

	31.12.2022	Aplicação	Amortização	Valor residual 31.12.2023	Taxa anual
Intangível:					
Custo com implantação e desenvolvimentos de sistema	23.458	12.980	(3.767)	32.671	20%
Total	23.458	12.980	(3.767)	32.671	

BANESE Consolidado

	31.12.2022	Aplicação	Amortização	Valor residual 31.12.2023	Taxa anual
Intangível:					
Custo com implantação e desenvolvimentos de sistema	49.603	16.227	(7.026)	58.804	20%
Total	49.603	16.227	(7.026)	58.804	

14. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Composição por modalidade

	BANESE Múltiplo		BANESE Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Depósitos à vista (Nota 14b)	1.260.538	1.185.161	1.248.073	1.170.362
Depósitos pessoas físicas	529.424	488.232	529.424	488.232
Depósitos pessoas jurídicas	392.139	444.621	379.674	429.822
Depósitos de governos	295.881	220.125	295.881	220.125
Depósitos vinculados	27.305	11.378	27.305	11.378
Depósitos de instituições do sistema financeiro	8.030	12.419	8.030	12.419
Contas encerradas	7.759	8.386	7.759	8.386
Depósitos de poupança (Nota 14b)	2.109.606	2.034.501	2.109.606	2.034.501
Depósitos de poupança livres - Pessoas físicas	2.022.374	1.934.651	2.022.374	1.934.651
Depósitos de poupança livres - Pessoas jurídicas	76.896	86.745	76.896	86.745
Depósitos de poupança de ligadas	467	511	467	511
Contas encerradas	9.869	12.594	9.869	12.594
Depósitos interfinanceiros (Nota 14b)	167.247	146.509	167.247	146.509
Depósitos judiciais (Nota 14b)	1.785.405	1.546.017	1.785.405	1.546.017
Depósitos a prazo (Nota 14b)	2.212.020	1.637.113	2.208.481	1.626.493
Depósitos especiais com remuneração (Nota 14b)	231	231	231	231
Depósitos outros (Nota 14b)	-	-	6.404	2.263
Captações no mercado aberto	19.647	15.364	8.567	6.558
Recursos de aceites e emissão de títulos	47.919	26.078	47.919	26.078
Letras de crédito imobiliário	26.375	5.830	26.375	5.830
Letras financeiras (Nota 14 a.1)	21.544	20.248	21.544	20.248
Obrigações por repasses do país	216.600	108.678	216.600	108.678
BNDES (Nota 14c)	4.474	6.895	4.474	6.895
FINAME (Nota 14c)	180	386	180	386
BNB (Nota 14c)	186.603	88.343	186.991	88.343
FUNGETUR (Nota 14c)	25.343	13.054	24.955	13.054
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	2.044	1.821	2.080	14.869
Total	7.821.257	6.701.473	7.800.613	6.682.559
Passivo circulante	5.534.374	5.138.285	5.528.277	5.120.564
Passivo não circulante	2.286.883	1.563.188	2.272.336	1.561.995

a.1) Letras Financeiras

Papel	BANESE Múltiplo e Consolidado				
	Valor de Emissão	Valor Atual em		Data de Emissão	Data de Vencimento
		31.12.2023	31.12.2022		
Letra Financeira	19.000	-	20.248	11.01.2021	11.01.2023
Letra Financeira	20.300	21.544	-	11.01.2023	10.01.2025
Total	39.300	21.544	20.248		

b) Composição de depósitos por prazos

BANESE Múltiplo

	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31.12.2023	31.12.2022
Depósitos à vista	1.260.538	-	-	-	1.260.538	1.185.161
Depósitos de poupança	2.109.606	-	-	-	2.109.606	2.034.501
Depósitos interfinanceiros (1)	-	36.479	130.768	-	167.247	146.509
Depósitos judiciais	1.785.405	-	-	-	1.785.405	1.546.017
Depósitos a prazo (1)	-	52.231	97.072	2.062.717	2.212.020	1.637.113
Depósitos especiais com remuneração	-	231	-	-	231	231
Total	5.155.549	88.941	227.840	2.062.717	7.535.047	6.549.532

(1) Considera os vencimentos estabelecidos nas aplicações.

BANESE Consolidado

	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31.12.2023	31.12.2022
Depósitos à vista	1.248.073	-	-	-	1.248.073	1.170.362
Depósitos de poupança	2.109.606	-	-	-	2.109.606	2.034.501
Depósitos interfinanceiros (1)	-	36.479	130.768	-	167.247	146.509
Depósitos judiciais	1.785.405	-	-	-	1.785.405	1.546.017
Depósitos a prazo (1)	-	52.231	97.000	2.059.250	2.208.481	1.626.493
Depósitos especiais com remuneração	-	231	-	-	231	231
Outros depósitos	-	6.404	-	-	6.404	2.263
Total	5.143.084	95.345	227.768	2.059.250	7.525.447	6.526.376

(1) Considera os vencimentos estabelecidos nas aplicações.

c) Composição de obrigações por repasses por prazos

BANESE Múltiplo e Consolidado

	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31.12.2023	31.12.2022
BNDDES (1)	392	1.886	2.196	4.474	6.895
FINAME (1)	40	140	-	180	386
BNB (2)	3.159	23.864	159.580	186.603	88.343
FUNGETUR (3)	24.955	-	388	25.343	13.054
Total	28.546	25.890	162.164	216.600	108.678

Os recursos internos para repasses representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (BNB, BNDDES e Ministério do Turismo/FUNGETUR). Essas obrigações têm vencimentos mensais, trimestrais, semestrais ou anuais até dezembro de 2031.

- (1) Os encargos financeiros para as operações com recursos oriundos do BNDES (FINAME/Automático/PROGEREN) até 31.12.2023 são uma composição de encargos pós-fixados TLP + 3,95% a TLP + 4,15% a.a. (31.12.2022 – TLP + 3,95% a TLP + 4,15% a.a.);
- (2) Os encargos financeiros para as operações não-rurais pós-fixadas com recursos oriundos do BNB até 31.12.2023 variam de IPCA + 2,2068% a.a. e IPCA + 8,8621% a.a. (31.12.2022 IPCA + 1,4363% a.a. e IPCA + 8,0753% a.a.), já o encargo financeiro anual para as operações rurais de investimento pré-fixadas com recursos oriundos do BNB até 31.12.2023 foi de 7,79 % a.a. (31.12.2022 foi de 7,79 % a.a.);
- (3) O encargo financeiro anual para as operações pós-fixadas com recursos oriundos do Ministério do Turismo/FUNGETUR até 31.12.2023 foi de INPC + 5,0% a.a. (31.12.2022 - SELIC + 5,0% a.a.) para todas as finalidades disponíveis para contratação com esta fonte de recurso.

As captações em depósitos a prazo são realizadas com clientes da instituição, predominantemente na modalidade de encargos pós-fixados, tendo uma operação na modalidade pré-fixada, correspondente a menos de 0,01% da carteira.

A taxa média de captação acumulada até dezembro/2023 para os depósitos pós-fixados corresponde a 94,02% da variação do CDI (94,53% até setembro/2023) e os pré-fixados a 99,59% da variação do CDI ou 12,99% a.a. (99,90% ou 9,92% a.a. até setembro/2023).

As captações através de operações compromissadas - carteira própria - no mercado aberto, realizadas com instituições financeiras, têm taxa média de captação de 100,00% da variação do CDI.

d) Despesas de captação

	BANESE Múltiplo				BANESE Consolidado			
	2023 2º Semestre	2023 Exercício	2022 2º Semestre	2022 Exercício	2023 2º Semestre	2023 Exercício	2022 2º Semestre	2022 Exercício
Depósitos judiciais	(84.237)	(159.872)	(60.935)	(109.230)	(84.237)	(159.872)	(60.935)	(109.230)
Depósitos de poupança	(72.548)	(148.425)	(76.191)	(140.774)	(72.548)	(148.425)	(76.191)	(140.774)
Depósitos a prazo	(135.895)	(267.497)	(134.958)	(246.943)	(135.264)	(266.233)	(134.418)	(246.003)
Operações compromissadas - carteira própria e de terceiros	(1.235)	(2.549)	(1.092)	(2.019)	(939)	(1.331)	(401)	(738)
Fundo Garantidor de Créditos – FGC	(3.368)	(6.563)	(3.188)	(6.307)	(3.368)	(6.563)	(3.188)	(6.307)
Letras financeiras subordinadas – LFS	(4.976)	(14.550)	(5.379)	(16.328)	(4.976)	(14.550)	(5.379)	(16.328)
Letras financeiras – LF	(1.312)	(2.694)	(1.321)	(3.009)	(1.312)	(2.694)	(1.321)	(3.009)
Letras de crédito imobiliária - LCI	(1.450)	(2.492)	(834)	(1.947)	(1.450)	(2.492)	(834)	(1.947)
Depósitos interfinanceiros	(9.443)	(19.445)	(7.897)	(14.867)	(9.443)	(19.445)	(7.897)	(14.867)
Depósitos especiais com remuneração	(8)	(17)	(9)	(21)	(8)	(17)	(9)	(21)
Despesas com captações no mercado	(314.472)	(624.104)	(291.804)	(541.445)	(313.545)	(621.622)	(290.573)	(539.224)
Despesas de repasses BNDES	(204)	(765)	(539)	(1.362)	(204)	(765)	(539)	(1.362)
Despesas de repasses FINAME	(5)	(13)	(15)	(31)	(5)	(13)	(15)	(31)
Despesas de repasses BNB	(5.597)	(10.055)	(2.591)	(6.300)	(5.597)	(10.055)	(2.591)	(6.300)
Despesas de repasses FUNGETUR	(2.590)	(5.184)	(1.800)	(2.957)	(2.590)	(5.184)	(1.800)	(2.957)
Despesas com empréstimos e repasses	(8.396)	(16.017)	(4.945)	(10.650)	(8.396)	(16.017)	(4.945)	(10.650)
Total das despesas de captação	(322.868)	(640.121)	(296.749)	(552.095)	(321.941)	(637.639)	(295.518)	(549.874)

15. OUTROS PASSIVOS

	BANESE Múltiplo		BANESE Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1.887	1.989	2.417	2.497
Recebimento de tributos federais	-	-	-	-
Outros tributos e assemelhados	1.887	1.989	2.417	2.497
Sociais e estatutárias - Dividendos e bonificações a pagar	11.040	35.803	11.040	35.803
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	-	-	-	-
Impostos e contribuições a recolher	12.899	12.680	16.572	15.942
Dívidas subordinadas (Nota 15 a)	154.013	140.564	154.013	140.564
Recursos em Trânsito de Terceiros	244	260	244	260
Diversas	122.296	123.474	802.280	666.443
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	34	34	34	34
Provisão para pagamentos - Despesas de pessoal	33.082	34.831	36.758	38.981
Provisão para pagamentos - Fornecedores	27.703	27.346	31.489	32.075
Credores diversos - País	21.145	32.827	39.705	59.220
Recursos do FGTS para Amortizações	260	199	260	199
Credores por recursos a liberar	7.670	1.920	7.670	1.920
Obrigações por convênios oficiais	2.506	2.692	2.506	2.692
Obrigações de pagamentos em nome de terceiros	29.860	23.588	29.860	23.588
Outros valores	36	37	36	37
Obrigações por transações de pagamentos (1)	-	-	653.962	507.697
Total	302.379	314.770	986.566	861.509
Passivo circulante	148.365	174.205	831.645	720.343
Passivo não circulante	154.014	140.565	154.921	141.166

(1) Obrigações a lojistas por transações de pagamentos.

a) Dívidas subordinadas

As captações efetuadas mediante emissão de títulos de dívida subordinada, observadas as condições determinadas pela Resolução CMN nº 4.955/2021, são as seguintes:

Papel	BANESE Múltiplo e Consolidado				Data de Emissão	Data de Vencimento
	Valor de Emissão	Valor Atual em				
		31.12.2023	31.12.2022			
Letras Financeiras Subordinadas (1)	15.445	-	16.552		30.07.2015	31.07.2023
Letras Financeiras Subordinadas (2)	98.420	136.802	124.012		16.04.2021	26.04.2029
Letras Financeiras Subordinadas (1)	17.000	17.211	-		27.11.2023	27.11.2031
Total	130.865	154.013	140.564			

(1) Remunerado pelo CDI com pagamento de juros semestral.

(2) Remunerada pelo INPC + Taxa Pré com pagamento de juros apenas no vencimento.

16. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a. Contingências ativas

O BANESE possui registradas contingências ativas transitadas em julgado pelo Supremo Tribunal Federal, assim como possui, neste momento, processo judicial que gera expectativa de ganhos futuros e estão sob análise de peritos para conclusão dos montantes envolvidos a receber, conforme Nota 9.2.

b. Contingências passivas

O BANESE e sua controlada figuram como réus em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

- >>> Os processos trabalhistas, em sua maioria, referem-se a ações ajuizadas por empregados, ex-empregados e sindicato da categoria, com o objetivo de obter indenizações relativas a violações alegadas de direitos trabalhistas, como pagamento de horas extras, equiparação salarial e diferenças nos reajustes salariais. Em 31 de dezembro de 2023, o montante provisionado a título de contingências trabalhistas é de R\$ 48.533 (R\$ 48.980 – 31.12.2022) no BANESE Múltiplo e de R\$ 53.451 (R\$ 54.913 – 31.12.2022) no BANESE Consolidado.
- >>> Os processos cíveis referem-se, principalmente, a pedidos de ressarcimento e indenização por dano moral e patrimonial - R\$ 5.116 e correção dos saldos de poupança referentes aos planos econômicos - Bresser, Verão e Collor I e II - R\$ 3.351, sendo o montante provisionado em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 8.467 (R\$ 10.510 – 31.12.2022) no BANESE Múltiplo e de R\$ 12.301 (R\$ 13.996 – 31.12.2022) no BANESE Consolidado.
- >>> Os processos fiscais são decorrentes de alguns tributos e contribuições que o BANESE vem discutindo na esfera administrativa e judicial, tais como: autuações fiscais previdenciárias, as quais pretendem a inclusão de algumas verbas pagas pelo Banco a funcionários, autônomos e prestadores de serviços no salário de contribuição; compensações não homologadas pela Receita Federal do Brasil; tributos com exigibilidade suspensa, como PIS Lei nº 9.718/98 e o ISSQN, em que alguns municípios incluíram, através de Decretos Municipais, todas as receitas operacionais em sua base de cálculo. O montante provisionado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 122.464 (R\$ 89.617 – 31.12.2022) no BANESE Múltiplo e de R\$ 124.221 no BANESE Consolidado (R\$ 91.374 – 31.12.2022). Em 30/06/2023 o Banco provisionou o montante de R\$ 40.462 em decorrência do Julgamento pelo STF do tema 372, de repercussão geral, referente aos questionamentos da COFINS Lei nº 9.718/98.

O procedimento utilizado pelo BANESE para reconhecimento destas obrigações apresenta-se de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 e pela Resolução CVM nº 72/2022. Os processos judiciais são classificados por probabilidade de perda em provável, possível e remota, por meio de avaliação na qual se utilizam parâmetros como as decisões judiciais e o histórico de perdas em ações semelhantes. Apenas são provisionados os processos classificados como perda provável.

A movimentação da provisão está assim demonstrada:

	BANESE Múltiplo			Total	
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	31.12.2023	31.12.2022
Saldo inicial - dezembro do exercício anterior	48.980	10.510	89.617	149.107	149.657
Atualização monetária	4.998	278	5.353	10.629	8.968
Constituição de provisão	8.238	9.263	41.396	58.897	11.417
Reversão de provisão	-	-	(8.549)	(8.549)	(10.338)
Pagamentos	(13.683)	(11.584)	(5.353)	(30.620)	(10.597)
Saldo final do período	48.533	8.467	122.464	179.464	149.107

	BANESE Consolidado			Total	
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	31.12.2023	31.12.2022
Saldo inicial - dezembro do exercício anterior	54.913	13.996	91.374	160.283	169.793
Atualização monetária	4.998	278	5.353	10.629	8.968
Constituição de provisão	12.880	12.276	41.396	66.552	15.227
Reversão de provisão	-	-	(8.549)	(8.549)	(18.617)
Pagamentos	(19.342)	(14.247)	(5.353)	(38.942)	(15.088)
Saldo final do período	53.449	12.303	124.221	189.973	160.283

Os processos enquadrados na categoria de perda possível são assim classificados em decorrência de incertezas geradas quanto ao seu desfecho. São ações para cujo objeto ainda não foi estabelecida jurisprudência ou que dependem da verificação e análise dos fatos, ou, ainda, apresentam aspectos específicos que reduzem a probabilidade de perda. As estimativas de perda para os processos assim classificados, de possível mensuração, montam os seguintes valores em 31 de dezembro de 2023: trabalhista - R\$ 30.072 (R\$ 34.683 – 31.12.2022), cíveis - R\$ 44.264 (R\$ 31.160 – 31.12.2022) e fiscais R\$ 13.413 (R\$ 56.468 – 31.12.2022). Nestes grupos encontram-se causas de naturezas diversas, principalmente: indenização por danos morais, além de reclamações de natureza trabalhista, tais como isonomia salarial, reintegração de demitidos, indenização por LER, e processos previdenciários, PIS e compensações de tributos não homologados pela Secretaria da Receita Federal.

O cronograma esperado de desembolsos está assim demonstrado:

BANESE Múltiplo			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais
Até 5 anos	44.547	6.774	122.464
Acima de 5 anos	3.986	1.694	-
Total	48.533	8.468	122.464

BANESE Consolidado			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais
Até 5 anos	48.547	9.774	124.221
Acima de 5 anos	4.902	2.529	-
Total	53.451	12.301	124.221

c. Outros Assuntos

O BANESE possui Processo Administrativo Sancionador PE nº 204590 - Processo que tramita no BACEN, para apurar suposta irregularidade praticada pela instituição e administradores, por deixar de implementar estruturas de controles internos efetivas e consistentes com a natureza, complexidade e risco das operações realizadas pela instituição financeira, especificamente no que se refere a sua atuação como participante do arranjo de pagamentos Pix. Foi firmado Termo de Compromisso entre as partes e o processo continua em andamento até a conclusão dos trabalhos do BACEN, sobre as obrigações previstas no termo firmado.

17. PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES

	31.12.2023	31.12.2022
Participação como controlador de 71,68% na MULVI Instituição de Pagamento S.A (Nota 11)	(74.271)	(99.808)
Patrimônio Líquido da MULVI Instituição de Pagamento S.A	103.615	139.241
Total de participação de não controladores	29.344	39.433

O BANESE possui preponderância nas deliberações sociais, poder de eleger ou destituir seus administradores e controle operacional efetivo.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O Capital Social, totalmente integralizado, está representado por 8.896.776 ações ordinárias e 8.896.776 ações preferenciais sem valor nominal, todas em circulação. O acionista majoritário, o Estado de Sergipe, detém 94,48% das ações ordinárias e 87,66% das preferenciais.

As ações preferenciais não terão direito a voto, mas conferirão aos seus titulares os seguintes direitos e vantagens: I - Prioridade no reembolso do Capital Social, sem prêmio, na hipótese de liquidação da Sociedade; II - Receberão dividendos 10% (dez por cento) maiores que os atribuídos às ações ordinárias; III - Inclusão em oferta pública decorrente de eventual alienação do controle da Sociedade. IV - Participação nos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações ordinárias.

As ações são indivisíveis em relação à Sociedade e cada ação ordinária, sem limitação, corresponderá a um voto nas deliberações da Assembleia Geral, salvo na hipótese de adoção do voto múltiplo para a eleição de membro do Conselho de Administração.

Em 31 de março de 2023 foi aprovado, em reunião do Conselho de Administração, o aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado previsto no Estatuto Social da Companhia, no valor de R\$35.999.966,90 (trinta e cinco milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e sessenta e seis reais e noventa centavos) mediante emissão de 1.620.890 (um milhão, seiscentos e vinte mil, oitocentos e noventa) novas ações, sendo 810.445 (oitocentos e dez mil, quatrocentas e quarenta e cinco) ações ordinárias e sendo 810.445 (oitocentos e dez mil, quatrocentas e quarenta e cinco) ações preferenciais.

Em 19 de julho de 2023, foi publicado Aviso aos Acionistas com a homologação do Banco Central do Brasil para o aumento de Capital Social do BANESE, que passa a ser de R\$ 548.999.966,90 (quinhentos e quarenta e oito milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e sessenta e seis reais e noventa centavos), representado por 8.452.990 (oito milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, novecentas e noventa) ações ordinárias nominativas e 8.452.990 (oito milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, novecentas e noventa) ações preferenciais nominativas.

Em 11 de setembro de 2023 foi aprovado, em reunião do Conselho de Administração, o aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado previsto no Estatuto Social da Companhia, no valor de R\$ 20.999.953,52 (vinte milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e cinquenta e três reais e cinquenta dois centavos) mediante emissão de 887.572 (oitocentos e oitenta e sete mil, quinhentos e setenta e duas) novas ações, sendo 443.786 (quatrocentos e quarenta e três mil, setecentos e oitenta e seis) ações ordinárias e 443.786 (quatrocentos e quarenta e três mil, setecentos e oitenta e seis) ações preferenciais.

Em 27 de dezembro de 2023, foi publicado Aviso aos Acionistas com a homologação do Banco Central do Brasil para o aumento de Capital Social do BANESE, que passa a ser de R\$ 569.999.920,42 (quinhentos e sessenta e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e vinte reais e quarenta e dois centavos), representado por 8.896.776 (oito milhões, oitocentos e noventa e seis mil, setecentos e setenta e seis) ações ordinárias nominativas e 8.896.776 (oito milhões, oitocentos e noventa e seis mil, setecentos e setenta e seis) ações preferenciais nominativas.

A tabela a seguir demonstra o resultado por ação com base nas ações ordinárias e preferenciais em circulação:

	01.01.2023 a 31.12.2023	01.01.2022 a 31.12.2022
Lucro líquido atribuível aos acionistas - R\$ Mil	47.470	75.512
Ações Ordinárias	22.605	35.958
Ações Preferenciais	24.865	39.554
Total de ações	17.793.552	15.285.090
Ações ordinárias	8.896.776	7.642.545
Ações preferenciais	8.896.776	7.642.545
Lucro líquido atribuível a não controladores - R\$ Mil	(10.089)	(6.675)

01.01.2023 a 31.12.2023 01.01.2022 a 31.12.2022

Lucro básico e diluído por ação:

Lucro líquido por Ação Ordinária do Capital Social (em R\$)	2,54	4,71
Lucro líquido por Ação Preferencial do Capital Social (em R\$)	2,79	5,18

b. Reservas de Lucros

O Lucro Líquido do Exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações:

b.1. **Reserva Legal** - é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

b.2. **Reservas Estatutárias** - são constituídas do lucro líquido do exercício após as deduções legais e dividendos até atingir o limite de 100% do Capital Social, conforme estabelecido no Estatuto Social. Estão compostas por:

>>> **Reserva estatutária para margem operacional** - com a finalidade de garantir a manutenção da margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, limitada a até 80% do capital social.

>>> **Reserva estatutária para equalização de dividendos** - com a finalidade de assegurar recursos para o pagamento de dividendos intermediários, limitada a até 20% do capital social.

>>> **Reserva especial de lucro** - com a finalidade de assegurar recursos para o pagamento de juros sobre o capital e dividendos adicionais, propostos pela Administração.

	BANESE Múltiplo e Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022
Reserva Legal	48.790	46.417
Reserva Estatutária para Margem Operacional	40.551	36.139
Reserva de Juros Sobre o Capital Próprio Adicionais Propostos	8.933	-
Reserva de Lucro	98.274	82.556

c. Dividendos e juros sobre o capital próprio

c.1 **Dividendos** - o estatuto social confere direitos a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado do exercício social.

c.2 **Juros sobre o capital próprio** - conforme estatuto social, poderão ser pagos aos acionistas, Juros sobre o Capital Próprio, mediante proposta da Diretoria Executiva, aprovada pelo Conselho de Administração, "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária.

A Administração do BANESE pagou, referente ao exercício de 2023, JCP no montante de R\$ 21.112 (R\$ 0 - 31.12.2022) e provisionou o total de R\$ 19.573 (R\$ 36.000 - 31.12.2022). O JCP reduziu o impacto tributário no exercício na ordem de R\$ 18.309 (R\$ 16.200 - 31.12.2022).

c.3 **Dividendos obrigatórios** - de acordo com o estatuto social do Banco, art. 44, parágrafo único, os juros sobre capital próprio pagos ou creditados aos acionistas, deverão ser imputados ao valor do dividendo mínimo obrigatório.

Os JCP serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios pelo seu valor líquido do imposto de renda de acordo com a Resolução CVM nº 143/2022.

19. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a. Receitas de Prestações de Serviços

	BANESE Múltiplo				BANESE Consolidado			
	2023	2023	2022	2022	2023	2023	2022	2022
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Rendas de serviços prestados a correntistas	8.209	15.995	7.891	16.598	55.988	108.890	53.725	118.995
Convênios de arrecadação/pagamento	17.528	33.969	19.948	36.335	17.528	33.969	19.948	36.335
Cobrança	1.859	3.967	2.179	4.418	1.859	3.967	2.179	4.418
Rendas de garantias prestadas	381	450	75	119	381	450	75	119
Total	27.977	54.381	30.093	57.470	75.756	147.276	75.927	159.867

b. Receitas de Tarifas Bancárias

	BANESE Múltiplo				BANESE Consolidado			
	2023	2023	2022	2022	2023	2023	2022	2022
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Devoluções de cheques	338	707	398	802	338	707	398	802
Transações com cheques	263	524	278	586	263	524	278	586
Tarifa de saques	955	1.909	1.043	2.108	955	1.909	1.043	2.108
Tarifas de Manutenção de conta	19.760	39.769	20.296	39.937	19.760	39.769	20.296	39.937
Tarifa de convênio – pagamento de salário	793	1.472	801	1.513	793	1.472	801	1.513
Tarifa de confecção de cartões	150	254	122	237	150	254	122	237
Tarifa com pacote de serviços	7.995	15.925	8.146	16.327	7.995	15.925	8.146	16.327
Outras tarifas bancárias	3.945	7.285	3.269	6.520	3.945	7.285	3.269	6.520
Total	34.199	67.845	34.353	68.030	34.199	67.845	34.353	68.030
Total de receita de prestação de serviços + tarifas bancárias	62.176	122.226	64.446	125.500	109.955	215.121	110.280	227.897

c. Despesas de Pessoal

	BANESE Múltiplo				BANESE Consolidado			
	2023	2023	2022	2022	2023	2023	2022	2022
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Salários	(60.215)	(116.594)	(54.653)	(110.325)	(72.402)	(141.799)	(67.030)	(134.147)
Encargos sociais	(10.858)	(21.322)	(9.785)	(19.051)	(12.445)	(24.017)	(11.202)	(21.494)
INSS sobre salários	(16.700)	(32.371)	(15.152)	(29.381)	(19.720)	(38.902)	(18.383)	(35.617)
Remuneração dos Administradores	(2.533)	(4.929)	(2.500)	(4.655)	(4.095)	(7.875)	(3.934)	(7.420)
Benefícios	(15.304)	(28.460)	(13.883)	(25.575)	(18.285)	(34.728)	(16.974)	(31.789)
Treinamento	(520)	(933)	(729)	(1.304)	(790)	(1.242)	(816)	(1.486)
Estagiários/Jovem Aprendiz	(194)	(350)	(183)	(354)	(264)	(519)	(272)	(527)
Total	(106.324)	(204.959)	(96.885)	(190.645)	(128.001)	(249.082)	(118.611)	(232.480)

d. Outras Despesas Administrativas

	BANESE Múltiplo				BANESE Consolidado			
	2023	2023	2022	2022	2023	2023	2022	2022
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Processamento de dados	(15.520)	(33.251)	(18.207)	(32.128)	(18.072)	(38.702)	(20.698)	(37.609)
Serviços do sistema financeiro	(5.998)	(12.513)	(6.968)	(11.183)	(6.095)	(12.680)	(7.036)	(11.321)
Depreciações e amortizações	(5.555)	(11.228)	(5.660)	(11.325)	(10.808)	(19.744)	(8.770)	(17.108)
Comunicação	(959)	(2.062)	(1.410)	(2.656)	(3.521)	(7.189)	(4.623)	(9.754)
Serviços de vigilância e segurança	(5.293)	(10.527)	(4.919)	(9.843)	(5.625)	(11.248)	(5.362)	(10.758)
Serviços técnicos especializados	(14.958)	(31.350)	(24.683)	(41.686)	(28.445)	(59.684)	(35.738)	(64.433)
Aluguéis	(1.434)	(3.028)	(1.568)	(3.069)	(2.202)	(4.056)	(1.762)	(3.436)
Manutenção e conservação de bens	(5.224)	(9.276)	(4.047)	(8.655)	(6.271)	(12.092)	(5.071)	(10.971)
Propaganda e publicidade	(3.282)	(5.182)	(1.898)	(3.152)	(6.024)	(11.914)	(5.191)	(9.320)
Material	(700)	(1.409)	(706)	(1.419)	(1.518)	(3.199)	(1.464)	(2.864)
Serviços de terceiros	(30.011)	(58.425)	(30.656)	(58.063)	(31.179)	(61.438)	(34.555)	(64.984)
Água, energia e gás	(2.388)	(4.973)	(2.321)	(5.570)	(2.602)	(5.453)	(2.567)	(6.156)
Transporte	(3.016)	(6.155)	(3.705)	(9.909)	(3.172)	(6.478)	(3.850)	(10.225)
Seguro	(1.247)	(3.454)	(1.306)	(3.569)	(1.268)	(3.495)	(1.329)	(3.612)
Promoções e relações públicas	(4.001)	(5.385)	(2.333)	(5.693)	(4.277)	(5.800)	(2.453)	(5.955)
Doações	-	-	-	-	(1.389)	(3.201)	(1.545)	(3.221)
Outras	(3.600)	(7.917)	(3.791)	(8.449)	(7.058)	(15.333)	(7.455)	(14.513)
Total	(103.186)	(206.135)	(114.178)	(216.369)	(139.526)	(281.706)	(149.469)	(286.240)

e. Despesas Tributárias

	BANESE Múltiplo				BANESE Consolidado			
	2023	2023	2022	2022	2023	2023	2022	2022
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Contribuição ao Cofins	(15.110)	(29.115)	(14.387)	(27.651)	(23.419)	(45.374)	(22.791)	(44.716)
Contribuição ao PIS - Pasep	(2.473)	(4.751)	(2.341)	(4.524)	(4.234)	(8.179)	(4.107)	(8.136)
Imposto sobre serviços de qualquer natureza	(3.158)	(6.216)	(3.259)	(6.357)	(5.716)	(11.289)	(5.997)	(12.071)
Tributos federais	(86)	(204)	(102)	(535)	(86)	(211)	(102)	(535)
Tributos estaduais	(20)	(35)	(25)	(38)	(20)	(35)	(25)	(38)
Tributos municipais	(19)	(222)	(14)	(207)	(132)	(452)	(133)	(450)
Outras	(447)	(1.001)	(361)	(1.048)	(538)	(1.103)	(371)	(1.075)
Total	(21.313)	(41.544)	(20.489)	(40.360)	(34.145)	(66.643)	(33.526)	(67.021)

f. Outras Receitas Operacionais (*)

	BANESE Múltiplo				BANESE Consolidado			
	2023		2022		2023		2022	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Recuperação de encargos e despesas	1.075	2.208	391	1.458	1.075	2.208	391	1.458
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	-	-	-	-	6.347	11.938	5.665	10.233
Reversão de provisões operacionais	1.809	14.872	27.993	33.456	4.350	21.985	30.534	47.293
Atualização monetária	12.924	23.484	7.534	15.314	15.071	29.239	9.181	18.267
Juros, multas e descontos obtidos na operação de cartão	-	-	-	-	34.788	70.733	58.945	113.376
Cessão de crédito – MULVI	19.921	38.198	17.792	37.349	19.921	38.198	-	-
Descontos financeiros com antecipação de repasse	-	-	-	-	14.463	33.175	22.455	35.831
Ganhos de capital	1.818	2.093	128	489	8.693	8.977	131	498
Juros Passivo Atuarial (1)	-	-	7.593	7.593	-	-	7.593	7.593
Lucro na alienação de bens e investimentos	695	777	45	121	695	777	45	121
Outras	777	1.203	669	4.834	1.456	2.560	1.428	6.232
Total	39.019	82.835	62.145	100.614	106.859	219.790	136.368	240.902

(*) Em atendimento à Resolução BCB nº 02/2020, as receitas não operacionais estão incluídas no grupo das receitas operacionais.

(1) Juros reconhecidos pela baixa de obrigação atuarial em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 33 (R1).

g. Outras Despesas Operacionais (*)

	BANESE Múltiplo				BANESE Consolidado			
	2023		2022		2023		2022	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Contribuição ao SFH	(376)	(591)	(89)	(249)	(376)	(591)	(89)	(249)
Operações de crédito - descontos concedidos	(135)	(252)	(154)	(314)	(3.188)	(7.848)	(8.578)	(20.314)
Varição Monetária	(467)	(838)	(357)	(679)	(467)	(838)	(357)	(679)
Despesas Financeiras	-	-	-	-	488	398	(165)	(287)
Despesa Convênio TJ (1)	(12.211)	(22.417)	(8.947)	(17.099)	(12.211)	(22.417)	(8.947)	(17.099)
Despesa com prêmio de fidelização (2)	-	(64)	(235)	(531)	-	(186)	(789)	(1.362)
Cessão de crédito – MULVI	-	(3)	-	-	-	(3)	-	-
Prejuízo na alienação de valores, bens e investimentos	(211)	(267)	(79)	(813)	(221)	(277)	(87)	(825)
Perdas de capital	(5.849)	(7.512)	(1.834)	(4.111)	(15.157)	(18.375)	(3.464)	(6.677)
Juros Passivo Atuarial	-	-	(1)	(132)	-	-	(1)	(132)
Outras despesas operacionais	(3.207)	(6.831)	(4.562)	(13.857)	(18.468)	(29.613)	(11.030)	(26.603)
Total	(22.456)	(38.775)	(16.258)	(37.785)	(49.600)	(79.750)	(33.507)	(74.227)

(*) Em atendimento à Resolução BCB nº 02, as despesas não operacionais estão incluídas no grupo das despesas operacionais.

(1) Referem-se às despesas decorrentes do convênio firmado com o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, cujo contrato entre as partes foi renovado em maio/2023 com validade de 5 anos.

(2) Referem-se às despesas com fidelização dos clientes oriundos da cessão da carteira de crédito da MULVI.

h. Despesas Provisões

	BANESE Múltiplo				BANESE Consolidado			
	2023		2022		2023		2022	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Despesas de provisões contingências trabalhistas	(7.498)	(14.788)	(6.886)	(11.198)	(8.686)	(16.178)	(7.562)	(12.017)
Despesas de provisões contingências cíveis	(6.953)	(10.081)	(1.737)	(2.727)	(7.935)	(12.438)	(3.130)	(5.503)
Despesas de provisões contingências fiscais	(3.801)	(47.238)	(2.974)	(5.987)	(3.801)	(47.238)	(2.974)	(6.110)
Despesas de provisões Passiva – Outras	-	(10)	(1)	(1)	-	(10)	(1)	(1)
Despesas de provisões Passiva – Garantia Financeira	-	-	(10)	(20)	-	-	(10)	(20)
Total	(18.252)	(72.117)	(11.608)	(19.933)	(20.422)	(75.864)	(13.677)	(23.651)

20. EXIGIBILIDADES DE CAPITAL E LIMITES DE IMOBILIZAÇÃO

A Resolução CMN nº 4.955/2021 dispõe sobre os critérios de apuração dos Requerimentos Mínimos de Patrimônio de Referência de Nível I e de Capital Principal, enquanto a Resolução CMN nº 4.958/2021 institui o Adicional de Capital Principal. Para os cálculos das parcelas de risco, foram observados os procedimentos estabelecidos pelas Circulares BACEN nºs 3.634, 3.635, 3.636, 3.637, 3.638, 3.639, 3.641 e 3.645, de 04/03/2013, para risco de mercado; pela Circular BACEN nº 3.640/2013, para risco operacional, e; pela Resolução BCB nº 229/2022, para risco de crédito.

Para a parcela de risco operacional, o BANESE utiliza a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada (APAS). Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.957/2021, o Índice de Imobilização apurado em relação ao Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial foi de 12,68% (14,18% em 31.12.2022), estando, portanto, em conformidade com o máximo permitido pelo BACEN, que é de 50%. O Patrimônio de Referência utilizado para o cálculo dos índices, bem como os Ativos Ponderados de Risco, em 31/12/2023, estão demonstrados abaixo:

	31.12.2023	31.12.2022
Patrimônio de Referência	700.804	648.649
Patrimônio de referência nível I (Capital Principal + Capital Complementar)	546.790	524.637
Capital Principal – CP	546.790	524.637
Capital Social +Participação de Não Controladores	599.344	552.433
Reservas De Capital, Reavaliação e de Lucros	98.274	82.556
Ganhos Não Realizados de Ajustes de Avaliação Patrimonial Exceto de Hedge de Fluxo de Caixa	-	-
Sobras ou Lucros Acumulados	-	-
Contas de Resultado Credoras	-	-
Contas de Resultado Devedoras	-	-
Perdas ou Prejuízos Acumulados	-	-
Depósito Para Suficiência de Capital	-	-
Outros Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal	-	-
Total de Deduções de Ajustes Prudenciais	150.828	110.352
Não Realizadas - Avaliação Patrimonial e TVM	-	-
Ajustes Prudenciais Exceto Participações Não Consolidadas e Crédito Tributário	125.527	97.512
Ajuste Prudencial II - Ativos Intangíveis	58.805	49.603
Ajuste Prudencial VIII - Demais Créditos Tributários de Prejuízo Fiscal e relacionados à CSLL	37.378	8.476
Ajuste Prudencial XIV – Participação de não Controladores em Subsidiárias não Autorizadas Pelo BCB	29.344	39.433
Ajuste Prudencial XV - Diferença a Menor - Ajustes da Resolução 4.277/13	-	-
Ajustes Prudenciais V, VII e X - Créditos Tributários e Investimentos Superiores em Assemelhadas e Instituições Financeiras	25.301	12.840
Ajuste Prudencial - Créditos Tributários de Diferença Temporária - excedente a 10% do CP III	25.301	12.840
Capital Complementar		
Patrimônio de referência nível II	154.014	124.012
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	154.014	124.012
Autorizados em conformidade com a Resolução CMN 4.192/13 - Com redutor	154.014	124.012
Redutor 0%	154.014	124.012
Redutor 20%	-	-
Redutor 40%	-	-
Redutor 60%	-	-
Redutor 80%	-	-
Redutor 100%	-	16.552
Ativos Ponderados de Risco:	5.239.302	4.780.901

Ativos Ponderados de Risco de Crédito (RWA CPAD)	4.589.180	4.259.374
a) Por Fator de Ponderação (FPR): (1)		
FPR de 2%	-	-
FPR de 20%	122.489	16.669
FPR de 25%	18.843	-
FPR de 30%	44.124	-
FPR de 35%	-	125.070
FPR de 40%	365.397	-
FPR de 45%	156.261	-
FPR de 50%	11.139	394.998
FPR de 60%	16.425	-
FPR de 70%	611	-
FPR de 75%	2.177.368	1.889.556
FPR de 85%	-	-
FPR de 100%	1.389.709	1.673.873
FPR de 130%	77.124	-
FPR de 150%	65.631	-
FPR de 250%	143.023	134.369
FPR de 300%	-	-
FPR de 909,09%	-	-
FPR de 1.250%	1.036	24.839
	-	-
b) Por Tipo:		
Ativos Ponderados de Risco de Mercado (RWA MPAD)	3.713	465
Prefixadas denominadas em real (RWAJUR1)	3.710	364
Cupons de moedas estrangeiras (RWAJUR2)	-	-
Cupom de índices de preços (RWAJUR3)	3	2
Cupons de taxas de juros (RWAJUR4)	-	-
Operações sujeitas à variação do preço de commodities (RWACOM)	-	31
Operações sujeitas à variação do preço de ações (RWAACS)	-	31
Ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas à variação cambial (RWACAM)	-	37
Ativos Ponderados de Risco Operacional (RWAOPAD)	646.409	521.062
RWA	5.239.302	4.780.901
Fator Mínimo Requerido + Adicionais de Capital Principal	10,50%	10,50%
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	419.144	382.472
Capital Principal Mínimo requerido para o RWA	235.769	215.141
Mínimo Capital Principal + ACP / RWA	268.514	245.021
Rban	79.682	77.075
Fator F	13,38%	13,57%
Sobra FATOR	2,88%	3,07%
Nível I / RWA	10,44%	10,97%
Mínimo Nível I + ACP / RWA	8,50%	8,50%
Folga de Mínimo Nível I / RWA	1,94%	2,47%
Capital Principal / RWA	10,44%	10,97%
Mínimo Capital Principal / RWA	7,00%	7,00%
Folga Capital Principal / RWA	3,44%	3,97%
Margem sobre o PR Considerando o Capital para cobertura do Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária e o ACP	70.996	69.580

(1) Em 01/07/2023 entrou em vigor a Resolução BCB nº 229/2022, que substituiu a Circular Bacen nº 3.644/13, que busca aprimorar e consolidar os procedimentos para cálculo do requerimento de capital para as exposições ao risco de crédito mediante abordagem padronizada (RWACPAD), fato este que tornou as exposições mais sensíveis ao risco, ou seja, ativos considerados mais arriscados passam a ter maior exigência de capital, ao passo que exposições menos arriscadas tiveram um efeito contrário, após a entrada da referida norma houve um espalhamento entre diversos FPR's.

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Banco está sujeito ao regime de tributação do lucro real e procede ao pagamento mensal do imposto de renda e contribuição social pela estimativa com base em balancete de suspensão / redução. A despesa de imposto de renda registrada no BANESE Múltiplo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 12.057 (R\$ 9.588 – 31.12.2022) e no Consolidado foi de R\$ 22.726 (R\$ 9.588 – 31.12.2022), e a de contribuição social no BANESE Múltiplo foi de R\$ 10.300 (R\$ 8.135 – 31.12.2022) e no consolidado R\$ 16.702 (R\$ 8.135 – 31.12.2022). A conciliação está demonstrada a seguir:

Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	BANESE Múltiplo		BANESE Consolidado		BANESE Múltiplo		BANESE Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
	Imposto de Renda				Contribuição Social			
Resultado antes da tributação e participações	56.528	89.809	24.940	64.628	56.528	89.809	29.940	64.628
Participações estatutárias	(7.164)	(11.539)	(7.164)	(11.539)	(7.164)	(11.539)	(7.164)	(11.539)
Juros sobre Capital Próprio	(40.685)	(36.000)	(40.685)	(36.000)	(40.685)	(36.000)	(40.685)	(36.000)
Equivalência Patrimonial	25.537	16.895	25.537	16.895	25.537	16.895	25.537	16.895
Adições líquidas de caráter permanente	(17.220)	(20.845)	(39.027)	(29.699)	(18.144)	(21.647)	(39.949)	(24.087)
Adições líquidas de caráter temporário	35.428	3.155	16.567	26.372	35.428	3.155	16.567	26.372
Lucro tributável antes das compensações	52.424	41.475	(19.832)	30.657	51.500	40.673	(20.754)	36.269
Lucro tributável após compensações	52.424	41.475	(19.832)	30.657	51.500	40.674	(20.754)	36.269
Valores devidos pela alíquota normal	(7.864)	(6.221)	(7.864)	(6.221)	(10.300)	(8.135)	(10.300)	(8.135)
Adicional de imposto de renda (10%)	(5.218)	(4.124)	(5.218)	(4.124)	-	-	-	-
Incentivos fiscais	1.025	757	1.025	757	-	-	-	-
Tributos devidos	(12.057)	(9.588)	(12.057)	(9.588)	(10.300)	(8.135)	(10.300)	(8.135)
Crédito tributário sobre as diferenças temporárias	11.368	2.827	6.740	8.699	9.095	2.262	6.319	5.785
Crédito tributário prejuízo fiscal / base negativa CSLL	-	-	18.064	4.295	-	-	10.838	2.606
Despesa efetiva no período	-	(6.761)	-	3.406	-	(5.873)	-	256
Recuperação CSLL e IRPJ 2021	-	4.952	-	6.155	-	4.924	-	5.931
Valor registrado efetivamente no resultado	(689)	(1.809)	12.748	9.561	(1.205)	(949)	6.856	6.187
% da despesa efetiva em relação ao lucro antes do IRPJ e CSLL	1,22%	(2,01)%	(51,11)%	(14,79)%	2,13%	(1,06)%	(27,49)%	(9,57)%

A movimentação dos créditos está a seguir demonstrada:

	BANESE Múltiplo				BANESE Consolidado			
	Imposto de Renda		Contribuição Social		Imposto de Renda		Contribuição Social	
	Diferenças Temporárias	Prejuízo Fiscal	Diferenças Temporárias	Base Negativa	Diferenças Temporárias	Prejuízo Fiscal	Diferenças Temporárias	Base Negativa
Saldo em 31.12.2022	84.347	-	67.477	-	108.115	4.893	81.737	3.582
(+) Constituição de Créditos – Outras Adições	22.517	-	18.014	-	47.934	18.064	33.264	10.838
(-) Realização de Créditos – Outras Adições	(11.149)	-	(8.919)	-	(41.194)	-	(26.945)	-
Saldo em 31.12.2023	95.715	-	76.572	-	114.855	22.957	88.056	14.420

O crédito tributário de imposto de renda e contribuição social apresenta a seguinte composição:

	BANESE Múltiplo				BANESE Consolidado			
	Imposto de Renda		Contribuição Social		Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
1. Adições Temporárias - base de cálculo	382.861	337.388	382.861	337.388	459.421	434.848	479.149	434.848
- Créditos Tributários adições temporárias	95.715	84.347	76.572	67.477	114.855	108.712	88.056	82.713
- Prejuízo Fiscal/Base Negativa IRPJ/CSLL	-	-	-	-	91.828	17.184	72.100	17.373
- Créditos Tributários de Prejuízo Fiscal/ Base Negativa IRPJ/CSLL	-	-	-	-	22.957	4.894	14.420	3.582
Total de Créditos Tributários Ativados	95.715	84.347	76.572	67.477	137.812	113.606	102.476	86.295
Créditos Tributários Não Ativados	-	1.387	-	1.110	-	1.387	-	1.110

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos são realizados à medida que as diferenças temporárias sobre as quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização se apresenta a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico, no qual há expectativa de geração de resultados positivos futuros, com a consequente geração de obrigações com impostos e contribuições, já considerando o disposto no artigo 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.249/1995.

Os Créditos Tributários não contabilizados correspondem às adições temporárias relativas às provisões constituídas para dar suporte aos créditos provenientes do FCVS.

O quadro abaixo demonstra os valores previstos de realização na data de 31 de dezembro de 2023, comparativamente com o valor presente do crédito, calculado com base no custo médio de captação da instituição. A taxa de desconto utilizada foi calculada a partir da taxa média ponderada acumulada dos instrumentos de captação remunerada que estavam na carteira até 31/12/23, resultando em uma taxa média anualizada de 10,52%.

BANESE Múltiplo

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Previsto	Valor Presente	Valor Previsto	Valor Presente	Valor Previsto	Valor Presente
2024	5.699	5.157	4.559	4.125	10.258	9.282
2025	9.028	7.391	7.222	5.913	16.250	13.304
2026	9.028	6.688	7.222	5.350	16.250	12.037
2027	9.082	6.087	7.266	4.870	16.348	10.957
2028	9.082	5.508	7.266	4.406	16.348	9.914
De 2029 a 2033	53.796	24.505	43.037	19.604	96.833	44.109
Total – 31.12.2023	95.715	55.335	76.572	44.268	172.287	99.603
Total – 31.12.2022	84.347	41.827	67.477	33.462	151.824	75.289

BANESE Consolidado

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Previsto	Valor Presente	Valor Previsto	Valor Presente	Valor Previsto	Valor Presente
2024	8.436	7.634	6.201	5.611	14.637	13.245
2025	12.096	9.902	9.063	7.420	21.159	17.322
2026	12.435	9.211	9.266	6.864	21.701	16.074
2027	12.838	8.605	9.520	6.381	22.358	14.986
2028	13.199	8.005	9.736	5.904	22.935	13.909
De 2029 a 2033	78.809	38.230	58.690	28.193	137.499	66.423
Total – 31.12.2023	137.813	81.587	102.476	60.373	240.289	141.959
Total – 31.12.2022	113.008	59.265	85.319	44.319	198.327	103.584

O total do valor presente dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2023, para BANESE Múltiplo, é de R\$ 99.603 (R\$ 75.289 – 31.12.2022), e para BANESE Consolidado R\$ 141.959 (R\$ 103.584 – 31.12.2022), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias pela taxa anualizada do custo de captação.

A capacidade de realização do crédito tributário da MULVI, no montante de R\$ 85.072, está baseada em projeções de resultados positivos futuros, decorrentes da: i) avançar com a expansão de seus produtos, serviços; (ii) redução de custos operacionais e aumento das receitas através da força de venda, aumento e ativação da base, implantação de projetos e ações de recuperação de crédito.

22. GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RISCOS

A atividade de gerenciamento de riscos tem cunho estratégico em virtude da crescente complexidade dos produtos e serviços e do mercado onde estamos inseridos, motivo pelo qual está constantemente sendo aprimorada em seus processos.

Visando ao atingimento do planejamento estratégico quanto a uma melhor alocação de capital e otimização do risco/retorno, o BANESE implementa as suas políticas objetivando estabelecer limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco em níveis considerados aceitáveis pela Instituição.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/2017, o Banco dispõe de estrutura interna responsável pelo acompanhamento integrado dos riscos, que é supervisionada por meio da Superintendência de Gestão de Riscos, com unidades específicas para gestão dos riscos de capital, crédito, mercado, liquidez, operacional, social, ambiental e climático, devidamente segregadas das áreas de negócios. Todas as informações pertinentes ao tema estão acessíveis na página da internet do BANESE, ri.banese.com.br.

Gestão de Capital

Define-se como Gestão de Capital o processo contínuo de avaliação, monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, necessário para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta, assim como o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O Gerenciamento de Capital possibilita ainda a monitoração dos limites mínimos exigidos pelo regulador, os indicadores apurados e os limites mínimos definidos na Declaração de Apetite a Riscos e Plano de Capital.

O monitoramento do Capital no Conglomerado BANESE é realizado por meio do acompanhamento dos valores projetados para um determinado horizonte de tempo, a fim de realizar um planejamento de capital efetivo, possibilitando a realização de ações preventivas e planejamento corretivo dos desvios. As projeções são documentadas no Plano de Capital, sendo monitoradas e reportadas mensalmente à Alta Administração, Comitê de Auditoria Estatutário, Comitê de Gerenciamento de Riscos e Auditoria Interna.

Informações detalhadas sobre a gestão de riscos do Conglomerado BANESE podem ser consultadas nos relatórios de gerenciamento de riscos disponíveis no sítio de BANESE, disponível em: <https://ri.banese.com.br/governanca-corporativa/relatorios-de-gestao-de-riscos-e-capital-regulatorio/>.

Risco de Crédito

Entende-se por Risco de Crédito a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, assim como o da depreciação da classificação de risco do tomador do contrato de crédito, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas na renegociação, dos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento das obrigações pela contraparte, pautados nos preceitos da Resolução CMN nº 4.557/2017.

Visando mitigar a exposição ao risco na carteira de crédito, o BANESE possui metodologias de avaliação de risco de crédito que ponderam aspectos do risco do cliente e da operação, objetivando a mensuração adequada do risco final da operação. Também visam traçar perfis de comportamento dos clientes, notadamente através de informações pessoais, financeiras e históricas, minimizando o risco de perda para a Instituição. Após os devidos processamentos, as pontuações obtidas através dos modelos de risco de crédito da Instituição são convertidas em notas de risco, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/99. Os referidos modelos estão em constante monitoramento, objetivando as adequações pertinentes, sempre que necessárias.

Em relação às regras estabelecidas para a realização de provisões de créditos de liquidação duvidosa, o Conglomerado obedece aos critérios positivados na Resolução CMN nº 2.682/99, utilizando-se da faculdade disposta no parágrafo 2º do art. 4º da resolução retro mencionada, que permite a contagem em dobro dos prazos elencados no inciso I do mesmo artigo, nas operações cujo prazo a decorrer seja superior a 36 (trinta e seis) meses.

Já a periodicidade de revisão das classificações de risco de tomadores e operações voltadas às pessoas física e jurídica são reavaliadas mensalmente em função do atraso, anualmente durante a renovação cadastral e semestralmente para clientes e grupos econômicos com responsabilidade superior a 5% do PL, conforme rege a Resolução CMN nº 2.682/99. A reavaliação do risco cliente ocorre anualmente quando da renovação cadastral.

As operações são reclassificadas automaticamente para maior risco pelos sistemas de crédito em função do atraso, refletindo diretamente no arrasto das demais operações do mesmo cliente/grupo econômico. São desconsideradas pelo critério de arrasto operações que são mitigadas por garantias de alta liquidez ou se o saldo classificado da operação de maior nível de risco for inferior a 5% do total de responsabilidades do cliente/grupo econômico.

Além das medidas prudenciais relacionadas, que minimizam o risco de default das operações de crédito, as posições expostas ao risco de crédito são minimizadas devido ao fato de serem realizadas com servidores públicos, com créditos vinculados ou consignados à folha de pagamento, correspondendo a cerca de 76,37% da carteira de crédito pessoa física, representando assim um portfólio de baixo risco.

Destaca-se ainda que cerca de 62,75% do portfólio de Aplicações Financeiras é composto por títulos públicos federais. As posições em caixa ou equivalente de caixa não possuem exposição ao risco de crédito, haja vista se tratar de recursos em espécie ou de aplicação em títulos públicos federais. O volume de contas a receber está representado pelas operações de crédito apresentadas na tabela abaixo:

BANESE Consolidado		
	31.12.2023	31.12.2022
- Operações de crédito	3.724.891	3.254.264
- Outros títulos com característica de concessão de crédito	814.203	737.656
- TVM	1.624.045	1.585.027
- Depósitos interfinanceiros	1.031.739	767.850
- Aplicações no mercado aberto	939.970	599.985

Risco de Mercado

Compreende a possibilidade de perdas financeiras resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, que inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities), pautada nos preceitos da Resolução CMN nº 4.557/2017.

O Conglomerado BANESE utiliza um sistema integrado para aferição do risco, cálculo das exposições e acompanhamento dos limites definidos em suas políticas/normativos internos. Os limites internos são acompanhados diariamente e preveem travas de exposição global aos riscos em moedas estrangeiras, fundos de investimento multimercados, de ações e de renda fixa.

Como forma de acompanhar a exposição do Conglomerado às variações de ativos e passivos sujeitos ao risco de mercado, periodicamente são realizadas análises de sensibilidade, objetivando estimar o comportamento de nossa carteira em condições de estresse de mercado, bem como supondo quebras de premissas.

O BANESE realizou análise de sensibilidade por fatores de risco de mercado considerados relevantes. Nessa análise, os fatores Pré, CDI e Cupom de TR representam 92,79% do total de exposições ativas e 82,33% passivas, sendo, portanto, as posições predominantes em função da expressividade das operações de crédito pré-fixadas, bem como da captação em poupança e da aplicação em crédito imobiliário no total das exposições da empresa. O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade das exposições financeiras.

BANESE Consolidado – 31.12.2023					
Operação	Exposição	Risco de Variação	Cenário Provável (I)	Cenário II	Cenário III
Operações de crédito e demais exposições sujeitas a variações das taxas de juros pré-fixadas em real	3.805.644	Taxas de juros (pré-fixadas)	127.012	160.391	203.083
Operações de crédito imobiliário, captações em poupança e demais exposições sujeitas a variações nas taxas	(3.454.372)	Taxas de cupom de TR	(132.166)	(166.804)	(209.376)
Exposições sujeitas às variações do Cupom de IPCA	(145.176)	Taxas de cupom de inflação (IPCA)	20.134	24.638	30.012

Fonte: Sistema Plataforma de Riscos (SPR), dezembro/2023.

BANESE Consolidado – 31.12.2022

Operação	Exposição	Risco de Variação	Cenário Provável (I)	Cenário II	Cenário III
Operações de crédito e demais exposições sujeitas a variações das taxas de juros pré-fixadas em real	2.956.931	Taxas de juros (pré-fixadas)	(157.439)	(193.715)	(246.038)
Operações de crédito imobiliário, captações em poupança e demais exposições sujeitas a variações nas taxas	(3.165.670)	Taxas de cupom de TR	88.889	110.530	142.984
Exposições sujeitas às variações do Cupom de IPCA	(123.944)	Taxas de cupom de inflação (IPCA)	14.413	21.317	26.896

Fonte: Sistema Plataforma de Riscos (SPR), dezembro/2022.

Para efeito dos cálculos apresentados acima, considerou-se no Cenário I a situação mais provável, com a projeção de um cenário futuro de redução das taxas de juros, com base em dados do mercado, quais sejam, as curvas de contratos de DI1 com negociação no dia na B3 e nas taxas médias de swap DI X PRE para o prazo de um ano (vértice 252 du). Em relação à TR (taxa Referencial), utilizou-se as cotações médias de swap ou as curvas de cupom para esta taxa informada pela B3 para o prazo de um ano (vértice 252 du). Já para o IPCA, existe uma expectativa de alta, utilizou-se a taxa média para o prazo de um ano (vértice 252 du). Para a construção dos Cenários II e III aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco levados em conta, estimando-se novas posições estressadas. Os cenários da tabela acima representam o resultado financeiro estimado, considerando a marcação a mercado das exposições feitas em função da análise de sensibilidade apresentada.

IRRBB - Risco de Variação das Taxas de Juros em Instrumentos Classificados na Carteira Bancária

É o risco definido como atual ou prospectivo do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição para os instrumentos classificados na carteira bancária. O risco de variação das taxas de juros na carteira bancária deverá ser apurado, conforme metodologias descritas a seguir:

I - Valor econômico ou Delta Eve: O Δ EVE ou variação EVE pode ser definido como o impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária. É calculado sob uma perspectiva de liquidação da instituição e denota “quanto vale o banco em decorrência de choques nas taxas de juros”;

II - Margem Financeira ou Delta NII: O Δ NII ou variação de NII pode ser definido como o impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos classificados na carteira bancária. É calculado sob uma perspectiva de resultado e denota “quanto o banco vai ganhar ou perder em decorrência de choques nas taxas de juros”.

O BANESE possui uma Política de Gerenciamento do IRRBB, cujo objetivo é estabelecer procedimentos destinados a manter a exposição ao IRRBB em conformidade com os limites e níveis fixados na RAS e subsidiar a Alta Administração na tomada de decisões estratégicas da Instituição.

A Política de IRRBB estabelece papeis e responsabilidades, sendo aprovada e revisada no mínimo anualmente pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, e representa um conjunto de diretrizes globais baseadas no que prescreve a Resolução nº 4.557/2017, que disciplina as regras de atuação a serem observadas pelas unidades que atuam no controle e na monitoração do Risco de IRRBB.

Nesse sentido, destaca-se a Área de Gestão de Capital e Riscos (ARGER), que é responsável pela elaboração dos relatórios que são mensalmente reportados à Alta Administração e pela realização de testes de estresse periódicos para a carteira bancária, por meio da metodologia de análise de sensibilidade.

O Conglomerado BANESE realiza mensalmente a identificação, mensuração, controle e remessa de informações relativas ao IRRBB por meio da parcela do Delta NII, para avaliação da suficiência do valor de Patrimônio de Referência (PR) mantido para a cobertura do risco de IRRBB. Adicionalmente, o Conglomerado BANESE apura mensalmente, para fins gerenciais, a parcela do Delta EVE.

Risco de Liquidez

Compreende a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como a possibilidade de não conseguir negociar uma posição a preço de mercado, por conta de seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado, conforme preceitua a Resolução CMN nº 4.557/2017.

O controle do risco de liquidez é realizado por área responsável distinta à gestão direta da tesouraria do Banco, a qual envia relatório diário contendo informações sobre os cenários de normalidade e de estresse da nossa liquidez, bem como realiza uma análise econômico-financeira com base na liquidez interna e nos indicadores do mercado.

Com base nesse acompanhamento, o BANESE mantém níveis de liquidez adequados para honrar as obrigações no curto e longo prazo assumidos pela Instituição, tanto em cenário de normalidade quanto de estresse, resultado da alta capilaridade da sua rede de pontos de atendimento, como também da sua ampla e diversificada base de depositantes e da qualidade dos seus ativos.

Risco Operacional

A estrutura de gerenciamento do risco operacional do BANESE está capacitada para identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais próprios e do Conglomerado, conforme determina a Resolução CMN nº 4.557/2017. Essa estrutura, aprovada pelo Conselho de Administração, tem como missão cumprir as estratégias e política de risco operacional, refletir sobre o papel e as responsabilidades das unidades, disseminar a cultura da gestão de risco operacional, bem como promover a capacitação do corpo funcional e a comunicação interna e externa.

A Política de Risco Operacional representa um conjunto de diretrizes globais estabelecidas pela Alta Administração do Banco, que delinea o modelo adotado para proporcionar, além do cumprimento da legislação vigente, a adoção de práticas de identificação de riscos e controles mitigatórios, capazes de manter os processos, produtos e serviços oferecidos pelo BANESE seguros e competitivos, minimizando perdas relativas aos riscos operacionais. A referida política encontra-se disponível no Portal de RI do Banco (ri.banese.com.br).

Com relação à alocação de capital oriunda da apuração da parcela dos Ativos Ponderados para Risco Operacional, o BANESE adota o modelo da Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada – APAS.

Risco Social, Ambiental e Climático

O Banco Central, a fim de aprimorar e ampliar as regras do risco socioambiental, estabeleceu normas detalhando e instituindo diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático aplicável às instituições financeiras, bem como determinou a obrigatoriedade de uma política voltada ao RSAC com escopo mais abrangente, pautado nas Resoluções CMN nº 4.943 e 4.945/2021, a qual está publicada no Portal de RI do Banco (ri.banese.com.br), e que tem como principais conceitos:

>>> **Risco Social:** definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos ao interesse comum;

>>> **Risco Ambiental:** Definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais;

>>> **Risco Climático:** Define-se o risco climático, em suas vertentes de risco de transição e de risco físico, como:

I - **Risco climático de transição:** possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados;

II - **Risco climático físico:** possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

O BANESE vem aprimorando os procedimentos de avaliação e gerenciamento dos riscos sociais, ambientais e climáticos em seus processos, produtos, negócios e serviços para assegurar:

- >>> Os registros de perdas efetivas em função de danos sociais, ambientais e climáticos, pelo prazo de cinco anos, incluindo valores, tipo, localização e setor econômico relacionado ao caso;
- >>> A análise prévia dos potenciais impactos e oportunidades sociais, ambientais e climáticas causados pela criação de novas linhas de crédito;
- >>> Que as operações de crédito sejam realizadas de forma consciente objetivando o não endividamento excessivo e uma possível inadimplência, para que haja qualidade na carteira através do crédito consciente;
- >>> Recebimento de garantias reais em favor de operações, que não estão localizadas em áreas de preservação ambiental;
- >>> Oportunidades profissionais aos empregados, inclusive quanto à qualificação técnica, garantia da liberdade de expressão, combate a práticas discriminatórias e ações de combate ao assédio moral;
- >>> O combate ao trabalho infantil, escravo, exploração sexual de crianças e adolescentes;
- >>> A inclusão em seus contratos de cláusulas que preveem o cumprimento de práticas socioambientais em conformidade com a legislação vigente;
- >>> Manter o compromisso com o desenvolvimento do Estado através de ações que promovam o fomento social, ambiental e climático da região;
- >>> O apoio a projetos desenvolvidos por entidades que promovam o desenvolvimento social e cultural do Estado;
- >>> O desenvolvimento de projetos que favoreçam a destinação adequada de recursos sólidos, objetivando a redução de impactos ao meio ambiente;
- >>> A implementação de equipamentos mais eficientes que promovam a redução de energia;
- >>> A aplicação de conceitos de ecoeficiência nas obras e serviços de engenharia realizadas pelo Banco, atendendo a critérios sociais, ambientais e climáticos;
- >>> O apoio a mecanismos de mercado, políticas públicas e iniciativas que promovam melhorias contínuas para a sociedade e mitiguem desafios sociais e ambientais;
- >>> O incentivo a projetos e investimentos a clientes que promovam o desenvolvimento social, ambiental e climático;
- >>> O incentivo à educação financeira e consumo do crédito consciente perante a sociedade;
- >>> O estímulo dos clientes ao envolvimento com a sustentabilidade e responsabilidade social, ambiental e climática.

Risco Cibernético

Decorre da possibilidade de perdas decorrentes de ataques cibernéticos contra a infraestrutura de TI ou sistemas corporativos, afetando a integridade, confidencialidade e disponibilidade.

A gestão do Risco Cibernético no BANESE toma como base os preceitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.893/2021, que regulamenta a institucionalização de uma política de segurança da informação e cibernética, a qual está publicada no Portal de RI do Banco (ri.banese.com.br), além de dispor sobre os requisitos para a contratação de serviços de processamento e armazenamento de dados e de computação em nuvem a serem observados pelas instituições.

O Banco opera em um ambiente sujeito a falhas e incidentes de segurança cibernética, baseados em Tecnologia da Informação (TI), como *malware*, *phishing*, além de artifícios sofisticados de ataques, com o intuito de acessar, alterar, manipular, corromper ou destruir sistemas de TI, redes de computadores e informações armazenadas ou transmitidas, além do acesso a informações confidenciais ou particulares de clientes por pessoas dentro ou fora do Banco ou a interrupção dos serviços prestados.

Em caso de falhas no ambiente de segurança da Instituição, estaremos expostos, entre outros, ao risco de acesso ao ambiente por terceiros não autorizados, infecção de sistemas por programas maliciosos, disseminação de malware nas redes e visibilidade indevida a informações de clientes e/ou estratégicas para o Banco, resultando na indisponibilidade de sistemas críticos, ocasionando perdas financeiras por desvios de recursos financeiros, prejudicando a experiência do usuário por degradação da conexão, além de causar danos de imagem pelo vazamento de dados e gerar multas regulatórias, sanções, indenizações ou até intervenção por um regulador.

23. REMUNERAÇÃO PAGA A EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

Os valores máximos, médios e mínimos da remuneração mensal paga pelo Banco aos seus empregados e administradores são os seguintes em R\$ 1,00:

Remuneração Bruta	Empregados (1) R\$		Administradores (2) R\$	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Máxima	29.589,69	28.791,60	44.993,55	41.883,68
Média	7.859,49	7.958,95	42.027,71	38.924,85
Mínima	2.786,98	2.664,93	40.902,84	37.873,00

(1) Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.
 (2) Inclui honorários, verba de representação e direitos individuais atribuídos a empregados.

Em 31 de dezembro de 2023, o número de empregados do BANESE totalizava 926 (850 – 31.12.2022), registrando-se, no período, um aumento de 8,94% no quadro de pessoal do Banco, decorrente das novas contratações do último concurso público.

O Banco custeia o Plano de Benefício Sergus Saldado (PBSS) e o Plano de Contribuição Definida (CD), e patrocina o plano de assistência à saúde para seus empregados. O valor acumulado até 31 de dezembro de 2023 e 2022 das contribuições está demonstrado a seguir:

	31.12.2023	31.12.2022
Plano de Previdência Complementar	7.516	6.661
Plano de Assistência à Saúde	4.373	3.816

24. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em atendimento aos requerimentos dispostos na Resolução CVM nº 110/2022 e Resolução CMN no 4.877/2020, que aprovaram o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, o Banco contabilizou os seus benefícios a empregados reconhecendo as suas obrigações atuariais.

Para fins de atendimento à supracitada Resolução, os valores calculados por atuário externo, na data-base de 31 de dezembro de 2023, conforme relatório técnico de 11 de janeiro de 2024, apresentou superávit atuarial atribuível à patrocinadora no montante de R\$ 10.633 (R\$ 9.074 – 31.12.2022).

Características do plano de previdência dos empregados do BANESE

O Banco é patrocinador do Instituto Banese de Seguridade Social - SERGUS, constituído em 13.06.1980, entidade fechada de previdência complementar, dotada de autonomia administrativa, tendo como finalidade instituir planos de benefícios de natureza previdenciária, custeada por contribuições dos participantes ativos, participantes assistidos e de patrocinadoras.

O Plano de Benefícios SERGUS Saldado (PBSS) abrange os seguintes benefícios: (i) suplementação de aposentadoria por invalidez, (ii) suplementação de aposentadoria por idade, (iii) suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, (iv) suplementação de pensão, (v) pecúlio por morte e (vi) suplementação de abono anual. Já o Plano SERGUS CD assegura os seguintes benefícios: (i) aposentadoria, (ii) aposentadoria por invalidez e (iii) pensão por morte.

A Política Previdenciária executada pelo Instituto Banese de Seguridade Social tem como fundamentação legal o artigo 202 da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, as Leis Complementares de nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001 e demais normas legais em vigor emanadas por órgãos reguladores da Previdência Social ligada ao Ministério da Economia, como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e o Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, o Estatuto Social da Entidade Gestora e os respectivos regulamentos dos Planos de Benefícios. Os Planos de Benefícios que dão suporte à Política de Previdência Complementar do BANESE se fundamentam nos seus respectivos regulamentos, nos quais constam todos os direitos e obrigações dos Participantes e da Patrocinadora, o Plano de Custeio Atuarial, os prazos legais, a forma de pagamento das contribuições mensais e dos benefícios, o tempo de contribuição mínima e outros parâmetros necessários para o dimensionamento atuarial.



Descrição geral das características do plano previdenciário de benefício definido saldado e de contribuição definida

O BANESE mantém dois planos previdenciários para os seus empregados e ex-empregados (aposentados e pensionistas), administrado pelo Instituto Banese de Seguridade Social – SERGUS, cujo objetivo é assegurar aos participantes, pensionistas e dependentes benefícios suplementares ou assemelhados aos da Previdência Social:

(a) Plano SERGUS BD, cujo processo de Saldamento Universal foi aprovado em 07.11.2018 pela PREVIC por meio do Parecer nº 656/2018 publicado no DOU em 09.11.2018, em que, a partir do mês dezembro/2018, houve o fechamento do Plano para novas adesões e a suspensão da cobrança das contribuições normais. Com a aprovação desse processo o plano passou a ser denominado Plano de Benefícios SERGUS Saldado – PBSS. O Saldamento do Plano SERGUS BD não criou novos compromissos previdenciários para a Entidade, ao contrário, a operação proposta visou à mitigação de determinados riscos que poderiam afetar futuramente o equilíbrio econômico-financeiro do plano de benefícios, dos quais destaca-se a premissa de crescimento real dos salários, que não mais afeta os compromissos previdenciários do Plano Saldado, já que os benefícios são definidos em valor constante e atualizados anualmente pela variação do INPC;

(b) Plano SERGUS CD, na modalidade de Contribuição Definida, onde o participante é quem define o valor de sua contribuição, e o benefício é estabelecido de acordo com o total de recursos acumulados na sua conta individual do Plano juntamente com a rentabilidade líquida dos investimentos. Desta forma, ganhos ou perdas patrimoniais são absorvidos pela atualização do valor patrimonial da quota patrimonial, não representando riscos atuariais para o BANESE.

Plano de Custeio

O valor das contribuições normais, necessárias à cobertura dos custos dos planos de benefícios, e a constituição de reservas, com a finalidade de prover o pagamento dos benefícios dos planos de benefícios, foram calculadas de acordo com metodologia definida em nota técnica atuarial realizada por empresa especializada, respeitando-se o regime financeiro e o método de financiamento adotado. Sua definição contemplou o fluxo de contribuições de participantes (ativos e assistidos) e patrocinadores. Para o Plano de Benefícios SERGUS Saldado o custeio administrativo foi definido como um percentual sobre o benefício saldado. Para o Plano de Contribuição Definida o custeio previdenciário foi definido como um percentual sobre o salário de contribuição. Todas as informações pertinentes ao tema estão acessíveis na página da internet do SERGUS, <https://portalsergus.banese.com.br/>.

Gerenciamento de riscos

Liquidez: A definição de Risco de Liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas resultantes da falta de recursos líquidos suficientes para fazer frente às obrigações de pagamentos, num horizonte de tempo definido e, também, na impossibilidade de negociar a preços de mercado uma determinada posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade do próprio mercado. O SERGUS estabelece limites operacionais para o Risco de Liquidez consistente com as futuras obrigações da Entidade, para os instrumentos financeiros e demais exposições, cujos cumprimentos dos parâmetros de grandeza são analisados regularmente por comitês e submetidos a instâncias diretivas, visando garantir sua operacionalidade de maneira eficaz pelos gestores.

Operacional: O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A metodologia de gestão do Risco Operacional prevê a realização de análises para identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos operacionais aos quais o SERGUS está exposto. O objetivo do seu gerenciamento é obter controle sobre os riscos, buscando minimizá-los para proteger a Entidade e, conseqüentemente, salvaguardar o patrimônio e os interesses dos participantes e das patrocinadoras.

Mercado: O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Entidade. Esta definição inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações. O SERGUS está exposto aos riscos de mercado decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de seus instrumentos financeiros.

Crédito: O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros; ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Atuarial: O risco atuarial está relacionado à possibilidade de os fluxos de caixa futuros não serem suficientes para assegurar a cobertura das obrigações atuariais do plano, logo o risco é decorrente da adoção de metodologias inadequadas, ou de premissas atuariais agressivas e pouco aderentes à massa de participantes. As principais premissas utilizadas na avaliação atuarial são: (i) Premissas demográficas, relacionadas aos eventos de vida, morte e invalidez a que os participantes estão expostos; (ii) Premissas econômicas, relacionadas à inflação e à taxa de juros que impactam os recursos garantidores; e (iii) Premissas administrativas, relacionadas ao custo de administração do plano.

Gestão de Investimentos

A Gestão dos investimentos do SERGUS possui como foco principal a preservação de capital, mínima exposição a ativos de risco, diversificação e busca constante a ativos com taxas esperadas de retorno que façam frente à sua meta de rentabilidade. Atualmente, a Entidade possui uma estratégia de risco de suas aplicações financeiras que é mista, ou seja, parte dos recursos encontra-se sob a gestão da carteira própria e a outra parte sob uma gestão terceirizada. O SERGUS sempre acompanha, monitora e controla, de maneira contínua, todos os recursos obtidos pela gestão terceirizada de maneira integral.

O direcionamento dos investimentos segue apontado no estudo de ALM (Asset and Liability Management), que possui como principal objetivo obter uma carteira ótima de ativos que forneça: (i) O cumprimento dos objetivos atuariais; (ii) Liquidez adequada à carteira; e (iii) Geração de resultados compatíveis em termos de risco e retorno.

Premissas atuariais

Premissas Biométricas:

Tábua de mortalidade geral de válidos: BREMSsb-2015 (por sexo) suavizada em 10% (dez por cento); tábua de mortalidade de inválidos: AT-83 IAM (por sexo); tábua de entrada em invalidez – TASA 1927; tábua de rotatividade - nula.

Premissas Econômicas:

Taxa de desconto de longo prazo da obrigação atuarial: 5,4770% a.a.; taxa de inflação futura 3,50% a.a.; índice de aumento salarial real estimado: não aplicável; taxa de crescimento real dos benefícios: 0% a.a.; fator de determinação do valor real dos salários e dos benefícios da Entidade: 98,66%; índice de reajuste do plano: INPC/IBGE.

Os resultados da avaliação atuarial, conforme CPC 33 (R1), são demonstrados a seguir, em que se constata que, para 31 de dezembro de 2023, não houve alteração significativa:

	BANESE Múltiplo	
	31.12.2023	31.12.2022
Valor presente das obrigações	973.120	891.894
Valor justo dos ativos do plano	(1.000.209)	(915.015)
Déficit/(Superávit) Atuarial	(27.089)	(23.120)
Passivo atuarial de responsabilidade da patrocinadora	-	-

Em consonância ao CPC 33 (R1), no que concerne ao reconhecimento de Ativo Líquido (Superávit) pelo Patrocinador não existem benefícios econômicos que possam ser registrados pelo patrocinador BANESE.

O perfil de vencimento da obrigação atuarial de benefício definido está demonstrado a seguir:

	BANESE Múltiplo				
	Até 1 Ano	Entre 1 e 2 Anos	Entre 2 e 5 Anos	Acima de 5 Anos	Total
Plano PBSS	64.051	64.564	194.741	1.782.325	2.105.681

As movimentações do saldo do Passivo atuarial são as seguintes:

	BANESE Múltiplo	
	31.12.2023	31.12.2022
(Ativo)/Passivo atuarial líquido anterior	(23.120)	7.468
Despesa do exercício	-	685
Perda/(Ganho) atuarial reconhecido imediatamente em Outros Resultados Abrangentes	(3.968)	(31.273)
(Ativo)/Passivo atuarial líquido integral	(27.089)	(23.120)
(Ativo)/Passivo atuarial líquido de responsabilidade da patrocinadora	-	-

A reconciliação do valor da obrigação atuarial é demonstrada a seguir:

	BANESE Múltiplo	
	31.12.2023	31.12.2022
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro do exercício anterior	891.894	921.122
Custo dos juros	83.931	84.532
Benefícios pagos pelo fundo	(75.513)	(52.085)
Ganhos atuariais sobre a obrigação atuarial	72.808	(61.675)
(Ganhos)/perdas atuariais decorrentes de mudança de premissa econômica	72.735	(71.050)
Ganhos atuariais em decorrência da experiência	73	9.375
Valor presente da obrigação	973.120	891.894

A reconciliação do valor justo dos ativos do plano é demonstrada a seguir:

	BANESE Múltiplo	
	31.12.2023	31.12.2022
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro do exercício anterior	915.014	913.654
Rendimento esperado do valor justo dos ativos do plano	85.147	83.847
Benefícios pagos pelo fundo	(75.513)	(52.085)
Perdas/Ganhos atuariais sobre o valor justo dos ativos	75.561	(30.402)
Valor justo dos ativos do plano	1.000.209	915.014

O detalhamento das despesas é demonstrado a seguir:

	BANESE Múltiplo	
	31.12.2023	31.12.2022
Juros sobre a obrigação atuarial	83.931	83.591
Rendimento dos ativos do plano	(85.147)	(85.758)
Juros sobre o efeito do teto do ativo	1.216	2.167
Despesa líquida do período	-	-

As categorias do valor justo dos ativos do plano estão demonstradas a seguir:

	BANESE Múltiplo
	31.12.2023
Títulos de renda fixa	90 %
Títulos de renda variável	6 %
Imóveis	3 %
Empréstimos	1 %

O demonstrativo da análise de sensibilidade por alteração da taxa de juros é demonstrado a seguir:

	BANESE Múltiplo		
	Taxa de Juros de 5,4770%a.a	Taxa de Juros de 6,4770%a.a	Taxa de Juros de 4,7770%a.a
Valor presente da obrigação em 31.12.2023	973.120	874.760	1.092.637

O resultado abrangente, registrado no BANESE, é demonstrado a seguir:

	31.12.2023	30.12.2022
Resultado Líquido do Período	47.470	75.512
Passivo Atuarial - ORA	-	(9.596)
Crédito Tributário sobre Passivo Atuarial	-	4.318
Total do Resultado Abrangente	47.470	70.234

a) Planos de assistência à saúde e odontológico

O Banco patrocina o Plano de Assistência à Saúde e o Plano Odontológico, obedecendo a relação contributiva de 1 por 1, cujos valores são destinados aos empregados ativos e seus dependentes, não assumindo nenhuma responsabilidade após a aposentadoria.

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (BANCO)

a) Transações do BANESE Múltiplo com partes relacionadas:

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818/2020 e ao Pronunciamento Técnico CPC 05. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As transações do BANESE com suas partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

BANESE Múltiplo e Consolidado

	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Governo do Estado de Sergipe (1)				
Depósitos à vista	(185.445)	(164.355)	-	-
Depósitos a prazo	(820.174)	(411.747)	(115.963)	(121.073)
Outros créditos	26.005	23.067	-	-
MULVI Instituição de Pagamento SA. (2)				
Depósitos à vista	(12.465)	(14.799)	-	-
Depósitos a prazo	(3.539)	(10.620)	(2.482)	(2.221)
Captações no Mercado Aberto	(10.080)	(8.806)	-	-
Operações de Crédito	2.393	4.150	-	-
Outros créditos	79.608	81.486	-	-
Investimentos	74.271	99.808	(25.537)	(16.895)
Outras despesas operacionais (5)	-	-	(54.681)	(53.274)
Outras receitas operacionais (6)	-	-	37.173	36.948
Atalaia Quant Institucional Multimercado Fundo de Investimento (2)				
Investimentos	1.007	1.377	83	148
Brasil Plural BP Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado Cred Priv (2)				
Investimentos	2.167	1.977	271	184
Pessoal chave da administração (3)				
Depósitos à vista	(60)	(55)	-	-
Depósitos a prazo	(1.537)	(1.308)	(142)	(131)
Operações de Crédito	4.155	3.947	-	-
Instituto Banese de Seguridade Social (SERGUS) (4)				
Outros Passivos	(136.802)	(124.012)	(12.790)	(13.900)
Despesas Administrativas	-	-	(7.516)	(6.661)
Caixa de Assistência dos Empregados do Banese (CASSE) (4)				
Outros Passivos	(17.211)	(16.552)	(1.759)	(2.428)
Despesas Administrativas	-	-	(4.373)	(3.816)

(1) Controlador.

(2) Empresas Controladas e Fundos de Investimento.

(3) Compreendem qualquer administrador: Conselho de Administração; Diretoria Executiva; Conselho Fiscal; Comitê de Auditoria; e parentes.

(4) Outras partes relacionadas.

(5) Refere-se à receita de tarifa a qual é cobrada de acordo com o contrato mantido entre as partes.

(6) Refere-se à receita de desconto concedido na operação da cessão da carteira de cartão de crédito.

Os valores envolvendo o BANESE e sua empresa controlada foram eliminados nas demonstrações consolidadas.

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração:

O Banco dispõe de um plano de remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, observando as disposições da Resolução CMN nº 3.921/2010.

Este plano tem como principais objetivos: (i) alinhar a política de remuneração ao gerenciamento da gestão de risco; (ii) adequar a política de remuneração às melhores práticas de mercado; (iii) compatibilizar a política de remuneração com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição; (iv) ser formulada de modo a não incentivar comportamentos que elevem a exposição da instituição a riscos acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos.

A remuneração variável é calculada da seguinte forma:

- I. 49% (quarenta e nove por cento) serão pagos em espécie, a partir do semestre seguinte ao da apuração; e
- II. 51% (cinquenta e um por cento) apurado anualmente com base no 1º e 2º semestres, sendo esse valor diferido para pagamento em 03 (três) anos, escalonado em parcelas proporcionais, após deliberação de resultados pela Assembleia Geral Ordinária – AGO do exercício subsequente.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as remunerações do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de auditoria e da Diretoria Executiva do BANESE Múltiplo estão representadas a seguir:

	31.12.2023	31.12.2022
Benefícios de Curto Prazo		
Remuneração	4.421	4.469
Encargos Sociais	1.414	1.194
Benefícios Pós-emprego		
Plano de Previdência Complementar	240	169
Total	6.075	5.832

O BANESE possui benefício de remuneração baseada na cotação de ações para seu pessoal-chave da Administração, em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 173 (R\$ 131 – 31.12.2022), entretanto não possui benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato de trabalho.

c) Outras Informações sobre partes relacionadas

Conforme Resolução CMN nº 4.693/2018, as instituições financeiras podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas, cumulativamente, as condições previstas no art. 6º e os limites previstos no art. 7º.

Considera-se parte relacionada:

- >>> Seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;
- >>> Seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais, assim como seus companheiros, parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- >>> As pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- >>> As pessoas jurídicas:
 - a) Com participação qualificada em seu capital;
 - b) Em cujo capital, direta ou indiretamente, haja participação societária qualificada;
 - c) Nas quais haja controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária;
 - d) Que possuírem diretor ou membro de conselho de administração em comum.

26. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Garantias concedidas

O BANESE concedeu garantias, por meio de fianças bancárias, cujo montante em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 4.500 (R\$ 2.500 – 31.12.2022).

b) Créditos cedidos

O BANESE possui créditos cedidos com coobrigação (crédito rural), em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$ 61 (R\$ 72 – 31.12.2022).

c) Fundos de investimento

O BANESE, atualmente, não possui nenhum fundo de investimento sendo negociado nas suas agências.

d) Resultado não recorrente

São resultados não recorrentes para o BANESE o resultado que não está ligado às atividades típicas da instituição e que não sejam previstos de ocorrer com periodicidade nos próximos exercícios.

	BANESE Múltiplo e Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022
Lucro Líquido	47.470	75.512
Eventos não recorrentes	-	(13.378)
FCVS – Efeito líquido (7)	-	(13.378)
Lucro Líquido Recorrente	47.470	62.134

27. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

O Conselho de Administração do BANESE aprovou a conclusão das presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 23 de dezembro de 2023, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Marco Antonio Queiroz
Presidente

Aléssio de Oliveira Rezende
Diretor de Finanças, Controles e Relações com Investidores

Kleber Teles Dantas
Diretor de Tecnologia

Wesley Teixeira Cabral
Diretor de Crédito e Serviços

Marcos Venícius Nascimento
Diretor Administrativo

Tiago Gomes da Silva Monte
Contador - CRC-SE – 7.322/O-2



**RELATÓRIO DO AUDITOR
INDEPENDENTE SOBRE
AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
E CONSOLIDADAS**

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores do
Banco do Estado de Sergipe S.A. - BANESE Aracaju – SE

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco do Estado de Sergipe S.A. - BANESE ("BANESE" ou "Instituição"), identificadas como Banese Múltiplo e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco do Estado de Sergipe S.A. - BANESE em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3i e 8f das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o BANESE registrou em 31 de dezembro de 2023, R\$ 162.398 mil e R\$ 228.406 mil (individual e consolidado) de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para a carteira de crédito, que compreendem, as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito.

Para determinar a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito o BANESE classifica as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito em nove níveis de risco "AA" (risco mínimo) ao "H" (risco máximo), que levam em consideração o valor das operações, as garantias existentes, as características dos clientes, o nível de atraso das operações, a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, entre outros fatores. A Administração revisa periodicamente os riscos e as estimativas de perda em relação à carteira de créditos, conforme previsto na Resolução CMN nº 2.682/1999.

Devido à relevância da carteira de crédito e do montante de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, as incertezas, grau de julgamento e complexidade dos métodos e premissas utilizados na classificação das operações de crédito em níveis de riscos, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- >>> Avaliação do desenho e implementação dos controles internos chave, manuais e automatizados, relacionados aos processos de: (i) aprovação e registro das operações de crédito e informações cadastrais dos clientes; e (ii) definição, aprovação e aplicação das principais premissas e julgamentos utilizados na classificação das operações de crédito em níveis de risco ("ratings");
- >>> Avaliação, com base em amostragem, se o BANESE atendeu aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 tais como: (i) análise dos dados que suportam a definição e revisão dos ratings dos clientes e operações pelo BANESE, tais como a proposta de crédito, informações financeiras e cadastrais e garantias, verificando a aderência desta atribuição de rating em relação às políticas internas do BANESE e requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99; e (ii) análise do cálculo aritmético da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito das operações de crédito, incluindo a aplicação pelo BANESE dos ratings mínimos em relação aos dias em atraso, atribuição do pior rating para operações de um mesmo cliente ou grupo econômico e manutenção do rating anterior para casos de renegociação/recuperação do crédito; e
- >>> Avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, especificamente relacionadas aos critérios para determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis a mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023.

Mensuração atuarial dos custos de benefício (benefício pós-emprego)

Conforme descrito na nota explicativa nº 24 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o BANESE é patrocinador de planos de suplementação de aposentadoria por invalidez, idade, por tempo de contribuição, suplementação de pensão e abono-anual, pecúlio por morte, aposentadoria por invalidez e pensão por morte, disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas.

Um destes planos é classificado como plano de benefício definido, e a mensuração atuarial dos custos de benefício requer a utilização de técnicas atuariais e julgamento na definição de premissas, tais como: taxa de desconto, taxa de inflação e tábuas de mortalidade. Ainda conforme descrito na nota explicativa nº 24, em 31 de dezembro de 2023, o plano de benefício pós-emprego do BANESE, apresentou um superávit atribuível à patrocinadora.

Devido à complexidade dos modelos de avaliação dos saldos atuariais, que contemplam a utilização de premissas de longo prazo e a complexidade e julgamento na mensuração atuarial dos custos de benefício e ao impacto relevante que eventuais mudanças nas referidas premissas teriam sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos que este é um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- >>> Avaliação do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados à definição e aprovação das premissas utilizadas na mensuração atuarial dos custos de benefício;
- >>> Análise, com auxílio de nossos especialistas atuariais, da razoabilidade e sensibilidade das premissas, que incluem taxa de desconto, taxa de inflação e tábuas de mortalidade, utilizadas e informadas no relatório atuarial do plano de benefício definido da Instituição, assim como a adequação dos valores atuariais dos custos de benefício e recálculo do passivo atuarial do plano de benefício definido. Adicionalmente, analisamos por meio de amostragem, se as informações relevantes cadastradas na base de dados utilizada pelos os atuários externos no cálculo atuarial dos benefícios pós-emprego estavam completas e precisas;

>>> Avaliação da adequação das divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, especificamente quanto à análise de sensibilidade dos custos de benefício em relação às premissas atuariais utilizadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração atuarial dos custos de benefício, bem como as respectivas divulgações do BANESE no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023.

Ambiente de Tecnologia da informação

O ambiente de tecnologia do BANESE possui processos de gerenciamento de acessos e de mudanças nos sistemas, de desenvolvimento de novos programas, além de controles internos automatizados em diversos processos relevantes. Para manter suas operações em funcionamento, o BANESE fornece acesso a sistemas e aplicações para seus funcionários, levando em consideração as funções executadas por eles e sua estrutura organizacional. Os controles para autorizar, monitorar, restringir e/ou revogar os respectivos acessos a esse ambiente devem prover segurança razoável de que os acessos e as atualizações das informações sejam efetivados de forma íntegra e precisa e pelos profissionais apropriados, para mitigar o potencial risco de fraude ou erro decorrentes de acesso indevido ou mudança em um sistema ou informação, e para garantir a integridade das informações financeiras e dos registros contábeis.

Devido a elevada dependência do BANESE de seus sistemas de tecnologia, do alto volume de transações processadas diariamente, e da importância dos controles de acesso e de gerenciamento de mudança nos seus sistemas para planejar a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

>>> Com auxílio de nossos especialistas em tecnologia da informação:

- (i) testamos o desenho e a efetividade operacional, bem como controles compensatórios de certos controles internos chave de acesso a sistemas e aplicações, tais como de autorização de novos usuários, de revogação de usuários desligados e de revisão dos usuários ativos;
- (ii) efetuamos testes, com base em amostragem, sobre informações relevantes extraídas de determinados sistemas para elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas;
- (iii) nas áreas em que, pelo nosso julgamento, existe uma alta dependência de tecnologia da informação, nossos testes incluíram também, a avaliação das políticas de senhas, das configurações de segurança e de controles internos sobre desenvolvimentos e mudanças em sistemas; e
- (iv) quando identificamos controles internos chave para o processo de relatório financeiro e demais processos relevantes automatizados ou com algum componente dependente de sistemas e aplicações, testamos o desenho, a implementação e a efetividade operacional desses controles.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos pudemos considerar as informações gerais do ambiente de tecnologia para planejar a natureza, época e extensão de nossos testes substantivos no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023.

OUTROS ASSUNTOS

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Instituição, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil,

foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Instituição. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras consolidadas

Essas demonstrações financeiras consolidadas para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), estão sendo apresentadas de maneira adicional, conforme faculdade prevista no Art. nº 77 da Resolução CMN nº 4.966, às demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e foram apresentadas separadamente pelo Banco do Estado de Sergipe S.A. - BANESE, nesta data e sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente, não contendo qualquer modificação, com data de 23 de fevereiro de 2024.

Auditoria das demonstrações financeiras do semestre/exercício anterior

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2022 e às demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do semestre e exercício correntes, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 16 de fevereiro de 2023, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, aqueles auditores emitiram relatório sem modificação.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a

administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- >>> Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- >>> Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.
- >>> Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- >>> Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- >>> Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- >>> Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do semestre e exercício correntes e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 23 de fevereiro de 2024

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Pedro Henrique Moura Machado
Contador CRC GO-022139/O-4



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal do Banco do Estado de Sergipe S.A. e, no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários que compreendem: o balanço patrimonial, a demonstração de resultado, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração do valor adicionado, a demonstração do resultado abrangente e as notas explicativas, incluindo a proposta de destinação do resultado, documentos esses relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Com base em nossos exames e esclarecimentos prestados pela Administração no curso do respectivo exercício e nos relatórios dos auditores independentes e do comitê de auditoria, sem ressalvas, concluímos que as citadas demonstrações financeiras estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes e em condições de serem submetidas para a aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Aracaju/SE, 23 de fevereiro de 2024.

ALVIM BORGES DA SILVA FILHO
Conselheiro

ANA CRISTINA DE CARVALHO P. DIAS
Conselheira

MANOEL PINTO DANTAS NETO
Conselheiro

REGINA PAULA COLLAZO
Conselheira



RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

O Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD ou Comitê) do Banco do Estado de Sergipe (Banese) foi constituído nos termos da Lei 13.303, de 2016 (Lei das Estatais) e da Resolução CMN nº 3.198, de 2004, sucedida pela Resolução CMN nº 4.910, de 2021 e da Resolução CVM nº 23, de 2021. O COAUD é órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, composto por três membros independentes. Tem as suas atribuições definidas nas normas ora citadas, no Estatuto Social do Banese e no seu Regimento Interno.

O Comitê tem, entre as suas atribuições realizar: (i) o monitoramento e a avaliação da adequação e da efetividade das atividades da Auditoria Interna e do auditor independente; (ii) a supervisão da efetiva independência do auditor independente; (iii) a avaliação da efetividade e da integridade dos mecanismos de controles internos e de gerenciamento de riscos; (iv) a revisão das demonstrações financeiras e das demais informações divulgadas pelo Banese; (v) a avaliação e o monitoramento das exposições a riscos das empresas integrantes do Conglomerado Banese; (vi) a avaliação da consistência da política, das práticas e dos procedimentos contábeis; (vii) o monitoramento das condições e dos limites das operações com partes relacionadas; e (viii) o monitoramento da efetividade dos mecanismos de transparência das informações sobre a situação patrimonial, financeira e operacional do Banese.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

No segundo semestre de 2023, o COAUD realizou 13 reuniões, abrangendo vários temas, além de interações com as áreas que realizam atividades inseridas entre as suas atribuições com os executivos do Banese, e com os responsáveis pela execução das atividades, bem como reuniões periódicas com os auditores independentes (KPMG), visando a uma melhor compreensão sobre a evolução das operações e dos negócios do Banese e dos mecanismos de controle e de gerenciamento de riscos e do capital do Banco. Nessas reuniões o COAUD, além procurar obter informações e de promover discussões sobre os assuntos inseridos entre suas atribuições fez explanações sobre os resultados de seus trabalhos no semestre. O COAUD analisou e opinou sobre os seguintes temas que considera os mais relevantes frente às suas atribuições, além de outros:

- o Discussão sobre as principais conclusões na revisão das Demonstrações Financeiras Intermediárias com data-base de 30.9.2023, semestrais e anuais com data-base de 31.12.2023, em Cosif e em IFRS;
- o Acompanhamento da execução do Plano Anual da Auditoria Interna (PAINT 2023), avaliação do teor dos relatórios e da consistência dos resultados das auditorias internas, bem como do escopo dos trabalhos realizados, considerando, principalmente, aqueles constantes do planejamento anual;
- o Acompanhamento do gerenciamento dos riscos a que o Banco e as empresas controladas estão expostos (Resolução CMN nº. 4.557, de 2017,), bem como da aderência dos indicadores de riscos aos limites de tolerância constantes da Declaração de Apetite por Riscos (RAS) aprovada pelo Conselho de Administração, em especial os indicadores de gerenciamento de capital;
- o Monitoramento da observância dos indicadores e dos limites prudenciais previstos na legislação em vigor;
- o Acompanhamento da implementação dos planos de ação para correção e para aperfeiçoamento em decorrência de apontamentos do auditor independente e da Auditoria Interna, bem como de apontamentos ou de recomendações de reguladores, especialmente Bacen, CVM e TCE-SE;
- o Acompanhamento da evolução e do tratamento de denúncias recebidas no Canal de Denúncias do Banese, especialmente aquelas inseridas na alçada de atuação do COAUD nos termos da Resolução CMN nº 4.910 (erro que comprometa a qualidade e a integridade das Demonstrações Financeiras, fraude ou suspeita de fraude relevante perpetradas por colaboradores do Banese e fraude ou suspeita de fraude de qualquer valor perpetrada por administrador);
- o Compreensão das principais questões sobre o gerenciamento de riscos a que o Banese e as demais empresas do Conglomerado Banese estão expostos e acompanhamento da evolução do ambiente de controles internos.

Por todo o exposto e considerando as informações obtidas em reuniões com as áreas do Banese responsáveis pelos assuntos contábeis e pelos controles internos o parecer emitido pelos auditores independentes, sem qualquer ressalva, e o resultado de suas

próprias análises, o Comitê de Auditoria Estatutário, tendo presente suas atribuições e as limitações inerentes ao alcance de sua atuação, concluiu que as Demonstrações Financeiras do Banese referentes a 31.12.2023, em Cosif e em IFRS, atendem aos requisitos de qualidade e de integridade, razão pela qual recomendou ao Conselho de Administração a sua aprovação.

Aracaju, 20 de fevereiro de 2024.

Corinto Lucca Arruda
Coordenador

Luis Carlos Spaziani
Membro Titular

Marcello Joaquim Pacheco
Membro Titular



**DECLARAÇÕES
DOS DIRETORES SOBRE
AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

DECLARAÇÃO

Conforme preconiza a Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, respaldado em seu artigo 27, § 1º, inciso VI, o corpo diretivo do Banco do Estado de Sergipe S.A. declara que reviu, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Marco Antonio Queiroz
Presidente

Aléssio de Oliveira Rezende
Diretor de Finanças, Controles e Relações com Investidores

Kleber Teles Dantas
Diretor de Tecnologia

Marcos Venícius Nascimento
Diretor Administrativo

Wesley Teixeira Cabral
Diretor de Crédito e Serviços

**DECLARAÇÕES
DOS DIRETORES SOBRE
O RELATÓRIO DO AUDITOR
INDEPENDENTE**

DECLARAÇÃO

Conforme preconiza a Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, respaldado em seu artigo 27, § 1º, inciso V, o corpo diretivo do Banco do Estado de Sergipe S.A. declara que reviu, discutiu e concordou com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes emitidos pela KPMG Auditores Independentes Ltda referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Marco Antonio Queiroz
Presidente

Aléssio de Oliveira Rezende
Diretor de Finanças, Controles e Relações com Investidores

Kleber Teles Dantas
Diretor de Tecnologia

Marcos Venícius Nascimento
Diretor Administrativo

Wesley Teixeira Cabral
Diretor de Crédito e Serviços

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE

Fábio Mitidieri

Governador

Sarah Andreozzi

Secretária de Estado da Fazenda

Conselho de Administração

Ademario Alves de Jesus - Conselheiro

Gilberto Magalhães Occhi - Conselheiro

Guilherme Maia Rebouças - Presidente

Leandro Neves de Oliveira Bando - Conselheiro

Luiz Alves dos Santos Filho - Conselheiro representante dos empregados

Marco Antonio Queiroz - Conselheiro

Sarah Tarsila Araújo Andreozzi - Conselheira

Tiago Curi Isaac - Conselheiro

Walter Pereira Lima - Conselheiro

Diretoria Executiva

Marco Antonio Queiroz - Presidente

Aléssio de Oliveira Rezende - Diretor de Finanças, Controles e Relações com Investidores

Kleber Teles Dantas - Diretor de Tecnologia

Marcos Venícius Nascimento - Diretor Administrativo

Wesley Teixeira Cabral - Diretor de Crédito e Serviços

Tiago Gomes da Silva Monte

Contador - CRC-SE - 7.322/O-2



Relatório de Desempenho

2023

Pode
Contar



Banese

banese.com.br

